OCUPA-SE

TRANSITORIEDADE E RESISTÊNCIA NO CENTRO DE SÃO PAULO

Camila Campos de Almeida
FAUUSP, 2021

Foto da capa: Projeto Mauá 340

Ocupação Mauá, centro de São Paulo

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA USP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO
URBANO E REGIONAL
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS

CAMILA CAMPOS DE ALMEIDA

OCUPA-SE:
transitoriedade e resistência no Centro de São Paulo

Dissertação de mestrado, realizada sob orientação da Profa. Dra. Paula Freire Santoro e coorientação da Profa. Dra. Vera da Silva Telles. Projeto financiado pelas agências de fomento à pesquisa Capes e Fapesp (Processo nº 2018/16188-2).

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB RESPONSABILIDADE DA AUTORA E ANUÊNCIA DA ORIENTADORA. A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2021

São Paulo
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Almeida, Camila Campos de
OCUPA-SE: transitoriedade e resistência no Centro de São Paulo / Camila Campos de Almeida; orientador Paula Freire Santoro. coorientador Vera da Silva Telles - São Paulo, 2020.
142 p.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Planejamento Urbano e Regional.

1. Política Urbana. 2. Sociologia Urbana. 3. Disputa Socioterritorial. 4. Habitação Popular. I. Santoro, Paula Freire, orient. II. Telles, Vera da Silva, coorient. III. Título.

Universidade de São Paulo

ATA DE DEFESA

Aluno: 16139 - 9395686 - 2 / Página 1 de 1

Ata de defesa de Dissertação do(a) Senhor(a) Camila Campos de Almeida no Programa: Arquitetura e Urbanismo, do(a) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Aos 18 dias do mês de janeiro de 2021, no(a) realizou-se a Defesa da Dissertação do(a) Senhor(a) Camila Campos de Almeida, apresentada para a obtenção do título de Mestra intitulada:

"OCUPA-SE: transitoriedade e resistência no Centro de São Paulo "

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Paula Freire Santoro	Presidente	FAU - USP	Aprovada
Cibele Saliba Rizek	Titular	IAU - USP	Aprovada
Francisco de Assis Comarú	Titular	UFABC - Externo	Aprovada

Resultado Final: Aprovada

Parecer da Comissão Julgadora *

Trata-se de um trabalho com um texto muito bem construído, que articula teoria e empiria, conceitos e trabalho de campo e traz inovações importantes nesta área de pesquisa.

Eu, Dina Vasconcellos Leone _____, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as). São Paulo, aos 18 dias do mês de janeiro de 2021.

p/ Cibele Saliba Rizek

p/ Francisco de Assis Comarú

Paula Freire Santoro
Presidente da Comissão Julgadora

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em 27/01/21 e, portanto, o(a) aluno(a) _____ jus ao título de Mestra em Ciências obtido no Programa Arquitetura e Urbanismo - Área de concentração: Planejamento Urbano e Regional.

Presidente da Comissão de Pós-Graduação

às mulheres de luta

AGRADECIMENTOS

É final de 2020; ter chegado até aqui com saúde, apesar deste momento de pandemia e de todas as outras crises que nos cercam já é bastante. Além do mais, fico feliz e honrada por ter concluído esta pesquisa na FAU-USP, uma universidade pública, com apoio da CAPES e da FAPESP. Agradeço.

Primeiramente, agradeço à minha família — Pai, Mãe, Lud, Carol, Alice, Vó Lena, Vó Soninha, tias e tios, primos e primas, inclusive os de coração. Vocês são meu exemplo, meu lastro, minhas raízes. A vida nos fez ficar assim longe uns dos outros, mas vocês sempre conseguem fazer com que eu me sinta segura e livre para seguir buscando meus sonhos, onde quer que seja. Obrigada pela presença e pelo apoio incondicional. Amo vocês demais.

Ao meu companheiro de vida, Jr. Bellé, com quem tenho o prazer imenso de compartilhar as miudezas da rotina e as aventuras que a vida nos oferece todos os dias. Obrigada por ter estado comigo em cada um dos passos desta pesquisa. Por todo o suporte emocional e por ter acreditado que daria certo, quando eu não acreditei. Meu leitor, meu amigo, meu parceiro. Te amo.

Também não poderia deixar de agradecer a todas as amigas e amigos que não desistiram de mim, apesar de todas as reclamações e angústias que um mestrado é capaz de provocar, rs. É uma sorte poder caminhar com pessoas que embarcam junto nas nossas aventuras, não importa o quão turbulentas elas sejam. Vocês são demais, eu não podia estar acompanhada de amigades melhores, obrigada por tudo.

À minha orientadora Paula Santoro, que foi a primeira pessoa a bancar esta pesquisa, quando ainda nem nos conhecíamos. Por ter sido a pessoa que me acolheu nesta minha primeira (e louca) empreitada acadêmica, por ter aberto tantas portas para mim, por ter me orientado desde os pormenores burocráticos às questões existenciais e por ter sido sempre compreensiva e prestativa, obrigada.

À minha também orientadora Vera Telles, que me recebeu já no meio do processo, e foi mais do que fundamental para o desenrolar deste trabalho. Sou apenas grata por toda a inspiração, pelas referências, pelos debates qualificados, pelos comentários atentos, pelo

carinho. É uma honra poder contar com uma pesquisadora e uma pessoa como você nesta trajetória, obrigada.

Colegas do LabCidade e do grupo de pesquisa Cidade e Trabalho: fica aqui meu muito obrigada. Graças a vocês a experiência de pesquisa jamais foi solitária e foi bem mais divertida. As trocas que acontecem nesses grupos são preciosas, e me sinto mais do que feliz de ter podido compartilhar um pouco da vida acadêmica com vocês. Agradeço especialmente a Raquel Rolnik e Regina Dulce Lins, ambas fontes inesgotáveis de inspiração e de generosidade. A Fernando Túlio, pelas criações mirabolantes e pelos textos que assinamos juntos. Um beijo especial também para Simone Gatti, Felipe Villela, Talita Gonsales, Larissa Lacerda, Renato Abramowicz, Débora Ungaretti, Marina Harkot e Aluizio Marino — vocês são demais e contribuíram muito para esta pesquisa.

A Cibele Rizek e Francisco Comaru, que participaram da minha banca de qualificação e que — assim espero — da banca final, meu profundo agradecimento. Poder contar com a leitura dedicada e com os comentários sinceros e construtivos de vocês foi vital para o andamento desta pesquisa.

Um agradecimento especial à professora Ana Lúcia Duarte Lanna, minha supervisora de monitoria, pelos encontros sempre engrandecedores. Aproveito também para agradecer a professoras, professores e colegas da FAUUSP, pelo aprendizado compartilhado e pelas aulas inspiradoras, especialmente a Beatriz Rufino, Paulo César Xavier Pereira, Maria de Lourdes Zuquim e Nilton Ricoy Torres.

Às famílias que abriram as portas de suas casas para esta pesquisa, fica aqui minha gratidão e também meu apoio.

Por fim, mas não menos importante, meu muito obrigada ao Fórum Aberto Mundaréu da Luz. Tive a oportunidade de participar do grupo em um breve momento, e tenho só a agradecer pelos aprendizados sobre articulação e luta coletiva.

Vocês fazem diferença. E são importantes agora — muito mais que ontem, e ainda menos do que amanhã. Seguimos.

Naquele dia Maria-Nova levantara cedo, visitara Vó Rita e andara muito para lá e para cá pisando e repisando um chão que tanto tempo fora seu. Os tratores estavam prontos para o trabalho do dia seguinte que seria eliminar o Buracão e aplainar a área em que estavam os últimos barracos. A tarde chegou amena; Maria-Nova contemplou durante muito tempo o pôr do sol. Teve vontade de ler e escrever alguma coisa, mas já tinha guardado os livros e os cadernos num caixote que sempre lhe servira de cadeira ou mesa quando ela se assentava no chão. A noite veio caindo lenta e carregada de pontos luminosos lá no céu. Aquela seria a sua última noite na favela. Tinha o corpo moído de cansaço. A tia e a mãe entregaram as últimas trouxas de roupa. Não haviam confirmado nem dispensado a freguesia. Havia o medo, o incerto, o imprevisível do amanhã. Mas havia a tenacidade, a força, o desejo de vida.

(Conceição Evaristo, em Becos da Memória)

RESUMO

Este trabalho analisou a transitoriedade e a permanência no Centro de São Paulo em um contexto de “revitalização” urbana, a partir da análise de trajetórias de vida. O percurso narrativo foi construído no decorrer de três capítulos: intervenções, transitoriedade permanente e resistência. No primeiro, foi verificado como os planos e projetos que vêm sendo propostos para esta região desde a década de 1990 incidem atualmente sobre os territórios populares. É possível perceber uma transição no paradigma da “revitalização” por meio desses projetos: se antes a ideia era transformar a região pela cultura, atualmente, o objetivo é viabilizar a concessão de áreas urbanas para a iniciativa privada. Esse processo, que vem se complexificando desde o Projeto Nova Luz, tem provocado demolições, despossessão e deslocamentos no Centro. O segundo capítulo evidencia a transitoriedade permanente provocada por essas intervenções, e tem o objetivo entender que fatores contribuem para que essas famílias estejam em constante deslocamento. Na pesquisa, foi possível verificar que a gestão do território é central neste processo, e o Estado é identificado com o principal agente da desterritorialização, a partir do uso de mecanismos como remoções, violência policial, desassistência e cadastros, que contribuem para enfraquecer as relações e circuitos da vida nesses territórios. No último capítulo, portanto, o objetivo principal foi entender como muitas dessas famílias encontram alternativas para continuar vivendo no Centro. A pesquisa permitiu verificar que este é um processo de resistência apoiado em alianças para moradia, disputa institucional, sobrevivência e cooperação mútua, que permitem agenciar a permanência.

Palavras-chave: política urbana; centros urbanos; revitalização urbana; ocupações; resistência.

ABSTRACT

This research analysed displacement and emplacement at São Paulo's downtown, alongside a context of urban regeneration and through tracking life trajectories. This journey unfolds over three chapters: urban interventions, displacements and resistance. At first, the research verifies the impact of a variety of urban plans and projects on popular territories, with further look on how these urban regenerations attempts have changed since the 1990's. This process has been happening since the 2000's and its landmark is the "Nova Luz" project. Since then, the popular territories at São Paulo's downtown have been a target to demolitions, dispossession and displacements. Therefore, the second chapter intends to systematize by which means territorial management has subjected people to permanent transience. The mechanisms identified mainly in the fieldwork are: evictions, police violence, neglect and bureaucracy, which largely contribute to undermine relations and arrangements that make life on these territories possible. In the final chapter, the focus is to identify practices mobilized as tools of resistance by the victims of dispossession. The emplacement at the downtown is a process based on alliances for housing, institutional dispute, survival and solidarity. Those alliances are essential to emplacement and to resistance on popular territories.

Keywords: urban policy; city centers; urban regeneration; housing; resistance.

Title in English: Occupy: displacement and emplacement at São Paulo's downtown

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1: Intervenções	31
As demolições e o projeto privado de cidade	36
Um novo plano de concessões	46
A valorização do Centro	48
CAPÍTULO 2: Transitoriedade permanente	54
Zonas de indeterminação	58
A captura da terra: o caso da Quadra 36	62
Desterritorialização	67
Remoções	68
Violência policial	70
Desassistência	74
Cadastros	78
CAPÍTULO 3: Resistência	85
O retorno do território	86
<i>Emplacement e ação política</i>	89
Alianças para a permanência	92
Moradia	94
Disputa institucional	104
Sobrevivência	113
Cooperação mútua	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129
Lista de reportagens e outras publicações online citadas	135

INTRODUÇÃO

A trajetória de quem vive nos territórios populares do Centro de São Paulo é marcada por deslocamentos. São sucessivos processos de despejos, reintegrações de posse e desapropriações de terras na região. De acordo com levantamento do LabCidade FAU USP junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo, foram 65 sentenças proferidas nos foros da região para cada 1.000 domicílios, entre 2013 e 2018. A concentração é a mais elevada de todo o estado de São Paulo, empatada com a do Tatuapé, bairro da Zona Leste da cidade (ROLNIK et al, 2019). As disputas por terra provocam na região um fluxo constante de deslocamentos forçados; criam uma população flutuante, para as quais o aterramento num ponto é quase sempre temporário. Mas elas aterram. No centro de São Paulo, há cerca de 11.000 pessoas vivendo em ao menos 50 ocupações de moradia (Prefeitura..., 2018), segundo levantamento da Secretaria Municipal de Habitação. Quando a prefeitura visitou os imóveis, em 2018, 13% deles tinham sido ocupados no último ano, e 56% do total eram ocupações formadas no máximo há cinco anos. Dessas ocupações, apenas 57% são vinculadas a movimentos sociais organizados, e as demais 43% estavam sendo geridas de forma completamente autônoma, pelos próprios moradores (ROLNIK, GONSALES, COMARU, 2018). Esses espaços compõem uma complexa rede onde muitas famílias que sofreram processos de remoção encontram uma oportunidade para permanecer no centro de São Paulo, apesar de todas as intervenções, políticas e processos que colocam essas pessoas na condição de *refugiados urbanos*.

Essa noção foi desenvolvida pela socióloga Vera Telles (2017), inspirada em um termo que circula por entre coletivos vinculados a ocupações e populações em situação de rua. Essa ideia ajuda a compreender esse sujeito urbano que vivencia a despossessão, que detêm uma vida considerada menos valiosa, que de alguma maneira escapa dessas opressões e que cotidianamente na cidade agencia novas formas de vida e resistência. De acordo com Telles, os refugiados urbanos têm diversas faces, enquanto seguem seus percursos incertos: podem ser migrantes em trabalhos precários, famílias sem-teto em ocupações, ex-presidiários em busca de acolhimento, as realidades são várias. São pessoas que desenham as “cartografias mutantes” da cidade, que é muito mais do que um cenário, pois é dela que seus habitantes

dependem, e é nelas que incidem as (bio)políticas que afetam os corpos, as vidas e as formas de vida, segundo Telles.

É neste “campo de batalha”, onde colidem as mais diversas formas de poder e política, que se passa esta história. O que tem sido possível verificar é que essas pessoas, que chegam a tornar-se refugiadas urbanas, são alvo de uma série de intervenções e despossessão, mas elas não deixam de retesar a corda. Elas não são simplesmente eliminadas do sistema, excluídas da cidade. Essas pessoas fazem parte desse território, e constroem e acionam uma série de redes a seu favor. Este trabalho é mais do que um compilado de violências, essas já tão conhecidas, apesar de cada vez mais acentuadas. É um retrato da resistência popular no território.

A elaboração deste projeto ocorreu em 2018, depois que eu acompanhei a remoção da Quadra 36, no bairro de Campos Elíseos, centro de São Paulo. Na época, eu era pesquisadora do LabCidade, trabalhava como jornalista para o laboratório e auxiliava nas atividades de comunicação do Fórum Aberto Mundaréu da Luz. Foram removidas cerca de 200 famílias do quarteirão, após um processo de imissão na posse movido pelo governo do Estado. O terreno foi destinado à construção do novo Hospital Pérola Byington, numa Parceria Público-Privada (PPP) firmada em 2014.

As famílias foram removidas num processo que contrariou diversos ritos legais. Elas habitavam uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), que exige que as famílias, comerciantes, movimentos sociais e órgãos técnicos debatam, junto ao poder público, qualquer intervenção a ser feita na área, no âmbito de um Conselho Gestor, que não foi constituído a tempo para essa discussão. O Tribunal de Justiça de São Paulo, apesar dos pedidos – alguns deles inclusive aprovados – para que fosse suspensa a imissão na posse até a elaboração de um plano junto aos moradores, decidiu a favor do Governo do Estado, e autorizou as remoções. Aos moradores foi ofertado um auxílio aluguel no valor de R\$ 400, com três parcelas sendo recebidas logo de cara, um montante de R\$ 1.200 para ajudar nos primeiros meses. Aos comerciantes que trabalhavam na quadra, nada. Saíram com uma mão na frente e outra atrás: não foram incluídos em nenhum cadastro e precisaram buscar um novo ponto em outro lugar.

A estratégia da Companhia Habitacional de Desenvolvimento Urbano (CDHU) de oferecer de imediato o valor de R\$ 1.200 acabou desmobilizando parte dos moradores, uma

vez que, para muitos que estavam passando por dificuldades financeiras, mais valia receber o dinheiro e entrar no cadastro do auxílio aluguel, ganhando a certeza de uma renda mensal fixa, do que resistir à espera da criação de um plano de atendimento habitacional ou um plano mais amplo para a área. Havia uma mobilização forte articulada em torno do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, um coletivo de instituições, movimentos e indivíduos que atua na região desde 2017, dando visibilidade às violações de direitos no Centro e ajudando a tecer e disputar novas possibilidades para o território. E, apesar de a remoção não ter sido evitada, outras conquistas importantes foram alcançadas. Uma delas foi que o caso ganhou a atenção de universidades, movimentos sociais, assessorias técnicas, coletivos de artistas, Ministério Público e Defensoria Pública, que fortaleceram a resistência junto aos moradores e comerciantes e passaram a reportar as violações de direitos e a noticiar os desmandos do poder público na área. O Mundaréu lançou um plano alternativo, de cunho urbanístico e social, para mostrar que outras formas de intervenções na área eram possíveis, sem que as famílias precisassem ficar na rua.

Toda essa disputa em torno daquele território ajudou a desconstruir a narrativa do poder público, de que era essencialmente necessário levar a cabo não só essa PPP do hospital, como a PPP da Habitação e uma série de outras intervenções, planos, projetos e políticas previstas para a “Cracolândia”. O estigma construído vinha embasando e justificando violências contra a população daquela área do Centro, que precisava, segundo o poder público, ser “revitalizada” por meio de um Pólo Cultural (anos 1990), uma “Nova Luz” (2005) ou um grande Projeto de Intervenção Urbana como o PIU Central (2018).

Neste trabalho, utilizaremos sempre o termo “revitalização” e sempre entre aspas, em referência ao livro “De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de ‘revitalização’ dos centros urbanos” organizado por Catherine Bidou-Zachariasen (2006). A urbanista Helene Menna Barreto Silva sinaliza na apresentação que diversas cidades brasileiras, como tantas outras americanas e europeias, começaram a fazer, inicialmente, pequenas intervenções voltadas principalmente para a revitalização do patrimônio, mas que isso logo se transformou em propostas complexas que articulam projetos que alteram as funções, o uso e o valor do solo (SILVA, 2006, p. 7). Segundo a autora:

Embora a preocupação seja com os discursos claramente gentrificadores, no sentido que lhes dá Neil Smith, considero importante nos preocuparmos também com as armadilhas e os efeitos perversos de políticas baseadas em falsos pressupostos, ou dos objetivos sociais que se inviabilizam a partir do êxito dos econômicos, ou ainda a transposição de modelos fora de seus contextos e sem crítica. (SILVA, 2006, p. 13-14)

Este trabalho, portanto, não tem como objetivo concluir se o Centro de São Paulo está passando ou não por um processo de gentrificação — até porque não se debruça em detalhe sobre todas características importantes para classificar esse fenômeno como preço dos imóveis, mudança no perfil, formas de financiamento dos projetos ou mesmo sobre a questão do patrimônio. Mas indica, sim, quais têm sido os “efeitos perversos” dessas políticas baseadas em falsos pressupostos, como o de que o Centro precisa ser “revitalizado”, como se já não fosse vivo. E aponta também as circunstâncias em que os objetivos sociais têm sido inviabilizados na busca pelo êxito dos econômicos. Foram essas consequências atreladas ao processo de “revitalização” que este trabalho buscou evidenciar.

No dia da desocupação da quadra 36, uma segunda-feira, dia 16 de abril de 2018, a remoção foi silenciosa. Os dois oficiais de justiça, uma delas uma mulher negra, Sandra Fátima Ferreira da Silva, já era até conhecida por alguns moradores do bairro. Eles passavam de porta em porta, dando a volta no quarteirão, exibindo os mandados a cada uma das famílias, sem alarde — nas mãos da oficial de justiça, para cada imóvel que seria desapropriado, tinha um papel com a inscrição “mandado de arrombamento”, documento que autorizava a entrada forçada nos imóveis para fazer valer a ordem de imissão na posse.

Assim, um a um, os oficiais foram exigindo a desocupação dos imóveis da quadra inteira. Entretanto, enquanto a oficial de justiça conversava com os moradores, ia ficando claro que nem todos constavam no cadastro realizado pela prefeitura, e ela mesma ia cadastrando, numa folha de papel, com caneta Bic, os dados dos moradores que estavam prestes a ser retirados sem terem sequer direito ao auxílio aluguel. O promotor e a defensora pública que acompanhavam o grupo de ativistas altamente especializado conseguiram, junto ao Tribunal de Justiça, mas não sem um debate acalorado com a procuradora do Estado que também estava no local, a determinação de que apenas os moradores que constavam no cadastro seriam removidos imediatamente, e que os demais só precisariam sair após

devidamente cadastrados. A imprensa também estava presente, noticiando a remoção, inclusive com entradas ao vivo para a TV e transmissões em tempo real para a internet.

A mobilização de ativistas ajudou a garantir certa tranquilidade e menos violações no dia da remoção, mas o poder público também usou das suas cartas. Na semana anterior, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU)¹ distribuiu um panfleto aos moradores da quadra informando que quem aceitasse desocupar o imóvel um dia antes do prazo estabelecido judicialmente contaria com caminhão de mudança, caixas de papelão e lanche para toda a família, como de praxe. O comunicado dava a entender que quem optasse por aguardar os oficiais de justiça na data marcada não teria direito a esse apoio, além de estar sujeito a receber policiais à porta. O órgão estadual também distribuiu, antes da remoção, o cupom para saque do auxílio aluguel. Para acessar o benefício, bastava comparecer à agência do Banco do Brasil situada ali perto, na Avenida Rio Branco, para receber os R\$ 1.200 à vista.

Os comerciantes viviam outro drama. Quem tinha ponto na quadra precisava não só se mobilizar para encontrar outro ponto como ainda pagar para transferir todo o mobiliário. Os investimentos que fizeram para adaptar e/ou reformar o imóvel – havia, na quadra, bares, restaurantes, oficinas para carros, funilarias, pensões, dentre outros tipos de comércio – jamais seriam ressarcidos. A fidelidade da clientela também não estaria mais garantida. Um dos comerciantes, um homem negro e esguio, com cabelos e bigode já brancos, se queixava e dizia que não ficaria mais na região. “Já é a terceira vez que acabam com o meu ponto. Nenhum bar meu aqui vinga, porque o governo vem e derruba.”

O bar formado por uma baiana e uma peruana também foi demolido, deixando as duas sem fonte de renda; o bar histórico de um imigrante português, que colecionava garrafas e outras antiguidades desde a década de 1950, também foi posto abaixo. O caso desse comerciante, entretanto, era diferente. Ele era proprietário do ponto, e não locatário. Seu bar ficava num casarão gigantesco construído por seu pai, por onde passaram e permaneceram gerações inteiras de sua família ao longo de 60 anos. Naquela segunda-feira, ele me levou para uma volta pelo casarão, já completamente desmontado e sem mobília. Eram inúmeras

¹ Empresa do Governo do Estado de São Paulo responsável pela gestão habitacional, que inclui a provisão de moradia popular e a atuação nos processos de remoção promovidos pelo governo estadual.

camadas de histórias, que se sobrepunham a cada novo puxadinho que a casa foi ganhando no decorrer das décadas. A coleção do bar foi levada para a casa da praia em Peruíbe, na Kombi da família, e cada filho ou parente que vivia na casa tomou um rumo. A laje que os reunia no topo da casa para os churrascos de toda sexta-feira, agora, era só poeira. O comerciante acabou mudando para a casa do afilhado, ali nas imediações, para conseguir participar das reuniões do conselho gestor formado tardiamente. “Eles querem acabar com o bairro, separando as famílias, não unindo. Se todos pudessem, ficariam nas suas casas com suas famílias”, disse.

Uma imigrante peruana que já mora há 10 anos no Centro de São Paulo, e que nesta pesquisa é uma das protagonistas e recebe o codinome de Mercedes, fez a mudança em oito caixas. Foi, com o marido, morar na quitinete do irmão e da cunhada, ali ao lado. Ela também lamentou a dispersão. “Sinto muita pena, é muito triste que toda essa gente se dissolva. Essas famílias todas se conhecem de muitos anos”, disse ela. Outro imigrante, um proprietário de imóvel que foi tirado de casa naquele dia, era mais um senhor português, de 90 anos, que já morava no bairro há 50. Veio para o Brasil ainda moço, com apenas 22 de idade. Ele tem uma quitanda com a esposa na quadra da frente, e passou a viver no comércio depois na remoção. Ele não foi indenizado antes de precisar deixar a casa, e saiu sem receber o pagamento. No dia em que precisou desocupar o lugar onde viveu por décadas, ele lembrou da antiga rodoviária. O lote foi desapropriado em 2007, e dez anos se passaram com o terreno vazio até que as obras da PPP Habitacional começassem.

Uma ocupação na Avenida Rio Branco foi o local onde houve a maior confusão. Boa parte dos moradores que estavam ali no casarão não constava no cadastro que a oficial da Justiça levava. Enquanto a oficial dizia que não podia fazer nada por quem tinha chegado ao local depois do cadastramento, os moradores brigavam. Vários deles reclamavam que, naquele cadastro, constava o nome de pessoas que nem ali moravam mais, e que muitos deles estavam ali há mais tempo e não tinham sido incluídos pela Prefeitura. Chegou-se a pedir que a coordenadora da ocupação, uma mulher que vivia arrumando intrigas, apontasse um por um os moradores que estavam ali antes do cadastro da prefeitura. Uma situação conflituosa e constrangedora, que colocava em risco o destino de várias famílias e indivíduos e, de certa forma, eximia a Prefeitura – que já tinha terceirizado o cadastro dos moradores para uma

empresa chamada Diagonal – dos possíveis erros cometidos. A Defensora Pública e a Procuradora do Estado batiam boca, uma tentando garantir o direito de atendimento das famílias; a outra querendo fazer valer a ordem de imissão na posse. A oficial de Justiça acabou concedendo alguns dias extras para que os moradores do casarão que não estavam cadastrados procurassem um lugar para ir.

As famílias da Quadra 36 foram removidas. E, para muitas delas, esse não foi o primeiro deslocamento forçado – nem o último. Os relatos dos moradores da Quadra 36 eram carregados de deslocamentos anteriores. Alguns eram moradores da favela do Moinho antes de chegar ali, e precisaram se mudar às pressas devido a incêndios que destruíram suas casas; outros tinham vindo de outras ocupações; e havia até os casos dos que alugavam apenas uma cama em pensões, negociando diárias, tamanha a imprevisibilidade de suas vidas. Havia famílias vivendo de aluguel, mas mesmo dentre essas, era difícil encontrar quem tivesse um contrato formal de locação, com cláusulas que lhes garantissem alguma estabilidade; a maioria tinha apenas acordos “de boca” com seus locadores, e garantiam o teto mês a mês.

Os frequentes deslocamentos são o que a urbanista Raquel Rolnik denomina de transitoriedade permanente (ROLNIK, 2015). Ela definiu o conceito analisando principalmente a insegurança da posse nas favelas, mas é possível verificar a mesma condição no centro de São Paulo, talvez de forma até mais esgarçada, uma vez que esse território não está constituído em bolsões da cidade desprovidos de infraestrutura e com baixo valor de terra. Esse território está na região mais valorizada da cidade, onde a terra vale muito, e pode valer mais, caso esses territórios possam ser explorados pelo mercado imobiliário.

Ainda de acordo com Raquel Rolnik, dentre os pontos de risco para a transitoriedade permanente, estão: a construção de um estigma territorial que transforme habitantes em criminosos ou violadores da ordem urbana; a indeterminação entre legal e ilegal ou formal e informal, que reserva ao Estado uma margem de manobra sobre territórios a partir destas ambiguidades; a sobreposição de direitos, situada num contexto de pluralismo jurídico, que acaba por culminar em soluções extrajudiciais; a existência de assentamentos sobre terras públicas, que colocam o Estado como promotor e principal mediador desses assentamentos informais; a hegemonia da propriedade privada registrada sobre todas as outras formas de posse; o próprio planejamento urbano, que opera sob a lógica de rentabilidade do solo e

“cartografa em minúcias regulatórias os produtos imobiliários de alta renda, destinando às elites as áreas urbanizadas, mais bem localizadas e dotadas de serviços” (ROLNIK, 2015, p. 186-187). Todos esses elementos estão presentes na área aqui já descrita, e não à toa essas famílias vivem como refugiadas em seus próprios territórios.

Mas a remoção das famílias da Quadra 36 trouxe à superfície uma informação que foi crucial para a elaboração deste projeto. A maior parte das famílias conseguiu um novo endereço num raio de até 1 quilômetro, como é possível ver no mapa a seguir, elaborado pelo Observatório de Remoções, um projeto de pesquisa-ação realizado pelo LabCidade em parceria com o LabJuta, da UFABC (ROLNIK, LINS, 2018).

Figura 1 Deslocamento das famílias imediatamente após serem removidas da quadra 36, em Campos Elíseos (Crédito: Observatório de Remoções)

Essa capacidade das famílias de conseguir permanecer no Centro, mesmo quando todas as hipóteses apontavam para uma expulsão dessas famílias para regiões mais periféricas da cidade, foi o que motivou um estudo mais aprofundado acerca dos deslocamentos e das

redes construídas que possibilitam essa permanência. Os processos de desterritorialização e reterritorialização, como definiu o geógrafo Rogério Haesbaert (2014) ao analisar as implicações territoriais relacionadas à biopolítica de Foucault e à sociedade de segurança ou de controle de Deleuze; e os processos de *displacement* e *emplacement*, definidos pelas autoras Nina Glick-Schiller e Ayse Çaglar (2018), ao analisar o especificamente os deslocamentos sob o viés da acumulação por despossessão delineada por Harvey (2018), são a base do que estamos tentando apreender aqui sobre os deslocamentos forçados que ocorrem dentro da cidade. Esses conceitos, complementares, ajudam a entender tanto as dinâmicas de reprodução do poder e do capital no território, quanto suas consequências referentes à precarização da vida na cidade, à quebra de vínculos com o território e a necessidade de resistência que emerge junto a essa condição.

Tendo em mente esses conceitos, e suas possibilidades de utilização, o objetivo deste trabalho foi o de identificar, a partir de um acompanhamento de trajetórias de vida, como se dão esses processos e reconfigurações territoriais no centro de São Paulo, num contexto de intensas tentativas de “revitalização”, termo que por si só invisibiliza a presença dos moradores neste território popular. Escolhi contar a história de três mulheres, que aqui ganharam nomes fictícios²: Carolina, uma paulistana que sofreu sua primeira remoção aos nove anos de idade e viveu muitas outras desde então; Dandara, uma jovem pernambucana que veio morar em São Paulo ainda adolescente e que tem explorado as maneiras de iniciar ocupações de moradia na cidade; e Mercedes, uma peruana que vive na capital paulista há dez anos, mas ainda tem dificuldades em entender nossos sistemas e acessar direitos. As três eram moradoras da Quadra 36 no momento da remoção, e têm histórias com o Centro que vêm de muito antes daquele momento específico e que continuam depois. As trajetórias de vida dessas mulheres, assim como as de outras famílias que vivem no centro de São Paulo, são marcadas por *pontos de inflexão*, que as forcem a buscar novos recomeços. Esses momentos-chave revelam muito não só sobre as mudanças pessoais por que passam essas famílias, mas sobre as transformações por que passa o território, e sobre as diversas forças que atuam nele/sobre ele. De acordo com Vera Telles,

² Esta escolha visa preservar a identidade das interlocutoras que colaboraram com esta pesquisa.

Tempos biográficos e tempos sociais se articulam na *linha de sucessão* (das genealogias familiares e suas trajetórias), mas também supõem uma *espacialização* demarcada pelas *temporalidades urbanas* corporificadas nos espaços e territórios da cidade. Espaço e tempo estão imbricados em cada evento de mobilidade, de tal modo que, mais importante do que identificar os pontos de partida e os pontos de chegada, são esses eventos que precisam ser interrogados: pontos críticos, pontos de inflexão, de mudança e também de entrecruzamento com outras histórias — “zonas de turbulência” em torno das quais ou pelas quais são redefinidas (deslocamentos, bifurcações) práticas sociais, agenciamentos cotidianos, destinações coletivas. E são esses eventos que nos são a cifra para apreender os campos de força operantes no mundo urbano, a trama das relações, de práticas, conflitos e tensões, enfim, a pulsação da vida urbana. (TELLES, 2006, p. 70)

Para poder acessar essas trajetórias de vida, uma das inspirações foi o documentarista Eduardo Coutinho, que teve sua contribuição na desconstrução da ideia de que é preciso buscar certo distanciamento para produzir narrativas com credibilidade. Pelo contrário, Coutinho escolheu “ser alimentado pela fala-olhar de acontecimentos e pessoas singulares, mergulhadas na contingência da vida”. De acordo com o documentarista, essa escolha abriu caminhos para eliminar “até onde fosse possível, o universo das ideias gerais (...) e dos ‘tipos’ imediata e coerentemente simbólicos de uma classe social, de um grupo, de uma nação, de uma cultura”. Não que uma ideia central e previamente construída não seja fundamental, mas ela não pode passar de uma “hipótese de trabalho a ser testada na prática desses sucessivos encontros com personagens de carne e osso” (COUTINHO, 2013).

A necessidade de estar próximo das pessoas que vivenciam as dinâmicas reais que ocorrem no território foi abordada também por José Guilherme Magnani, que ressalta a importância da etnografia para os estudos urbanos. Segundo ele, esse método de pesquisa possibilita a inclusão dos atores sociais não só nos projetos para as cidades, mas nas pesquisas. Para o pesquisador, apreender a cidade *de longe e de fora*, com base em variáveis e indicadores sociais, econômicos e demográficos, tem sido um dos motores dos ideais de “renovação” que acometem os centros urbanos das cidades mundo afora, uma vez que, por meio desse tipo de análise, é fácil comprovar situações como deterioração dos espaços e equipamentos públicos, segregação e situações de violência, por exemplo, sem levar em conta as dinâmicas reais vividas no território. Na maioria das vezes, esse tipo de análise

desconsidera um aspecto fundamental da cidade: seus moradores — e, quando são considerados, eles aparecem “na qualidade da parte passiva (os excluídos, os espoliados) de todo o intrincado processo urbano” (MAGNANI, 2012, p. 15). Então, para que seja possível apreender “uma gama de práticas que não são visíveis na chave da leitura política (ao menos de uma certa visão política)”, o autor sugere uma perspectiva que se dê *de perto e de dentro*, a partir da etnografia urbana.

A pesquisadora Cibele Rizek, que é referência nos estudos que relacionam trabalho e produção do espaço, também ressaltou a importância da etnografia no decorrer da pesquisa “Cidade, civilidade e seus avessos: tessituras e gestão dos territórios da precariedade”, em que buscou definir a noção de zonas de indiferenciação entre trabalho, moradia e cidade:

As tessituras urbanas só puderam ser apreendidas por um conjunto de incursões a campo de cunho rigorosamente etnográfico: observações, cadernos de campo, longas entrevistas, análise, interpretações, tentativas de apreensão de trajetórias, terreno bastante distante dos grandes mapeamentos de dados ou da sistematização de informações de natureza quantitativa. (RIZEK, 2012)

As contribuições desse método de pesquisa para a compreensão da vida urbana têm revelado facetas da construção das cidades que ainda eram ainda pouco exploradas. Mas, mais do que isso, segundo Rizek, “trata-se de um método de apreensão e de descrição das transformações em curso que geram verdadeiros desafios para as visões teóricas e conceituais mais clássicas” (RIZEK, 2012). Ainda sobre a metodologia, de acordo com Vera Telles, que tem sido uma das principais pesquisadoras a se dedicar ao desenvolvimento desse método de pesquisa nos estudos sobre as cidades, seu potencial revelador já mostrou que as formas de moradia e sua localização no tecido urbano, por exemplo, informam muito mais do que os níveis de precariedade habitacional. Elas:

traduzem tempos coletivos e trajetórias urbanas, representam a consolidação ou ruptura de redes sociais e teias de solidariedade e interagem com dinâmicas familiares e formas de composição da vida doméstica, tudo isso convergindo na construção de uma topografia da cidade que não corresponde ao seu mapa físico. (TELLES, 2012)

No caso desta pesquisa específica, uma série de desafios teóricos estavam postos desde o início da elaboração do projeto. Como falar de territórios populares em São Paulo quando estamos falando sobre a região Central, a que aparece sempre como a mais abastada da cidade nos mapas, enquanto a pobreza e a desigualdade vão ficando mais evidentes à medida que se afasta do Centro? Seria possível enxergar neste mapa a despossessão, quando essa população vive numa área tão privilegiada em termos de serviços de saúde, educação, assistência social e transporte? Ou mesmo quando os mapas demográficos mostram que a população negra paulistana vive nas bordas da cidade? O fato é que esses mapas em si colaboram para um apagamento dos territórios populares e a história das populações negras do Centro. Também reforçam a ideia equivocada e discriminatória de que o Centro é uma área reservada às elites, e de que outras populações só frequentam os bairros da região para trabalhar e servir a essas elites, esmagadas por horas no transporte público na ida e na volta. Nada disso é verdade.

Essas falácias produzem não só cartografias incondizentes com a realidade da cidade, como práticas de planejamento completamente equivocadas. Um exemplo claro dessa prática foi verificado bem ali, na Quadra 36. Em frente ao quarteirão, ergueram-se as torres enormes da PPP da Habitação do Governo do Estado. Nenhuma das famílias que haviam sido removidas tiveram a oportunidade de serem atendidas com uma unidade habitacional no contexto do projeto. Por quê? Um dos motivos é que 80% das vagas foram destinadas a pessoas que não moravam no centro, mas que trabalhavam na região (Primeiras..., 2017), de modo a reduzir seus tempos de deslocamento e a levar moradores ao Centro, como se a região já não fosse habitada e já não possuísse famílias com necessidade de atendimento habitacional. No texto referenciado aqui, o então prefeito Fernando Haddad (PT) fala que apenas 3% da população da cidade vive no Centro, enquanto 17% dos trabalhos estão concentrados na região. O gestor, entretanto, ignora que a região é praticamente a mais densa da cidade, com o distrito da Sé apresentando 16,454 hab/km², atrás apenas do Campo Limpo, com 16.542 hab/km² (isso segundo dados do Censo 2010, que com certeza já não representam mais a realidade vivida na cidade). Outro motivo para as famílias vizinhas à PPP não terem sido contempladas é o fato de que 100% das vagas estavam destinadas a quem possuísse

trabalho formal, o que afastou do projeto todas as famílias que não contavam com um membro detentor de uma carteira assinada, levando à exclusão dos projetos habitacionais quem já é excluído do mercado formal de trabalho.

A Quadra 36 e os dilemas, as disputas e os deslocamentos evidenciados por sua remoção foram o ponto de partida para a elaboração das questões que serão desenvolvidas neste trabalho. No primeiro capítulo, vamos discutir as intervenções que têm sido propostas para a região Central, a quem elas servem e quais seus objetivos. Neste capítulo também será discutida a construção do estigma territorial que viabiliza e justifica as intervenções nos territórios populares do Centro. Há uma extensa e rica produção bibliográfica acerca dessas disputas socioterritoriais no centro de São Paulo (RUI, 2013; FRÚGOLI JR., 2012; FRUGOLI JR., CHIZZOLINI, 2012; GATTI, 2015; KARA JOSÉ, 2007, 2010; PETRELLA, 2017, VANNUCHI, 2019) que ajudam a entender melhor o porquê de a região ser alvo de tantas intervenções.

No segundo capítulo, será discutido como essas intervenções provocam processos de *displacement* e colocam a população afetada em transitoriedade permanente. Um debate central aqui são as zonas de indeterminação ou os “espaços cinzentos” que fazem a população viver nas “dobras” entre formal/informal e legal/ilegal. Essa é uma condição imposta a esses territórios de modo a possibilitar a captura de reserva de terra. Para realizar essa captura, é necessário haver desterritorialização que, segundo mostrou esta pesquisa, é promovida em grande medida a partir de dispositivos mobilizados pelo Estado para fazer a gestão do território (GLICK-SCHILLER, ÇAGLAR, 2018; HARVEY, 2018; HAESBAERT, 2014; TELLES, 2010, RIZEK, 2012; ROLNIK, 2015; ROY, 2005; YIFTACHEL, 2009; DAS, 2004). Esta pesquisa reconhece que é múltipla e complexa a atuação do Estado no território a partir de seus servidores, órgãos e equipamentos e não existe aqui a intenção de simplificar essa atuação. O que estamos fazendo aqui é apontando para o protagonismo do Estado na produção da desterritorialização.

Por fim, no último capítulo, terão ênfase as resistências, as alianças e as dinâmicas de *emplacement*, aqui enxergadas como a reprodução da ação política e da vida não-alienada, que possibilitam a existência e a permanência de territórios populares no Centro de São Paulo (GLICK-SCHILLER, ÇAGLAR, 2018; BUTLER, 2018; HARVEY, 2018; SANTOS, 1998).

Os capítulos são permeados pelas trajetórias de vida das mulheres que têm vivido essas dinâmicas no território. São histórias, obviamente, com suas lacunas, contradições, enviesamentos e dúvidas. Assim é também a minha atuação como pesquisadora atuando neste território. Mas aqui estão contidos alguns relatos que preenchem com um pouco de memória e de vida cotidiana a narrativa sobre esse território, normalmente marcada pela frieza dos gestores públicos, pelo estigma que carrega e pelo espetáculo em torno das intervenções. E, se é possível adiantar alguma conclusão, é que a transitoriedade anda de mãos dadas com a inventividade. Se acabam com uma ocupação hoje, logo ali na frente surge outra. Os territórios populares do Centro parecem quase inevitáveis, e revelam uma resiliência a esses processos ao continuarem existindo e resistindo.

CAPÍTULO 1: Intervenções

Depois do incêndio que aconteceu na parte de cima da favela, a Prefeitura demoliu tudo e colocou um muro para o pessoal não passar. Só que quando aconteceu o outro incêndio, que foi lá para baixo, a favela perdeu dois pedaços, a gente tava só no meio. Porque assim, pegou fogo primeiro no prédio, eles tiraram a metade da favela; depois pegou fogo debaixo da ponte, eles tiraram a outra metade da favela. A prefeitura não deixou a gente voltar a construir no mesmo local, e eles já estavam removendo todas as pessoas, fizeram cadastro, entende? Então, a gente se aglomerou ali no meio, não tinha o que fazer. Não deixaram a gente retornar. De um lado, por causa da estrutura da ponte e a gente por medo... a gente via as lajotas caindo no incêndio. Então, a gente sabia do risco, e é aquela questão: qual é a mãe e o pai de família que quer colocar seus três, quatro filhos ali embaixo? Do outro, o terreno que tava lá, baldio, né? Depois de um tempo, o pessoal invadiu novamente. (Carolina)

O relato de Carolina revela um período de intensas disputas na Favela do Moinho, entre 2011 e 2013, quando os moradores precisavam se desvencilhar de incêndios e remoções para continuar vivendo. Em 2011, dois dias antes da véspera de Natal, um incêndio de grandes proporções destruiu a parte superior da favela, que ficava em torno de um prédio de seis andares, totalmente ocupado por famílias. A gestão Gilberto Kassab (2006-2012, PFL/DEM/PSD) já tentava acabar com a favela desde 2007, quando tentou pela primeira vez entrar com uma ação para a compra do terreno, mas sem sucesso, porque um pedido de usucapião feito pelos moradores foi acatado (MOREIRA, NISIDA, TAVARES, 2017). O incêndio acabou sendo uma ótima desculpa para a prefeitura “limpar” a área. O então prefeito, no dia 1 de janeiro de 2012, com centenas de quilos de explosivos, tentou demolir o edifício que havia pegado fogo em pleno feriado de Ano Novo, alegando que o prédio corria risco de desabamento e ameaçava a segurança das linhas de trem da CPTM que passam atrás da favela, conforme consta em reportagem da Veja (ALVES, 2012). Na ocasião, o prefeito afirmou que tinha a intenção de construir um parque no local. O prédio resistiu de pé à explosão, não veio abaixo – apenas o térreo e o primeiro andar foram destruídos. Ainda de acordo com a reportagem, apesar disso, a prefeitura considerou que a estrutura não

apresentava mais riscos de desabamento e que o restante da estrutura seria retirado em 90 dias. Depois do incidente, a Prefeitura removeu as famílias que viviam na parte superior da favela e ergueu um muro para impedir que elas voltassem para a área, que tinha virado apenas um descampado. O muro que rachou a favela ao meio foi chamado de Muro da Vergonha (MURIANA, 2013).

Um ano depois, um segundo incêndio tomou conta de outra parte da favela, sua porção original, construída debaixo do viaduto Orlando Murgel. Mais uma vez, a Prefeitura aproveitou a oportunidade para impedir o retorno de moradores para o terreno após o incêndio, alegando risco de queda da estrutura do viaduto. Como conta Carolina, às famílias restou apenas o miolo da favela. Estavam cercados. A Prefeitura ainda cedeu uma área que era contígua à favela que os moradores chamavam de “bosquinho” para a construção de um estacionamento, que começou dois dias após o incêndio, deixando as famílias sem alternativas e cerceando as movimentações na área (FERNANDES, 2012).

De acordo com texto publicado no portal Arquitetura da Gentrificação, que denunciava os processos pelos quais o Centro estava passando na época, os moradores estavam articulados após os incêndios, e protestavam pela retirada do muro (DURAN, MURIANA, 2013). A reportagem conta que as famílias tentaram negociar a derrubada da estrutura com a Prefeitura, que já estava sob comando do então prefeito Fernando Haddad (PT), alegando que não havia sequer uma rota de fuga à qual seria possível recorrer em caso de novo incêndio na favela. A Prefeitura não executou o serviço. Ainda segundo a reportagem, a gestão Haddad manteve as tentativas de expulsão dos moradores — o então secretário de relações governamentais, João Antonio da Silva Filho, chegou a telefonar para uma das lideranças comunitárias (o áudio da ligação consta na reportagem) afirmando que queria fazer um “pacto” de transferência dos moradores para um conjunto habitacional a ser construído para eles na Barra Funda, alegando que não dava para “brigar com o mundo” para manter a comunidade ali e que a “posição” da gestão seria a de defender “uma outra destinação para a área”. Ao perceberem que não haveria diálogo com a gestão, os moradores derrubaram o muro por conta própria, a marretadas.

É importante situar o contexto em que ocorrem essas investidas contra o Moinho. Durante a gestão Kassab, estava a todo vapor a tentativa de implementação do projeto Nova

Luz, uma proposta da gestão municipal de “revitalizar” o bairro. Demolições eram uma prática recorrente na região e elas marcam uma mudança de paradigma em relação à transformação do Centro, que pressupunha a eliminação, o esvaziamento, a completa descaracterização do território para que uma nova cidade pudesse ser construída no lugar. Essa mudança de perspectiva veio acompanhada de investidas mais violentas contra a população, com intensificação do discurso estigmatizante contra a “Cracolândia” e das operações policiais, como notou o pesquisador Heitor Frúgoli Jr. (2012) em seus estudos sobre a região da Luz. Para o autor, as ações posteriores ao Nova Luz integram uma série de intervenções de longo prazo do poder público na região que vinham sendo consolidadas há décadas, mas é perceptível a “ampliação considerável de conflitos e polêmicas, principalmente após a aprovação da lei de Concessão Urbanística³, em meados de 2009, que dá poderes especiais e inéditos à iniciativa privada, com a previsão de desapropriação de dezoito quarteirões na região do Centro” (FRÚGOLI JR., 2012, p.3). Ainda segundo o autor:

os conflitos decorrentes dos distintos interesses em jogo, o acirramento das disputas em torno dos direitos ao uso do espaço e a ampla cobertura da mídia tendem a ressaltar uma realidade polarizada e dicotômica – sintetizada no contraponto entre Nova Luz e cracolândia (ou revitalização vs. degradação) – que de certa forma deixa pouco visível uma população mais ligada ao bairro – moradores, comerciantes, frequentadores de espaços mais populares etc. (FRÚGOLI JR., 2012, p. 3-4)

E frequentemente viam-se discursos que corroboravam essa ideia de que a revitalização viria “salvar” a região da “degradação”. Em um dos textos de divulgação da Nova Luz, a prefeitura de São Paulo, na época sob o comando de Gilberto Kassab, descreve:

Circundada pelo polo cultural formado pela Sala São Paulo, Pinacoteca do Estado, Estação Júlio Prestes, Parque da Luz, Museu da Língua Portuguesa, Museu de Arte Sacra e localizada entre duas regiões com perfil comercial consolidado, a Santa Ifigênia e o Bom Retiro, **a Luz era uma mancha negra que irradiava degradação no entorno, onde poucos tinham esperança de um dia encontrar um bairro agradável.** (grifo meu; Começam..., 2007).

³ Lei Municipal nº 14.917, de 07 de maio de 2009.

Como demonstra Beatriz Kara José (2010) em sua tese sobre a popularização do centro, o discurso da “revitalização”, motivado pela ideia de que a região estaria “degradada”, assumiu um caráter peculiar ainda na década de 1970: no foco das propostas está a atração das classes médias para a área, que já tinha sido abandonada pelas elites. Desde então, para justificar as intervenções propostas, as gestões municipais apostam numa estratégia de “marketing inverso”, baseado sempre num discurso que ressalta a “decadência” desse centro (KARA JOSÉ, 2010, p. 27). Segundo Villaça (2011), esse discurso revela sucessivas tentativas de segregar a população de mais baixa renda que permaneceu no centro, mesmo que a predominância dela na região tenha se dado também em parte pelo abandono das “classes dominantes”, que desde o início do século XX passaram a ocupar outras regiões da cidade.

A ideia dominante é: o centro da cidade está se “deteriorando”. A deterioração, ou apodrecimento, é um processo natural que só ocorre com seres vivos. Essa ideia pretende esconder o processo real rotulado de “decadência” e que é de responsabilidade da classe dominante, mas que não quer assumi-lo. A verdade é que a chamada “decadência” decorreu do fato de essa classe ter abandonado o centro (...). Justamente a partir do momento em que o centro deixa de ser patrocinado pelas elites e passa a ser patrocinado pela maioria popular, cria-se a ideia de que ele está se deteriorando. Mais ainda. Justamente quando a maioria toma conta do centro, cria-se a ideia de que esse não é mais o centro da cidade, e que essa teria um novo centro. (VILLAÇA, 2011, p. 48)

A estratégia, então, para atrair as pessoas de volta para o centro em tese “abandonado”, “degradado” e “decadente”, deveria ser a de substituição. A gestão pública incumbe-se da missão de eliminar tudo o que degrada a cidade e de mostrar que trabalha para a “revitalização” de uma região que historicamente pertencia às elites, mas que foi tomada por “degenerados”. Essa ideia é propagada, muitas vezes, pela imprensa. Jornais emplacam um discurso de criminalização e desmoralização da população que mora em condições precárias no centro de São Paulo, frequentemente retratada como “invasora” ou “viciada”, e a parte da cidade que a abriga é vista como uma área que precisa ser “limpa”.

A urbanista Simone Gatti (2015), em tese que discute as ameaças à população de baixa renda no Nova Luz, analisou a forma como esse ideal da substituição do “degradado” pelo “moderno” foi sendo construído. De acordo com ela, no projeto Nova Luz foram desconsideradas totalmente as especificidades locais, numa completa descaracterização do território e dos moradores. “Quando todas essas referências são perdidas, quando esse sentido de lugar é desfeito, está se abrindo uma conjuntura favorável para a criação de um novo território, uma ‘Nova Luz’ para os moradores, com perfil social distinto daqueles que ali estavam” (GATTI, 2015, p. 169).

A antropóloga Taniele Rui (2013) afirma que essa disputa territorial e seus confrontos estão submetidos a, pelo menos, dois tipos de temporalidade e visibilidade, manifestos em ações performáticas, de caráter público e espetacular, e em ações cotidianas, de caráter privado e rotineiro (RUI, 2013, p. 289). De acordo com a autora, para que o espetáculo e as ações performáticas do Estado sejam validados, é fundamental encampar também uma disputa narrativa. A dimensão midiática passou a ter um papel central nessa disputa, uma vez que o sucesso da ação-espetáculo policial se garante por uma cúmplice vinculação com a exposição midiática. Da mesma forma, quando não há o estabelecimento dessa cumplicidade, é também mais possível apontar o fracasso e a ineficiência do espetáculo (RUI, 2013, p. 300). De acordo com a autora, o poder estatal se materializa nessas operações midiáticas e, além delas, “há uma série de interações cotidianas que escapam da visibilidade e do conhecimento públicos, conformando, assim, não uma oposição, mas uma complementaridade na lógica de atuação” (RUI, 2013, p. 289).

Nesse sentido, é fácil verificar as ações espetaculares do Estado no Centro. No caso dos conflitos encampados na Favela do Moinho, por exemplo, relatados por Carolina, podem ser consideradas como ações performáticas a construção de um muro no meio da favela ou mesmo a demolição de um prédio ocupado. Ambas as ações, midiáticas, reforçam a ideia de que a gestão está trabalhando para acabar com a “degradação”, para eliminar os “favelados” do Centro. Por outro lado, graças a trabalhos que fazem um acompanhamento mais próximo dos moradores, é possível dar visibilidade à ação cotidiana, também violenta, como as ligações telefônicas feitas para tentar desmobilizar a luta e para convencer os moradores a deixar o terreno, trazidas à público pelo Arquitetura da Gentrificação em 2013.

Graças a essas narrativas, é evidenciado um cenário de disputa pelo território mais complexo do que aquele explorado nas narrativas do espetáculo.

As demolições e o projeto privado de cidade

Muitas demolições de fato ocorreram no Centro. Um caso emblemático foi o da demolição da primeira rodoviária da cidade, muito próxima à Praça Júlio Prestes e à Estação da Luz. No início dos anos 1980, a rodoviária foi transferida para o Tietê, e o espaço passou a abrigar um shopping popular, o Fashion Center Luz. Após duas décadas de funcionamento, veio o processo de desapropriação e, em 2010, o edifício foi demolido, deixando 20 mil metros quadrados de terreno baldio no coração do Centro de São Paulo.

A área ficou vazia por sete anos. Inicialmente, deveria abrigar o Teatro da Dança de São Paulo, projeto contratado ao midiático escritório suíço Herzog & De Meuron em 2007 (GUERRA, 2016). O projeto ocupava papel de destaque no Nova Luz, e o novo equipamento poderia se somar aos outros espaços de cultura inaugurados na região no final dos anos 1990, como a Sala São Paulo, a Pinacoteca do Estado e o Museu da Língua Portuguesa, em projetos tocados essencialmente pelo Governo do Estado, de caráter eminentemente público (Complexo, 2013...). A diferença é que, na década anterior, quando o plano era “revitalizar” a região pelo viés da cultura, a ideia não era de apagamento ou demolição de vários trechos do Centro, e sim de promoção da região a partir da utilização de seus edifícios históricos, transformando-os em galerias de arte, museus, teatros e casas de espetáculos (KARA JOSÉ, 2007)⁴. Mas, uma vez aprovada a lei de Concessão Urbanística, o projeto da escola de dança nunca saiu do papel, e o paradigma anterior de revitalização foi abandonado.

Quando o Nova Luz foi lançado, previa-se a demolição de 30% da área construída da região (Projeto..., 2010). A demolição era um fator crucial para o sucesso do projeto. O prefeito Gilberto Kassab (PFL/DEM/PSD) chegou a entrar na cabine da escavadeira que demoliu o primeiro imóvel no âmbito do projeto, em 2007, conforme aponta texto publicado no site da Prefeitura.

⁴ E não é que não houvesse violações de direitos, despejos e remoções já naquela época. Havia, como é possível verificar no extenso dossiê lançado pelo Fórum Centro Vivo, uma organização de vários atores e instituições formada no ano 2000 para denunciar os desmandos no processo de revitalização (Ver: Violações..., 2005).

Às 15h54 desta sexta-feira (26/10), o prefeito de São Paulo entrou na cabine da escavadeira posicionada em frente ao imóvel de número 381 da rua General Couto de Magalhães, na Nova Luz, Centro da Cidade. Ele acionou a concha metálica do equipamento e deu início à primeira das demolições de imóveis na região. Nessa primeira fase serão demolidos seis imóveis, mas numa fase posterior o número chegará a 58 imóveis. No local serão construídos prédios que vão abrigar repartições e empresas da Prefeitura. Os edifícios interditados estão nas duas quadras formadas pelas ruas General Couto de Magalhães, dos Protestantes e Mauá, numa área de 4.359 m². (Começam..., 2007).

Em outro trecho do texto, a gestão afirma que “o mais importante é que o processo de desapropriação continue”, para que paralelamente seja possível anunciar investimentos privados. Ressalta-se uma lei criada para a atração dessas empresas (nº 14.906/2005), que dava um desconto de 50% no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), fixava em 2% o pagamento de Impostos Sobre Serviços (ISS) e ainda garantia um abatimento de 80% no valor do imóvel adquirido, a ser resgatado por meio de Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento (CIDs). Foram anunciados nomes de 23 empresas que migrariam para a região para fomentar sua “revitalização”, oferecendo empregos de “alta renda e qualificados”, dentre elas IBM, Microsoft e até o Instituto Moreira Salles – que, hoje se sabe, instalou sua nova sede na Avenida Paulista. Sobre a primeira empresa que embarcou no generoso pacote ofertado pela Prefeitura, o texto afirma:

A empresa de publicidade Fess’ Kobbi Comunicação foi uma das primeiras a acreditar no projeto Nova Luz. Começou a funcionar há cerca de um ano, com equipamentos de alta tecnologia, em prédio na rua Triunfo, 51. Foi para lá que rumaram as autoridades, acompanhadas pelos responsáveis pela empresa, após a solenidade que lançou mais esta etapa da Nova Luz. Puderam conferir o funcionamento da empresa pioneira na região. (Começam..., 2007).

O texto fala como se não houvesse nenhuma empresa funcionando no bairro, e como se aquele território estivesse deserto – o que contradiz o próprio levantamento da gestão, que aponta para a existência de uma população comercial de mais de 23.000 pessoas trabalhando no perímetro, e de outras 11.700 residindo.

Em 2009 fica evidente que as demolições não dariam lugar a equipamentos ou repartições públicas, mas a concessões de espaços para a iniciativa privada⁵. Essa forma de operação seria, então, chave para a transformação do centro. O projeto era extremamente criticado por organizações da sociedade civil, sob alegação de que os moradores e trabalhadores da região não estavam sendo incluídos no projeto e nem nas discussões, uma vez que não havia garantia de que as pessoas removidas seriam as que ocupariam os novos empreendimentos e que não estavam sendo garantidos espaços para participação popular (ROLNIK, 2011). Em 2013, pouco depois da posse do novo prefeito, Fernando Haddad (PT), o projeto Nova Luz foi arquivado (Justiça..., 2013).

Cabe aqui notar que, com a mudança de gestão e a passagem do bastão de Kassab (PFL/DEM/PSD) para Haddad (PT), as discussões sobre a revitalização migraram da demolição para a atração de uma nova classe média para o Centro, especialmente uma classe jovem, criativa, composta por profissionais liberais. Essa discussão ocorreu no âmbito da criação de um novo Plano Diretor para a cidade de São Paulo (lei nº 16.050/14) e utiliza como principal argumento a necessidade de adensar o Centro da cidade — mesmo que a região já fosse, de acordo com os dados demográficos, a mais densa da cidade —, ajudar a equilibrar a oferta de emprego e moradia e estimular o crescimento das áreas já bem servidas de infraestrutura. Houve também um esforço para ampliar a oferta de habitação social em terras qualificadas, como as da área Central, dentre eles, a criação da Cota de Solidariedade, em que imóveis maiores que 20.000 m² deveriam doar o equivalente a 10% da área construída para promoção de habitação social, e a ampliação das ZEIS no Centro (LEITE, ACOSTA, HADDAD, SUTTI, 2018; BONDUKI, ROSSETTO, 2018).

Apesar do arquivamento do projeto Nova Luz e da mudança na gestão, os mecanismos para selar a concessão de áreas públicas ao setor privado já haviam sido criados, e esse processo continuou a ser tocado pelo governo do Estado, sob gestão de Geraldo Alckmin (PSDB). Além das leis de concessões, em 2012, havia sido aprovada também uma alteração na lei das PPPs⁶, e toda essa legislação urbana ajudou a garantir a atuação privada no Centro

⁵ Lei de Concessão Urbanística 14.917/2009 e lei de aplicação da concessão urbanística na área da Nova Luz 14.918/2009.

⁶ Lei nº 14.735/2012, que alterou o Programa de Parcerias Público Privadas - PPP, instituído pela Lei nº 11.688/2004.

da cidade. A gestão Alckmin lançou uma PPP da Habitação, que previa inicialmente a construção de 20.221 unidades habitacionais para a população de média a baixa renda por meio dessas parcerias, em localidades diferentes da cidade. Entretanto, desse gigantesco projeto habitacional, é importante ressaltar que um edital foi lançado. O projeto foi dividido em quatro lotes, todos na região central, podendo chegar à oferta de 14.124 unidades habitacionais (PAULO, 2014). Apenas um dos lotes foi bem sucedido na concorrência internacional: o lote 1⁷, que previa a construção de 3.683 unidades habitacionais e foi contratado junto à empresa Canopus Holding S.A. em 2015, vencedora do edital.

Após o certame, o Governo do Estado anexou ao projeto o Complexo Júlio Prestes, justamente na área para a qual estava prevista a Nova Luz⁸, porque ficou definido em contrato que a construção de HIS ocorreria em terrenos públicos, o que abriu margem para esse direcionamento. Posteriormente, a Prefeitura de São Paulo ainda concedeu outros terrenos públicos na região para serem incluídos na PPP e, das 3.683 unidades previstas, 1.682 foram destinadas à Nova Luz (Terrenos..., 2017). É importante pontuar que o anúncio da doação de novos terrenos pela Prefeitura foi feito em maio de 2017, três dias após uma ação policial violenta em que o então prefeito João Doria afirmou que a Cracolândia tinha acabado – ação esta que, de tão simbólica, será detalhada mais à frente.

O contrato da PPP da Habitação foi alvo de questionamentos feitos pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas do Estado, por descumprir diversos requisitos legais e acordos, como o de cadastrar os moradores da região para serem beneficiados pelas moradias e o de entregar para os movimentos sociais os primeiros 500 imóveis construídos no local (STOCHERO, 2017). Apesar das ilegalidades, o projeto continuou de pé, e a PPP da Habitação selou o destino do terreno na antiga rodoviária, que havia sido desapropriado pelo poder público. Ali foi construído um grande empreendimento imobiliário, bem em meio ao fluxo da região chamada de Cracolândia.

As obras foram realizadas a toque de caixa e, em março de 2018, ano eleitoral, a primeira torre foi inaugurada pelo então prefeito João Doria, que foi eleito para o cargo de

⁷ LOTE 1 - Área Central da Cidade de São Paulo. **Secretaria da Habitação - Governo do Estado de São Paulo**. Disponível em <<http://www.habitacao.sp.gov.br/icone/detalhe.aspx?Id=9>>. Acesso em 25 out 2020.

⁸ LOTE 1 - Complexo Júlio Prestes. **Secretaria da Habitação - Governo do Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.habitacao.sp.gov.br/icone/detalhe.aspx?Id=13>>. Acesso em 25 out 2020.

Governador do Estado, junto ao então governador Geraldo Alckmin, que disputou a Presidência da República. A saída pela iniciativa privada toma o lugar do projeto público, como já se tentava fazer desde o lançamento do Nova Luz. O projeto seguiu emplacando uma rotina de remoções e demolições e, atualmente, as quadras 37 e 38 também estão ameaçadas (TAJRA, 2020).

Paralelamente à PPP da Habitação também foi aprovada a PPP do Hospital Pérola Byington, que demoliu a Quadra 36, vizinha ao Complexo Júlio Prestes. Conforme consta em texto do Radar PPP, foi aberto um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) em 2012 para consultar se a iniciativa privada estaria disposta a integrar projeto para a construção de diferentes hospitais (NAVES, 2014). Esta iniciativa culminou na abertura de licitação para estudos técnicos de PPP para quatro hospitais: um em Sorocaba, outro em São José dos Campos e dois em São Paulo – o de referência da saúde da mulher, que seria o novo Hospital Pérola Byington, e o de reabilitação de olhos. Em 2013, a licitação foi aberta para três deles, conforme consta em texto publicado no Portal do Governo, sendo apenas um na cidade de São Paulo (Alckmin..., 2013). Segundo o texto, o novo Hospital Pérola Byington, “que integra o projeto de revitalização do centro da capital, será construído na região da Nova Luz”. A empresa Construcap saiu vencedora da concorrência.

Na ocasião, diversas organizações se mobilizaram contra o empreendimento. Uma ação civil pública inclusive questionou sobre as motivações de se construir um hospital na região central, que já possuía 7.153 leitos hospitalares, sendo 513 em hospitais públicos, além de 2.433 leitos nas unidades de saúde, atingindo uma taxa de 15,90 leitos/1.000 habitantes, quando a Organização Mundial da Saúde recomenda de 3 a 5 leitos/1.000 habitantes⁹.

Todos esses processos que foram viabilizando intervenções urbanas na área culminaram num acirramento das operações violentas associadas à “revitalização” da área. A partir de levantamento do Observatório de Remoções¹⁰, foi possível verificar o histórico de violações na área, e o ano de 2017 aparece como o pior ano para viver na região da Luz (Mapa..., 2017) – ano em que o prefeito João Doria (PSDB, 2017-2018) assumiu o poder,

⁹ Inquérito Civil Nº 14.0749.0004371/2017 que originou uma Ação Civil Pública.

¹⁰ O Observatório das Remoções é um projeto coordenado pelo LabCidade/FAUUSP junto ao LABJUTA/UABC que monitora as ameaças e remoções desde 2014, e disponibiliza estes dados através da Plataforma do LabCidade.

acabou com o programa De Braços Abertos, destinado ao atendimento e à assistência social junto a usuários de drogas na região, e retomou as demolições no Centro. O levantamento do Remoções reuniu dados associados à essa violência, marcada por i) truculência das polícias civil, militar e da guarda civil metropolitana (incluindo homicídio e tortura); ii) as demolições e os lacramentos de imóveis habitados; iii) os incêndios em áreas de moradia precária; e, iv) as internações forçadas dos sujeitos-usuários de substâncias químicas em situação de rua. Esse compilado de dados que caracterizaram a escalada da violência na área podem ser visualizados no mapa abaixo:

Figura 2: Cartografia das violências promovidas na região da Luz revela agravamento em 2017, de acordo com levantamento do Observatório de Remoções.

O ano de 2017 ficou marcado pela trágica e emblemática ação policial violenta protagonizada pelo então prefeito João Doria. A gestão queria marcar o fim da Cracolândia (PAGNAN, GOMES, VERPA, 2017). Edifícios começaram a ser demolidos na área, sob a justificativa de estarem condenados. Três pessoas terminaram feridas, porque um prédio vizinho ao que estava sendo demolido ainda possuía pessoas dentro. De acordo com reportagem do jornal El País:

Nos fundos do edifício que começou a ser demolido funciona uma pensão onde vivem, segundo contam seus vizinhos, umas 20 famílias. O prédio está unido a outras construções que, segundo a prefeitura, estavam condenadas. Elas foram esvaziadas e fechadas ainda no domingo. A escavadeira estava dando cabo dessas construções até que chegou à parede lateral do imóvel vizinho, onde ainda havia pessoas dentro. Uma de suas moradoras é Vilma Maria Santos da Silva, que estava entrando no edifício no momento da demolição. Viu as paredes ruírem e começou a gritar. A maioria saiu correndo para fora da edificação, mas ainda havia pessoas dormindo ou no banheiro que demoraram mais. "A gente saiu gritando para eles pararem, mas um policial falou que não era nada não, que era para continuar. Só pararam quando a imprensa viu o que estava acontecendo e começou a entrar", narra Vilma. (...) Segundo os servidores municipais, os prédios lacrados nos últimos dias estavam em risco de desabamento. Eles garantiram que os proprietários terão a opção de revitalizar seu imóvel ou de serem indenizados após desapropriação. O Bar e Mercearia do Alemão foi um dos empreendimentos que tiveram que fechar suas portas. Quando a reportagem chegou ao local, o dono e os funcionários colocavam, apressados, geladeiras e produtos em um caminhão. Ao lado, a entrada do hotel de Ângela Maria Crapaud, de 50 anos, foi emparedada e ela mal conseguiu retirar seus pertences. Outros comerciantes e moradores se queixavam do mesmo e diziam estar sendo tratados como "lixo". Também coincidiam em dizer que a prefeitura não comunicou anteriormente e nem deu prazo para saírem do local. "Eles acham que aqui só tem usuário de drogas", lamenta Ângela. Funcionários da prefeitura garantiram, entretanto, que os inquilinos tiveram alguns minutos para retirar pertences, principalmente os estabelecimentos que possuíam geladeira e produtos perecíveis. Segundo Doria, que rebatizou a região de "Nova Luz", sua administração irá construir um hospital e moradias populares na área. (BETIM, 2017)

O trecho da reportagem revela o caráter extraordinário e apressado das demolições, que descumprem ritos legais e adotam o discurso da substituição do modo de vida no local e a construção de novos equipamentos para justificar as intervenções. Fica evidente o descaso com a população local, que foi ferida e expulsa sem qualquer notificação adequada. É importante notar que essas demolições foram diretamente associadas aos contratos das PPPs da Habitação e do Hospital Pérola Byington, situadas no entorno imediato das demolições. Também é interessante notar que a reportagem cita, conforme aparece no trecho acima, que

Doria rebatizou a região de “Nova Luz”: mesmo que o projeto não tenha vingado na teoria, ele estava existindo no discurso e na prática.

Os projetos seguiam o plano de substituição da população na área. Enquanto colocavam moradores na rua, traziam novos para o local. Carolina, que morava na quadra 36, não entendia como aquilo poderia dar certo, e se ressentia pelo fato de que um novo complexo habitacional estava sendo erguido ali, bem na sua frente, enquanto ela seria removida de casa e colocada na rua. De acordo com ela, são os moradores dali que conhecem e sabem lidar com a realidade do bairro, não os novatos que vinham chegando.

A gente sabe conversar, mas eles não. As PPPs é rodeado pelos os usuários, eles até se agriem, se ofendem uns com os outros, os moradores com os usuários. Os usuários jogam coisas dentro das casas deles, do primeiro andar principalmente, se você passar ali pode ver que a maioria do primeiro andar tem tábuas tampando as janelas e tudo, mas isso é questão do que? Você está invadindo um espaço que basicamente são deles, você tem que chegar e conversar, eles não são bicho, eles são seres humanos, entende? Você quando for passar na Cracolândia, se você vai passar com uma criança, qualquer usuário, ele pode estar na loucura que for, se ele vê uma criança, ele esconde o cachimbo. Tem que saber lidar com a situação. É o fluxo, por isso que é o fluxo, que eles andam. Eles não querem saber onde que eles estão, contanto que eles estejam fazendo o uso da droga deles, basta você saber conversar. No casarão ali, era um monte, um monte, um monte, um monte, um monte... Na madrugada, a gente: ‘Ô, a criançada não consegue dormir, pessoal’, ‘Ô, desculpa aí, senhora’. E eles passavam um para o outro ‘Ô, aqui não pode, tal, o pessoal tá morando aí’. Você vê aonde que a gente constrói relações, mas as pessoas não sabem conversar. Eu tenho uma amiga minha ela foi contemplada com um prédio dali, sem ser moradora da quadra, ela mora na [Avenida] São João. Mas ela não quer, porque não conhece, não sabe, entende? Se você sai do Morumbi e vem para a favela, são parâmetros diferentes, né? Não dá... Aí fala assim: ‘Ah, que foi sorteado, tal’. Não foi sorteado, eles escolheram. Eles acham que trazendo pessoas de outros bairros diferentes vai revitalizar a área. Não, não vai... a gente que vai revitalizar a área. (Carolina)

Ainda de acordo com a moradora, o poder público se aproveita dessas mudanças que os próprios moradores constroem para lucrar em cima.

É assim: nós pobres que não temos para onde ir, a gente super valoriza aquele terreno, que é o que acontece, a gente dá vida para aquele terreno. Os governantes vão lá, vê que aquilo ali tem vida, ele percebe o brilho que tem ali e aí, o que que eles fazem? Vão lá e acontece uma desapropriação, entende? É que nem a quadra 36, o que que aconteceu ali? Ali a quadra tava totalmente destruída, tava totalmente esquecida. Para eles, não para nós. Mas perceberam que ali tem um ponto bem grande de comércio, lembraram que tem um terminal de ônibus ali, lembraram que a Porto Seguro tá ali, que Porto Seguro tá apoiando, que querem revitalizar o centro... Fizeram tudo o que fizeram. (Carolina)

A fala de Carolina explicita o processo de acumulação por despossessão definido pelo geógrafo David Harvey (2005), que pode ser percebido por algumas práticas como apreensão de terras comunais, recursos naturais e espaços públicos ou mesmo do capital adquirido através de reformas como privatização de equipamentos públicos, escolas, moradias e hospitais. A acumulação por despossessão seria, essencialmente, os ganhos de capital obtidos partir da apropriação de meios comuns de subsistência. Esse processo vai se complexificando na contemporaneidade, podendo se consolidar através de instrumentos que financiam riscos e dívidas com base no mercado de hipotecas, empréstimos estudantis ou financiamento de carros. É importante ressaltar que as formas mais contemporâneas de apropriação triunfam ainda mais em tempos de crise e estão cada vez mais concentradas nas mãos de menos pessoas.

Entretanto, é importante entender como se dão os movimentos do capital nos territórios e como se configuram no tempo e no espaço. Segundo o autor:

Se o capital é definido como “valor em movimento”, então devemos dizer algo a respeito da configuração espaço-temporal do mundo em que ocorre esse movimento. O movimento não pode acontecer no vácuo. Temos de abandonar a visão do valor que se move sem estar ancorado em nenhum lugar e passar a enxergá-lo criando geografias de cidades e redes de transportes, formando paisagens agrícolas para a produção de alimentos e

matérias-primas, englobando fluxos de pessoas, bens e informações, determinando configurações territoriais de valores fundiários e habilidades de trabalho, organizando espaços de trabalho, estruturas de governo e administração. (HARVEY, 2018, p. 129)

As formas de atuação do capital mediado pelo Estado são complexas e, através dos seus movimentos no lugar, é que se faz possível visualizar um ciclo para viabilizar a acumulação capitalista: a construção, a destruição e a reconstrução de paisagens e relações espaciais, como aponta Harvey.

A relação dialética entre espaço e lugar é central para se compreenderem aspectos construtivos e destrutivos do movimento do capital no espaço e no tempo. Aspectos desse problema estão embutidos na própria dinâmica do capitalismo. Uma vez que são incorporados investimentos na terra em determinado lugar, o capital precisa usá-los nesse lugar para que não sofram desvalorização. (...) Podemos dizer agora que, em um primeiro momento, o capital cria uma paisagem física e as relações espaciais adequadas às suas necessidades e propósitos (tanto na produção quanto no consumo) e, em um segundo momento, no futuro, percebe que o que criou se tornou antagônico às suas necessidades. É parte da dinâmica da acumulação capitalista a necessidade de construir paisagens e relações espaciais inteiras para mais adiante tornar a destruí-las e reconstruí-las do zero no futuro. (HARVEY, 2018, p. 133)

Ou seja, considerando as dinâmicas do próprio capital e suas formas de reprodução no espaço, faz sentido o tal “marketing inverso” percebido por Beatriz Kara José e Flávio Villaça, relacionado aos discursos de degradação promovidos pelo próprio poder público, na intenção de justificar e validar as novas intervenções na região central. Assim como também fazem sentido as demolições.

É inegável o interesse privado na região central, e é possível notar como o poder público tem criado mecanismos cada vez mais sofisticados para atender a esse interesse. Em sua tese de doutorado, o urbanista Guilherme Petrella analisou esse movimento de transformação no centro. De acordo com o pesquisador, é evidente que a pressão para a valorização imobiliária da região é o principal motivador das infinitas propostas de revitalização, que tem encontrado vias de ocorrer pela instrumentalização do Estado e do

espaço para finalidades privadas. Segundo ele, este processo “engendra a estrutura dos planos urbanos do século XXI” (PETRELLA, 2017, p. 171).

Ainda segundo o autor, a transformação na região da Luz, ao operar sobre espaços “deteriorados”, permite valorização e capitalização adicionais (PETRELLA, 2017, p. 19). A substituição da população por uma que garanta maior rentabilidade faz parte dos interesses de manutenção e reprodução de relações capitalistas de produção do espaço. E, segundo Petrella, os agentes envolvidos na produção do espaço a partir dos planos urbanos propostos “devem ser capazes de realizar o valor e o preço da mercadoria imobiliária, constituindo-se em oposição aos antigos moradores” (PETRELLA, 2017, p. 19). As possibilidades de explorar o território (e as pessoas que nele habitam) para garantir a execução de projetos urbanos conformam um processo em que a acumulação por espoliação tem sua realidade na produção do espaço (PETRELLA, 2017, p. 19).

A urbanista Raquel Rolnik (2015), em seu livro “Guerra dos Lugares”, aponta que é a necessidade de remunerar o capital investido que determina o conteúdo das transformações urbanísticas. E, por isso, essas transformações não são mais fruto de planos de desenvolvimento para as cidades, movidos a partir das necessidades dos cidadãos, mas trata-se de um urbanismo *ad-hoc*, realizado por meio de projetos em que o contrato prevalece em relação à lei. Nesse contexto de produção do espaço, os megaprojetos se destacam como o cordão umbilical que une acumulação por despossessão à construção da hegemonia do capital financeiro nas cidades (ROLNIK, 2015, p. 242-243).

Um novo plano de concessões

Com as PPPs, apenas projetos pontuais ficaram a cargo da iniciativa privada, e o ideal de concessão do espaço urbano em maior escala ainda não tinha sido realizado. A tentativa incansável de fazer as pessoas “voltarem” a morar na Luz está explícita também no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo¹¹ aprovado na gestão de Fernando Haddad (PT), o que cria novas estratégias de “revitalização”. O plano, além de sugerir explicitamente “a requalificação e reabilitação das áreas deterioradas e subutilizadas, ocupadas de modo precário pela população de baixa renda” (PDE, 2014, p. 47), determina que seja revisada a

¹¹ Lei municipal nº 16.050/2014

Operação Urbana Centro – marco legal que garante um conjunto de incentivos para atrair investimentos para a região, em vigor desde 1997. Uma série de estratégias para a renovação do centro foram propostas desde a aprovação do novo plano, como a “reforma” do Largo do Arouche e do Anhangabaú.

Mas uma nova estratégia mais robusta começou a ser elaborada ainda em 2016, tendo como lastro a necessidade de revisar a Operação Urbana Centro. Foi criado o Plano de Intervenção Urbanística (PIU), que tem uma característica muito peculiar. A concessão urbana não está restrita a um projeto específico, como a um hospital ou um conjunto habitacional, por exemplo, mas incide sobre todo um perímetro urbano, permitindo ao ente privado explorar o território nos âmbitos infraestruturais, residenciais e comerciais, a partir da mobilização de uma série de instrumentos urbanísticos diferentes. É permitido ao ente privado, inclusive, desapropriar imóveis no perímetro onde irá atuar. Exige-se apenas que seja elaborado um programa de interesse público para que o plano possa ser tocado¹².

O instrumento foi estreado com a proposta do PIU Rio Branco, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) e a São Paulo Urbanismo (Prefeitura..., 2016). O plano tinha como objetivo estimular a produção habitacional, incentivar o maior aproveitamento dos imóveis existentes, melhorar a qualidade de vida dos moradores e usuários permanentes, além de requalificar e reabilitar áreas deterioradas ou subutilizadas¹³ ao longo da Avenida Rio Branco, mesma via onde fica o novo hospital. O projeto foi suspenso após a primeira consulta pública.

Uma série de outros PIUs começaram a ser propostos para toda a cidade de São Paulo, mas especialmente para o Centro, onde os planos até se sobrepõem. Na área onde estão situadas as quadras contíguas às PPPs já mencionadas, está em andamento o PIU Terminal Princesa Isabel¹⁴ – que foi o único PIU dos terminais de ônibus que vingou até o momento.

¹² PROJETOS de Intervenção Urbana (PIU). **Gestão Urbana SP - Prefeitura de São Paulo**. Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/estruturacao-territorial/piu/>>. Acesso em 25 out 2020.

¹³ MONITORAMENTO PIU - PIU Rio Branco. **Gestão Urbana SP - Prefeitura de São Paulo**. Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/estruturacao-territorial/piu/piu-monitoramento/#>>. Acesso em 25 out 2020.

¹⁴ MONITORAMENTO PIU - PIU Terminal Princesa Isabel. **Gestão Urbana SP - Prefeitura de São Paulo**. Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/estruturacao-territorial/piu/piu-monitoramento/#>>. Acesso em 25 out 2020.

Além dele, estão em consulta pública outros dois PIUs para o Centro: o PIU Minhocão e o PIU Setor Central, este último sendo um megaprojeto urbano que colocará sob concessão uma área de quase 2.000 hectares no centro de São Paulo.

Esses projetos têm provocado um novo movimento do mercado imobiliário na região, que vem se preparando para essas transformações prometidas e aumentando sua atuação na área, como veremos no tópico seguinte.

A valorização do Centro

Figura 3: Imagem de satélite de parte do Centro de São Paulo onde estão concentradas uma série de disputas socioterritoriais (elaboração própria, 2019)

A imagem acima retrata um território em disputa, onde diversas localidades são palco para conflitos urbanos. O destaque fica para o terreno vazio, com a areia laranja exposta ao

sol, a face da demolição à mostra. Não há terra à vista no Centro da cidade cinza. A estranheza é inevitável. Naquele terreno vazio, foram construídas torres altas por meio de uma PPP Habitacional, vizinhas à atual concentração do fluxo de usuários de droga da dita “Cracolândia”. Na quadra 36, já removida, está a PPP do Hospital Pérola Byington. Neste trecho específico da cidade, há inúmeras transformações em curso. Ao longo do Minhocão (apelido do Elevado Presidente João Goulart), houve uma explosão de lançamentos imobiliários, o Vale do Anhangabaú foi reformado e o Largo do Arouche também. Em torno da Praça da República ocorreu a abertura de modernos bares e restaurantes nos últimos anos. O Complexo Porto Seguro inaugurou biblioteca e teatro em imóveis que possui no entorno, e se somam às iniciativas de revitalização pela cultura da Sala São Paulo e dos museus próximos à Estação da Luz. Tudo isso em volta de gigantes populares, como são a Rua Santa Ifigênia e a Rua José Paulino, quando falamos de comércio, e, na moradia, a Favela do Moinho, as Ocupações Mauá e Prestes Maia, e a já inexistente Torre de Vidro, no Largo do Paissandu, que veio abaixo após um trágico incêndio em maio de 2018.

A realidade é múltipla, o caráter popular é pulsante e a disputa é intensa. A região dos Campos Elíseos nas proximidades da Estação da Luz é uma das últimas fronteiras ainda não conquistadas pelo mercado imobiliário e pela “hipsterização” que avança por outras áreas do Centro de São Paulo (SANTOS, 2019).

Entretanto, é difícil mensurar o quanto essa disputa altera os preços na região, uma vez que as informações sobre preço do m² praticado em São Paulo são produzidas e controladas pelo próprio mercado. Em junho de 2020, entrei em contato com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), que coordena o projeto FipeZap, solicitando dados referentes aos preços médios de venda e locação praticados em São Paulo, com o fim de usá-los para esta pesquisa. A resposta que obtive informava que “por contrato, a Fipe não tem autonomia ou autorização para compartilhar ou comercializar quaisquer informações que já não sejam públicas em nossos informes e bases de dados”, e que as únicas informações compartilhadas são “os maiores e menores valores — e, ainda assim, apenas de forma meramente ilustrativa (e não para serem utilizados como referência de mercado)”. O texto ainda dizia que “essas limitações decorrem do expressivo valor atribuído a essas informações no mercado: dificilmente o detentor dessas informações irá compartilhá-las ou divulgá-las” e que “caso

fosse possível, essas informações já seriam de domínio público”. Essa resposta foi enviada para mim por e-mail no dia 22 de junho de 2020, e é representativa do nível de ingerência que a iniciativa privada tem sobre o mercado da terra urbana em São Paulo.

Para ter alguma noção sobre os preços praticados nos bairros do Centro, busquei dados na plataforma Proprietário Direto, um serviço digital que conecta vendedores e compradores e compila dados a partir dos imóveis cadastrados. Não são dados oficiais, mas ajudam a situar as dinâmicas do mercado imobiliário. Enquanto República e Santa Cecília já conseguem alcançar preços altíssimos, chegando a negociar por quase R\$ 10.000/m² os apartamentos de até 50 m², a média dos preços de Campos Elíseos (R\$ 6.618) ainda está abaixo da média da cidade de São Paulo (R\$6.713), o que ajuda a explicar o interesse em transformar a região pelo potencial de valorização.

Figura 4: Gráfico de elaboração própria, com dados do Índice Proprietário Direto, nov/2019

Nos últimos anos os distritos que compõem a subprefeitura da Sé — Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade, República, Santa Cecília e Sé — vêm passando por um boom de novos comércios e serviços que têm modificado o perfil do Centro da cidade, e elevado o valor médio do metro quadrado, que passou de R\$ 6.399 em 2010 para R\$ 9.762 em 2019, segundo dados do Secovi-SP — uma alta de 52%. A pesquisadora Luanda

Vannuchi (2019), em sua tese de doutorado, mapeou quase 50 empreendimentos lançados desde 2013 na região da República. Conforme aponta a urbanista Paula Santoro, o valor elevado do metro quadrado dessas unidades é compensado pelo tamanho reduzido, o que faz com que o valor final seja atrativo para famílias pequenas, jovens sozinhos, casais e investidores interessados em alugar os imóveis para turistas ou por temporada, via plataformas como Airbnb (SANTORO, 2018). Alguns empreendimentos chegam a custar R\$ 15 mil/m², o que aproxima esses imóveis do patamar daqueles comercializados em bairros nobres como Pinheiros (LACERDA, 2019).

Um estudo de Eduardo Marques e Carolina Requena (2013) demonstra que, a partir dos anos 2000, o centro voltou a ser cenário de lançamentos imobiliários, especialmente nas suas bordas, e deixa claro, portanto, que o mercado tem figurado, sim, como um ator relevante na produção desse espaço nos últimos anos (MARQUES; REQUENA, 2013). Abaixo, um gráfico elaborado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), sobre a relevância da subprefeitura da Sé na atração de empreendimentos imobiliários na cidade (O que está..., 2018).

Figura 5: Gráfico “Participação da Sub Sé no total de apartamentos lançados no município de São Paulo”.

Elaborado pela SMUL/Geoinfo, com dados da Embraesp

Analisar este tipo de gráfico é mais interessante do que analisar dados referentes ao total de lançamentos, uma vez que houve um crescimento grande no número de imóveis lançados em toda a cidade, por motivos que transcendem as especificidades territoriais e estão mais relacionados às dinâmicas econômicas e financeiras. O gráfico abaixo mostra que, em 2017, a região da Sé já abrigava 18% das unidades lançadas em toda a cidade, mais do que o dobro do que detinha dez anos antes.

E onde estão esses lançamentos imobiliários? De acordo com o informe da SMUL, a área em que se situa a subprefeitura da Sé é onde mais se lança imóveis em ZEIS. Entre 2012 e 2017, foram 5.028 unidades lançadas, mais do que na Mooca (3.770); Pirituba (4.849); Vila Prudente (2.928); e Butantã (1.706). Os lançamentos em ZEIS na Sé correspondem a 25% do total de unidades lançadas na região – justamente pelas vantagens oferecidas pelo poder público para intervenções nesse tipo de zona, como os descontos oferecidos para a construção de Habitação de Mercado Popular (HMP), que atende a uma população com renda entre 6 e 10 salários mínimos mensais, ou a concessão de área construída não computável caso o empreendedor faça uso misto do empreendimento, destinando parte da área para uso comercial. E, apesar de as ZEIS do Centro serem áreas em que há necessidade de construção de Habitação de Interesse Social, os empreendimentos que tenham até 500 m² não tem obrigatoriedade de destinar área para esse tipo de atendimento (PDE, 2014, p. 62).

Essa realidade de preços altos para venda e locação no centro é um dos fatores que alimenta o mercado informal de moradia. Em Campos Elíseos, por exemplo, onde é feito o estudo de caso deste trabalho, os modos de morar são extremamente variados, indo desde aluguéis firmados sem contrato até pensões, onde é possível solicitar até o aluguel de camas, sem que haja qualquer obrigação em relação à duração da estadia. E, mesmo no mercado informal, os preços praticados são altos. Uma reportagem publicada pela Folha de S. Paulo, com base em levantamento realizado pelo Fórum Munderéu da Luz em algumas pensões do bairro, mostrou que o aluguel – levando em conta o preço do m² – é mais caro na região da Luz do que no bairro nobre de Pinheiros (MENA, 2018). Um trecho da reportagem revela a seguinte condição:

Uma família de sete pessoas, sendo cinco crianças e dois adultos, vivia em um cômodo sem janelas de 10 m² pelo qual pagava R\$ 700, ou seja, R\$ 70/m². O valor médio do metro quadrado de aluguel em Pinheiros, bairro de classe média alta de São Paulo, era de R\$ 54,29/m² no final de 2017, segundo o índice DMI-VivaReal. (MENA, 2018)

Essa realidade mostra a complexidade das formas de morar no centro, via mercado formal ou informal. O levantamento foi realizado a partir da aplicação de questionários com a participação de 33 moradores de 3 pensões. As respostas mostraram, e isso consta na reportagem, que 60% deles estavam desempregados e metade comprometia mais de 2/3 da renda mensal com moradia – quando o recomendado é que este gasto não supere 1/3 da renda da família.

Para muitas dessas famílias, resta ocupar para sobreviver. É o caso de Dandara*, que é moradora de ocupação e trabalha como ambulante. Segundo ela, essas são as opções que estão postas, não há outras disponíveis.

Eu não entendo a lógica do Estado nessa questão, porque se a gente rouba é errado, se a gente trafica também é muito errado, mas se a gente fica dentro de casa a gente é desocupado, a gente é vagabundo, a gente não quer um trabalho. Mas aí não tem um serviço que é fixo, a gente tá no Brasil, a gente não está em outro Estado, não tem emprego pra nada. Ou a gente se vira ou a gente depende de um Bolsa Família que é 89 reais. A gente enche o gás e acabou o dinheiro. Dinheiro vai embora. Se a gente fica dependendo do Bolsa Família, a gente fica sem comer, porque a gente encheu o gás e acabou o dinheiro. E vive na onde? E mora na onde? E compra comida na onde? Você bota aí 74 reais de gás, sobra quanto? Seis reais pra pagar aluguel. Porque eles não querem que a gente faça ocupação, né? Aí tem que pagar aluguel com seis reais e ainda tem que comer. Enquanto o presidente ganha R\$ 5 mil de aluguel tendo casa própria, auxílio moradia, fora o salário dele que é milhões, e nós que é o vagabundo. (Dandara)

CAPÍTULO 2: Transitoriedade permanente

A acumulação por despossessão está na base do que as autoras Nina Glick-Schiller e Ayse Çaglar definiram como *displacement* e *emplacement*. Esses processos são parte integrante dessa acumulação que ocorre por múltiplas formas de despossessão, e estão inter-relacionados à reestruturação do espaço e das relações sociais. De acordo com as autoras:

Em seu sentido transhistórico, *displacement* se refere aos processos de construção de cidade, estado, império que removeram das pessoas suas terras, recursos e meios de subsistência e as forçaram a reposicionar, reordenar e realocar suas vidas e relacionamentos. Frequentemente violentos, os *displacements* eram acompanhados de novas formas de *emplacement*, incluindo formação de classe, escravidão, intensificação de hierarquia de gênero e colonização. Entretanto, nós destacamos um segundo significado de *displacement*, relacionado à acumulação de capital por *despossessão*. Nesse segundo uso, *displacement* é o resultado da perda do acesso às mais várias formas de subsistência pelas pessoas. (...) As pessoas de quem a riqueza é extraída são normalmente expulsas ou deixadas de lado por serem consideradas sem valor, independentemente de seu status legal no país onde vivem. No passado e no presente, essas apropriações são em última instância mantidas pela força, mas simultaneamente legitimadas culturalmente por meio de narrativas nacionais, racializadas e de gênero. (...) Nossa preocupação é situar tanto *emplacement* quanto *displacement* dentro da reestruturação neoliberal. Nós definimos *emplacement* como a relação, de um lado, entre a continuada reestruturação do lugar junto a redes multiescalares de poder e, de outro, o esforço pessoal, ao largo das barreiras e oportunidades que as contingências de constituir um lugar oferecem, de construir uma vida atrelada a redes locais, nacionais, supranacionais e interconexões globais. (GLICK SCHILLER & ÇAGLAR, 2018, p. 19-21)

Ainda de acordo com as autoras, o conceito de *emplacement* serve tanto como uma ferramenta analítica para entender os processos de construção de cidade em diferentes configurações urbanas como um conceito processual baseado em evidências, que relaciona espaço, lugar e poder e deve ser compreendido dentro de campos geográficos, temporais e políticos específicos. Para elas, a ideia de *emplacement* foi central na análise das migrações, uma vez que foi possível situar os todos os residentes de uma cidade junto às transformações do espaço ao longo do tempo e às reconfigurações sociais e políticas que as produziam.

As análises sobre *displacement* e *emplacement* também carregam em si o propósito das autoras de explorar esse processo em sua interdependência com os processos de regeneração urbana especialmente em cidades grandes que se pretendiam globais¹⁵ (uma vez que esses processos em relevantes centros financeiros como Londres, Nova York e Tóquio já tinham sido bastante explorados), mas que embarcaram nesse projeto sem o mesmo capital político, econômico e cultural. Esse ideal da renovação urbana que foi disseminado ao redor do mundo carregava a meta atrair novos fluxos de investimentos e uma nova economia, com as cidades servindo como engrenagem para o desenvolvimento¹⁶. Essas narrativas ajudaram a mascarar as desigualdades crescentes e, na melhor das hipóteses, serviram apenas para dar uma solução de curto prazo para problemas estruturais. A ode à revitalização guiada pela cultura deixou de reconhecer as falhas neoliberais, como as disparidades, os deslocamentos, a despossessão e as contestações a esse processo de reestruturação (essencialmente, *rebranding*), que, quando incluía em seus discursos as minorias ou os migrantes, era pra atestar que aquela cidade tinha diversidade — o que, no limite, significava que ali também poderia ser encontrada mão-de-obra barata. (GLICK-SCHILLER, ÇAGLAR, 2018, p. 2)

Nesse contexto urbano, em que há uma série de disputas em jogo, tem sido possível verificar profundos processos de despossessão, que afetam diretamente sua relação com o território. De acordo com as autoras,

Às vezes, os processos de despossessão são violentos e bélicos e estão relacionados a disputas mais amplas por terra e recursos num contexto de contenções geopolíticas, que fazem com que as pessoas migrem de suas terras natais. Por causa desse processo, as vidas de cada vez mais pessoas têm se tornado precárias. Neste livro, usamos isso para nos referirmos ao estado de instabilidade e imprevisibilidade trazidos pela reestruturação neoliberal tanto dos termos e condições do trabalho, quanto da vida. (GLICK-SCHILLER; ÇAGLAR, 2018, p. 19).

No caso, elas citam a migração de pessoas para outros países, mas esse mesmo processo pode ocorrer dentro de um mesmo país e, como temos visto, dentro da mesma cidade ou do mesmo cenário urbano. Ao longo deste capítulo, vamos então analisar

¹⁵ Conceito desenvolvido pela socióloga Saskia Sassen (2005).

¹⁶ É interessante notar aqui a perspectiva de outro autor. De acordo com o geógrafo Neil Smith (2007), teve início nos anos 1990 o que ele classificou como sendo a terceira onda da gentrificação, caracterizada pelo momento em que a gentrificação deixa de ser ação isolada para se tornar uma estratégia crucial do urbanismo neoliberal pelo mundo. Este movimento não será acompanhado neste trabalho, mas é importante apresentá-lo para ajudar a situar o contexto global em que se inserem as intervenções urbanas que ocorrem em São Paulo.

especificamente a desterritorialização, no contexto dos processos de *displacement* no Centro de São Paulo.

Desterritorialização

O conceito de desterritorialização utilizado nesta análise foi desenvolvido geógrafo Rogério Haesbaert, e é importante para entender um pouco como esse poder se estrutura no território e como a reprodução do poder “tem na modificação do espaço e dos territórios um de seus elementos constituintes fundamentais” (HAESBAERT, 2014, p. 163). Esse processo, segundo o autor, jamais pode ser visto como genérico, desconectado do contexto político, econômico e social; ou seja, não é possível perder de vista o domínio do capital financeiro e especulativo, que pressiona pelo desmonte do “Estado-providência” em nome de uma globalização neoliberal, que ambiciona a privatização (p. 183). É crucial, de acordo com o autor, enfatizar o papel das classes hegemônicas mais globalizadas na organização espacial contemporânea, que tenta fazer a gestão de uma massa de expropriados considerada incômoda, a ponto de sua mera ocupação dos espaços ser percebida como perigo ou risco (p. 183). Por isso, é importante associar o termo desterritorialização a um processo de exclusão social, marcado por “fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, impossibilitados de construir e exercer controle efetivo sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural” (HAESBAERT, 2004, p. 312 apud HAESBAERT, 2014, p. 183).

Neste contexto, essa precarização não passa apenas pela gestão do território, mas também pela gestão da vida. Vivemos “a época em que começamos a perder o poder sobre a vida — e banalizamos a morte — ou seja, é um tempo moldado não só pela ‘bio’, mas pela ‘tanatopolítica’, época em que prolifera todo tipo de risco, incerteza e/ou insegurança (e, mais ainda, de discursos sobre eles); uma época definida pela própria crise” (HAESBAERT, 2014, p. 208). E o homem que vive nesse tempo, segundo Deleuze:

não é mais o homem confinado, mas o homem endividado. É verdade que o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para o endividamento, numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão de guetos e favelas. (DELEUZE, 1992, p. 224 apud HAESBAERT, 2014, p. 208).

As multidões que se aglomeram nas favelas e nas ocupações não cabem nos confinamentos praticados nas sociedades disciplinares, mas tampouco cabem nos sistemas financeiros, porque nem a isso têm acesso. Estão excluídas dos sistemas formais; não se enquadram nos padrões da sociedade que firma seus pactos via contrato, sejam esses contratos de aluguel ou de trabalho. Tornam-se uma massa ingovernável, sobre a qual o Estado continuamente tenta exercer alguma espécie de controle. Esse ponto é central para o entendimento das dinâmicas territoriais atuais e, para aprofundar essa ideia, Haesbaert traz uma percepção de Agamben, que afirma que “a disciplina quer produzir ordem, e a segurança quer regular a desordem” (AGAMBEN, 2002, p. 145 apud HAESBAERT, 2014, p. 208).

Logo, é no território que se dão os embates na tentativa de controle dessa massa de expropriados, em tantos momentos ingovernável, justamente por escaparem às práticas aprisionadoras do Estado. Sobre esses territórios, precarizados, se dá esse processo de gestão dessa “população de risco” — os “despossuídos”, se quisermos manter os termos que vínhamos utilizando, ou os “espoliados”, se quisermos retomar a definição de Lúcio Kowarick, que afirma que espoliar “não se trata apenas de isolar, confinar ou banir mas, seguindo as trilhas de Hannah Arendt, de negar ao outro o direito de ter direitos: é o instante extremo em que representações e práticas levam à exclusão do outro, tido e havido como encarnação da periculosidade e, portanto, passível de ser eliminado” (KOWARICK, 2009, p. 92).

Independentemente do termo, o importante é notar que essa grade analítica pode ajudar a entender as várias intervenções em toda essa região a ser “revitalizada” para transformá-la em ambiente “seguro” para os circuitos do capital e do consumo. Mas nos pontos sensíveis em que essas populações “indesejadas” se alojam, o Estado lança mão de uma série de dispositivos de poder, com toda a carga histórica de discriminações e ações extralegais. Na escolha de como lidar com essa massa de expropriados, a eles se dirigem justamente os poderes de polícia e práticas de banimento. Para garantir a gestão dos territórios e a segurança dos circuitos de acumulação e consumo, é preciso eliminar esses territórios/populações que travam, obstaculizam, mancham espaços que se pretendem vendáveis.

Esses territórios têm uma série de populações que escapam à governamentalidade, incomodam justamente porque não se encaixam — são populações que transitam nos

ilegalismos. E essa lógica se fortalece sob o neoliberalismo, que não só tolera como convive bem com certa taxa de ilegalismos, deles se beneficiando política e economicamente. (HAESBAERT, 2014, p. 210). Segundo o autor,

A precarização e a desigualdade sociais, acentuadas pelas últimas crises do capitalismo, especialmente nos países ditos centrais, vêm acompanhadas de intensificação da violência (associada ao crescimento dos circuitos do crime organizado, principalmente o narcotráfico) e da mobilidade dos grupos subalternos, ainda que esta, em muitos casos, ocorra dentro de seus próprios territórios nacionais (os chamados deslocados internos). É justamente frente a essa precarização social ou, em outras palavras, à desterritorialização em sentido mais estrito, isto é, à intensificação da perda de controle de seus territórios, que esses grupos subalternizados são objeto de medidas, se não de reclusão ou confinamento (...), pelo menos de contenção. (HAESBAERT, 2014, p. 213-214)

A criminalização dos habitantes e frequentadores da região central de São Paulo é recorrente e fazem parte do plano. De acordo com a urbanista Raquel Rolnik, as remoções atreladas aos projetos urbanos são apenas a face mais explícita de um complexo processo de criminalização e estigmatização de territórios populares (ROLNIK, 2015, p. 252). A construção do estigma da “Cracolândia”, como vimos no capítulo anterior, justifica uma série de intervenções pela “revitalização” da área, com frequentes demolições e remoções. Outras faces mais sutis desse processo de despossessão acometem esses territórios, sendo uma delas a entrada de opções de crédito ou microcrédito – e a consequente ampliação do endividamento, com a descapitalização de sujeitos que se beneficiam da vasta trama social, econômica e política que constitui os assentamentos populares (ROLNIK, 2015, p. 252).

Zonas de indeterminação

Os ilegalismos são uma das marcas desses territórios. Há uma complexa trama em que se confundem o legal e o ilegal, o formal e o informal, e é nessas dobras que o Estado encontra brechas para exercer seu controle. E, segundo Rolnik, há um claro objetivo econômico na gestão territorial:

Podemos afirmar que têm em comum o fato de constituírem zonas de indeterminação entre legal/ilegal, planejado/não planejado, formal/informal, dentro/fora do mercado, presença/ausência do Estado. Tais indeterminações são os mecanismos por meio dos quais se constrói a situação de permanente

transitoriedade, a existência de um vasto território de reserva, capaz de ser capturado “no momento certo”. (ROLNIK, 2015, p. 174)

Enquanto o tal momento certo para a captura não chega, os jogos de poder se constroem nas dobras entre legal e ilegal (TELLES, 2009) e nas informalidades (ROY, 2005) que compõem os espaços cinzentos (YIFTACHEL, 2009). O resultado, tal como sugere Yiftachel, é que esses territórios são construídos nos interstícios urbanos sob o regime da insegurança, da transitoriedade e da ameaça constante de expulsão e repressão.

De acordo com Ananya Roy, as informalidades não devem ser vistas como objetos de regulação, mas como condições criadas pelo próprio Estado em seu exercício da soberania.

Se a soberania é verdadeiramente aquela a quem a ordem jurídica garante o poder de proclamar um Estado de exceção e, portanto, o poder de suspender a própria validade da ordem, então a soberania se encontra fora da ordem jurídica enquanto, no entanto, pertence a ela. Isso significa que o paradoxo pode também ser formulado da seguinte maneira: “Eu, a soberania, que estou fora da lei, declaro que não há nada fora da lei” (p. 15). A informalidade pode ser vista como uma expressão dessa soberania. Ela não é, para usarmos mais uma vez a terminologia de Agamben (1998), o “caos que precede a ordem, mas a situação que resulta de sua suspensão” (p. 18). O planejamento e o aparato legal do Estado têm o poder de determinar quando será decretada essa suspensão, para determinar o que é informal e o que não é e para determinar que formas de informalidade serão bem-sucedidas e quais serão eliminadas. O poder do Estado é reproduzido através da capacidade de construir e reconstruir categorias de legitimidade e ilegitimidade — como ocorre com os esforços da assistência social americana para classificar quais são os pobres “merecedores” e quais não são. (ROY, 2005, p. 194)

Essas informalidades, como expressão da soberania do Estado, são uma marca dos territórios populares, submetidos a esse risco constante de captura. E, neles, os circuitos da vida precisam ser constantemente negociados. É uma condição que extrapola a questão da terra em si, e se incorpora na vida dos próprios habitantes, como aponta Raquel Rolnik:

Por meio de mecanismos de natureza política, a expansão, consolidação, permanência ou expulsão são constantemente disputadas e, eventualmente, negociadas. No entanto, a classificação operada pelo planejamento e pelos sistemas de posse de terra vai além da dimensão territorial. A expressão “nós somos ilegais” — que, no seu contexto semântico, liga o status de ilegalidade com a própria condição humana de seus habitantes — pode ser interpretada como indicação de que, nas atitudes dos habitantes para com o sistema jurídico nacional, tudo se passa como se a legalidade das formas de

ocupação de terra repercutissem sobre todas as outras relações sociais, mesmo sobre aquelas que nada têm a ver com a terra ou com a habitação. (ROLNIK, 2015, p. 193)

A dimensão corporificada da ilegalidade, como coloca Rolnik, é experienciada por Dandara, em sua atividade de ambulante. No exercício do seu trabalho, ela é constantemente perseguida como uma criminosa pelo Estado — ou é vista como vagabunda.

Aí eu vou lá, pego minhas coisas, coloco tudo dentro da sacola, to vendendo bala. Quando é coisa gelada eu boto dentro do carrinho e boto no isopor e vou pra rua. Quando tenho só bala, bolacha, essas coisas, salgadinho, eu boto na sacola e vou pra 25 [de Março]. Aí a gente tem que ficar correndo dos polícia... to matando.... vamo correr, vamo correr, vamo correr, matei alguém ali e vamo correr da polícia, porque quem tá trabalhando não vai pra rua pra... se a gente já tá saindo de uma casa 5h da manhã, 7h da manhã independente do horário, fica saindo pra trabalhar, aí chega lá nós vai parar de trabalhar pra roubar alguém? Não tem lógica. Simplesmente há leis que eles colocaram que tem que ser tudo legalizado, tipo, todos os ambulantes têm que ser legalizado, não tem lógica, simplesmente. Quando fui nesse INSS agora, eu até discuti com a mulher, porque sou nervosa, sou dessas. 'Ah, mas você não paga o INSS'. Filha, se eu pago o INSS, aí vou pagar 45 a 95 reais.

— Mas pra que que tu tem que pagar o INSS?

— Porque ambulante tem que pagar, né? Pra ter um futuro lá na frente.

— Mas tu foi pra lá...

— Só pra pegar o papelzinho pra entregar pra CDHU, pra ter a carta pra comprovar que eu era ambulante, pra provar que eu não trabalhava, pra comprovar que eu era vagabunda ali. (Dandara)

Na fala, Dandara se refere ao desprezo do Estado pelo seu trabalho até mesmo quando ela conseguiu o direito à carta de crédito da CDHU. Ela agora podia ter acesso a uma política habitacional “formal”. Estava incluída. Mas não. O Estado precisava continuar exigindo que ela comprovasse sua condição de “ilegal” ao exigir um documento do INSS que comprovasse sua atuação enquanto trabalhadora “informal”¹⁷.

Os ilegalismos são parte desses territórios, e são chave para entender a vulnerabilidade — porque nesses territórios a vida é levada contornando a ordem, transitando nas dobras entre

¹⁷ O documento é o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) expedido pelo INSS, exigido pela CDHU dentre os documentos para comprovação de renda dos autônomos informais, para que seja possível obter o financiamento. Ver em: (Documentos..., 2018).

o legal e o ilegal, e o risco da captura é sempre iminente. Essa “arte do contornamento”, de acordo com Vera Telles, “é justamente saber transitar entre fronteiras sociais, lidar com códigos, jogar com as identidades, passando de um lado (o mundo ‘oficial’ dos programas sociais e mediações públicas) e do outro (o ‘mundo bandido’) (...). Um ‘saber circulatório’ que se transforma em recurso para inventar possibilidades de vida e de formas de vida (TELLES, 2010, p. 170).

Alguns dominam melhor esse conhecimento, outros ainda tateiam. Para os imigrantes, por vezes é mais difícil entender como fazer esse trânsito. Na vizinhança da Quadra 36, Mercedes, uma imigrante peruana que vive há 10 anos em São Paulo, tenta fazer sanduíches para vender, sem muito sucesso. Ela já tinha tentado fazer churrasco para vender na Praça Princesa Isabel, mas a polícia reclamava. Também tentou vender roupas em frente à Santa Casa, mas tinha medo do “rapa”. Tudo isso depois que o restaurante que ela tinha com a cunhada na quadra foi demolido, junto com a casa onde ela morava. Ela passou a morar com o marido na quitinete onde o irmão vive com a esposa, na Avenida Rio Branco. E uma das alternativas para ajudar nas contas, além do auxílio aluguel, era a venda dos lanches. Parte dos produtos ela compra esporadicamente no fluxo, que ela chama de “la boca”.

Agora na rua não pode porque eles junta suas coisas, me entendeu? Não se pode trabalhar tranquila, arrumar trabalho se escondendo e não gastar dinheiro. Para fazer o lanche, eu compro tudo, eu não compro nada de la boca porque não se sabe, né? Às vezes, coisas que compro... os meninos vendem barato leite, cinco por dez, cinco caixas de leite por dez, mas as vezes eu tenho medo, porque às vezes vinha vencido, entendeu? Eu não posso estar comprando essas coisas, uma vez comprei leite, estava podre, meu marido falou: já não compre mais. É perigoso porque não sabe o que se compra, né? Às vezes, compro carne. [Para fazer o lanche] Gasto cem, oitenta, quando compro uma coisa, oitenta. Só que o lucro não vai ser, assim... definitivamente. Vai ser cinquenta diário, quarenta diário, às vezes, quando estou aí. Surgiu uma menina agora que quer me deixar seu negócio, ia ser na rua, mas o que passa? É melhor, né? Porque ela tem... como se chama? Toldo. Aquele toldo, né? Eu trabalhava lá quando era hotel, hotel de esquina. É na esquina. Então, agora já me tiraram dali também porque, escuta, no restaurante ali, o moço falou assim para mim: “Já tenho que te colocar em outro lugar”. (Mercedes)

O relato de Mercedes mostra como se dá o contornamento no circuito dos ilegalismos — um eterno fica ou não fica, o constante não saber, a viração diária, a insegurança. Essa é a realidade desses territórios, uma realidade de insegurança que atravessa o trabalho, a moradia e até mesmo a rotina de comprar mantimentos.

A captura da terra: o caso da Quadra 36

No caso da remoção da Quadra 36, ficou visível como o Estado opera nesses territórios que estão à espera de serem capturados. Havia ainda ali, bem no centro de São Paulo, numa área de altíssimo valor imobiliário — que será ainda maior quando estiver “limpa” — um quarteirão inteiro habitado por “expropriados”. Pessoas que estavam morando ao lado da “Cracolândia”, vivendo em ocupações ou pensões, pagando aluguel para morar num quarto ou apartamento sem contrato. O Governo do Estado definiu, então, que naquele terreno seria construído um hospital, por meio de uma PPP. O próprio Estado conseguiu na Justiça o direito à imissão na posse e removeu as famílias da área atropelando todos os ritos legais previstos no Plano Diretor (LARA, 2018). Não faltam evidências de que o planejamento operou contra os moradores da região (MIRANDA et al, 2019).

A própria remoção das famílias para a construção de um hospital contraria as diretrizes da lei, uma vez que, de acordo com o Plano Diretor, a quadra 36 está situada numa ZEIS 3, que tem suas especificidades. Essas zonas especiais “são áreas com ocorrência de imóveis ociosos, subutilizados, não utilizados, encortiçados ou deteriorados localizados em regiões dotadas de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas, boa oferta de empregos, onde haja interesse público ou privado em promover Empreendimentos de Habitação de Interesse Social” (PDE, 2014, art. 45).

O texto deixa claro que a prioridade nessas áreas é a proposição de projetos voltados para a moradia, e os ritos legais a serem seguidos também são bastante específicos e criteriosos. É preciso que os projetos de intervenção em ZEIS 3 incluam:

- I - consideração dos aspectos físicoambientais, urbanísticos, fundiários, socioeconômicos e demográficos, entre outros;
- II - cadastramento dos moradores da área, quando ocupada, a ser realizado pela Secretaria Municipal de Habitação, validado pelos membros do Conselho Gestor da respectiva ZEIS;
- III - projeto com proposta para o parcelamento ou remembramento de lotes e plano de massas associado a quadro de áreas construídas por uso;
- IV - previsão de áreas verdes, equipamentos sociais e usos complementares ao habitacional, a depender das características da intervenção;

- V - dimensionamento físico e financeiro das intervenções propostas e das fontes de recursos necessários para a execução da intervenção;
- VI - formas de participação dos moradores da área, quando ocupada, e dos futuros beneficiários quando previamente organizados, na implementação da intervenção;
- VII - plano de ação social e de pós-ocupação; soluções para a regularização fundiária, de forma a garantir a segurança de posse dos imóveis para os moradores. (PDE, 2014, art. 45)

O texto da lei ainda deixa claro que, em caso de demolição de cortiços, as moradias produzidas no terreno deverão ser destinadas prioritariamente à população moradora no antigo imóvel.

No caso da Quadra 36, não houve cumprimento de nenhum desses ritos legais ou diretrizes. Não houve constituição do Conselho Gestor em tempo hábil, para que fossem aprovados coletivamente o cadastramento dos moradores e as intervenções para a área, as famílias deixaram suas casas sem que houvesse uma proposta de atendimento habitacional definitivo e não houve a elaboração de um plano de ação social ou de um projeto de regularização fundiária para atender à região.

Junto aos movimentos e coletivos articulados em torno do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, o Ministério Público de São Paulo denunciou as violações cometidas pelo Governo do Estado e pela Prefeitura e chegou a conseguir uma liminar que suspendeu a remoção da quadra (SANTOS et al; SANTIAGO, 2018). Apesar das ilegalidades, o Governo do Estado conseguiu que a liminar fosse derrubada, e a Justiça cumpriu o processo de imissão na posse na data marcada (MANCUSO; BERGAMIM, 2018).

Todo esse imbróglio jurídico ocorreu em meio a intensa luta dos moradores junto ao Fórum Aberto Mundaréu da Luz, que conseguiu construir uma narrativa contra-hegemônica apontando todas as violações de direitos na região (ALMEIDA, FRANCO, 2018), pressionando órgãos públicos e disputando espaço na imprensa tradicional e independente, o que garantiu ampla cobertura jornalística do caso — tão relevante que é acompanhado pela imprensa até hoje¹⁸. A mobilização não só deu visibilidade aos direitos como apontou o viés excludente da estratégia de “revitalização” do poder público para a região a partir da elaboração de um novo plano urbanístico e social, o Campos Elíseos Vivo, que mostrou que era possível atuar na área sem deixar nenhuma família sem casa, aproveitando os imóveis

¹⁸ Seis meses após a remoção, a BBC Brasil denunciou que proprietários da Quadra 36 não haviam recebido a indenização devida (MACHADO, 2018). Um ano após a remoção, a Folha de S. Paulo denunciou que o novo hospital Pérola Byington ainda não tinha sido licenciado (RODRIGUES, AMÂNCIO, 2019). Em julho de 2020, a Ponte Jornalismo denunciou novas ameaças de remoções e lacramentos de imóveis na região em meio à pandemia do novo coronavírus (MENDONÇA, 2020).

vazios, fazendo valer a função social da propriedade e colocando em prática os instrumentos legais já previstos no Plano Diretor (Campos..., 2018).

Todo esse processo de disputa narrativa e socioterritorial possibilitou algumas conquistas, como a constituição do Conselho Gestor da Quadra 36, que acabou sendo eleito dois dias antes da remoção (Eleições..., 2018). A mobilização também permitiu que a remoção fosse pacífica, uma vez que havia ostensiva presença dos movimentos e da imprensa no local, e que nenhuma família fosse removida sem estar devidamente cadastrada para receber o auxílio aluguel. Outra conquista foi que, no Conselho Gestor, após a remoção, foi instituído um debate sobre um atendimento habitacional definitivo. A CDHU ofereceu uma carta de crédito subsidiada, no valor de R\$ 150.000, para que as famílias pudessem financiar uma casa própria no Estado de São Paulo — uma oferta polêmica e controversa, mas que foi aceita por muitas famílias, como discutiremos mais à frente.

Mas nem por isso o processo deixou de ser violento. O andamento do processo foi rápido — entre a autorização de imissão na posse e a remoção correu um mês, em que houve muita resistência para tentar alterar a decisão —, e as famílias tiveram pouco tempo para buscar uma nova moradia. O próprio Estado pressionou muito para que as famílias saíssem com mais facilidade, especialmente ao realizar o pagamento antecipado de três parcelas do auxílio aluguel, que totalizou R\$ 1.200, e a CDHU também fez a mudança de muitas famílias em um caminhão próprio, um dia antes da remoção.

Eu acompanhei de perto todo o processo de remoção, realizando trabalho de campo, atuando como jornalista junto o LabCidade e colaborando com a produção de conteúdo para o Fórum Aberto Mundaréu da Luz. Esse relato aqui detalhado ajuda a entender as dinâmicas dos espaços cinzentos. Fica escancarada a capacidade do Estado de alterar as categorias de legitimidade e ilegitimidade, tornando legais procedimentos ilegais, com aparelhamento da Justiça. Conforme novo documento do Ministério Público de São Paulo, a remoção da Quadra 36 para a construção do hospital, sob o discurso da revitalização, repete os mesmos padrões de outras intervenções no Centro de São Paulo (SANTOS et al, 2020). “Ocorre que, como se observou em diversas oportunidades nos últimos anos, intervenções apoiadas em discursos de inclusão social, diversidade sócio-econômica e desenvolvimento de projetos culturais, resultaram em conflitos pela apropriação do espaço e, muitas vezes, na expulsão da população mais pobre em virtude da valorização e transformação dessas áreas”, diz o documento. O texto integra uma ação civil pública movida contra o Estado, o município e a CDHU em

fevereiro de 2020, após a suspensão arbitrária do pagamento do auxílio aluguel às famílias removidas da Quadra 36. A ação exigiu o restabelecimento do pagamento do auxílio às famílias cadastradas que não foram contempladas com a carta de crédito e a apresentação de alternativas de atendimento habitacional definitivo, via financiamento para aquisição ou via locação social. Em abril, em meio à pandemia de Covid-19 e quatro meses após o corte no auxílio, uma reportagem da BBC Brasil denunciou que o pagamento ainda não havia sido reestabelecido (MACHADO, 2020). A gestão Doria afirmou à reportagem que efetuará o pagamento devido, inclusive dos meses retroativos, naquele mesmo dia, mas não explicou o motivo da suspensão.

Essa realidade de violações é de fato recorrente no Centro de São Paulo, como apontou o texto do Ministério Público. O Estado frequentemente exerce sua soberania na região a partir da captura das reservas das terras e decidindo quais formas de informalidade irá eliminar, a depender dos interesses em jogo. As pessoas são empurradas para outras condições vulneráveis, em outros territórios, e o próprio Estado segue fazendo a manutenção dessas pessoas nas informalidades. No trecho abaixo, Carolina relata como duas remoções de ocupações diferentes foram o principal motor para o crescimento da Favela do Moinho.

A favela só era embaixo da ponte. Depois que esse cara fez isso [o calçadão principal da favela], de cinco barracos, foi para 27 barracos, as pessoas foram chegando, as pessoas foram chegando... é que nem o meu marido, a família dele é do norte, então chegou lá também. Só que tinha um morro para cima, esse morro para cima era só mato, ninguém ia para lá porque o mato era muito alto, era muito extenso e tal, que era o terreno da antiga família Matarazzo. Mas ali cresceu mesmo [a favela] foi quando fizeram a desocupação do antigo casarão, sabe aquele ali da Porto Seguro? Então, fizeram a desocupação do antigo casarão e da Favela do Gato, então o pessoal não tinha para onde ir, aí, foram para onde? Desceram para lá, foi onde que capinaram o mato; eu saí, fui para a escola 6 horas da manhã, quando cheguei meio dia, já não tinha mato nenhum. [risos]. Barraco em cima de barraco e assim foi indo.

— E nessa época que desocuparam lá, não ameaçaram que iam desocupar vocês também?

— Sempre teve essa ameaça, mas assim, o Moinho, ele é uma parte esquecida da sociedade, porque se você... a pessoa que sabe que tem uma favela ali, porque ela passa por cima da ponte, ela vê, mas ninguém acha a entrada dela, porque ninguém

passa pela frente dela. Pinheirinho saiu por quê? Tava numa via pública, todo mundo via. Esses daí são os parâmetros que a gente vai traçando né... (Carolina)

No trecho acima, Carolina fala que a Favela do Moinho cresceu, de fato, quando a parte superior da favela foi ocupada, onde estava o terreno dos Matarazzo. Os moradores tinham decidido não ocupar a área privada, mas duas remoções promovidas pelo Estado no Centro de São Paulo fizeram a favela crescer também por aquela área. As remoções que contribuíram para essa ocupação, de acordo com o relato de Carolina, foram a do casarão, provavelmente o que fica na Rua Guaianases, onde moravam cerca de 400 famílias, removidas em 2001. No trecho, ela se refere ao casarão como sendo da Porto Seguro, mas, na verdade, o imóvel pertencia à CDHU. A seguradora era dona do terreno ao lado e fez pressão para que as famílias fossem removidas, porque estava em curso um processo para assentamento definitivo das famílias no local (BRANQUINHO, 2007). Depois, a remoção da Favela do Gato, em 2002, no Bom Retiro, às margens da Avenida do Estado, local onde foi construído um residencial pela CDHU, o Parque do Gato, como parte do Programa de Locação Social do projeto Morar no Centro da Prefeitura de São Paulo (2001-2004) — programa esse que foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um dos financiadores do Nova Luz e de outras iniciativas pela revitalização do Centro (SILVA, SIGOLO, 2007).

Essa é a lógica de produção desses territórios: remove uma ocupação de um lado, outra surge do outro lado — e isso é propriamente o que define os ilegalismos como práticas de lidar com a lei, seus interditos e os obstáculos estatais. Os ilegalismos armam o campo da disputa em que estão envolvidos os mais diversos atores, e ocorrem nos interstícios urbanos — não é uma produção “fora da ordem”, mas sim parte integrante da lógica mesma de produção desses territórios.

As duas remoções promovidas pelo Estado, ambas para atender a interesses privados, provocaram uma nova ocupação de terra, e Carolina fala com clareza que a ameaça de remoção no Moinho sempre foi presente; o Estado expressa sua soberania na indeterminação, deixando claro que a qualquer momento pode alterar a ordem vigente. A fala também traz elementos de que ela reconhece que essa permanência é negociada, e que a captura tende a ocorrer quando há outros interesses para aquela área ou quando a vida e a presença da população mais pobre no território atrapalha os negócios das classes dominantes. Essa

percepção era também compartilhada por Carolina de Jesus, ao se referir à favela como o “quarto de despejo”. Sobre a escolha dessa definição para ser título do seu livro mais conhecido, ela afirmou: “é que em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres, que residíamos nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo debaixo das pontes. É por isso que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos” (JESUS, Carolina de, 2014, p. 195).

Todas essas violações e todos esses jogos de poder, como pode-se ver, incidem há anos sobre os territórios populares. No caso dos territórios populares do Centro de São Paulo, especialmente em relação à “Cracolândia”, é notório que tem ocorrido intervenções cada vez mais violentas, por estarem numa área cada vez mais cobiçada. É um processo que tem se repetido e se intensificado ao longo das décadas, como vimos no capítulo anterior. Mas, neste momento de acirramento das disputas, que dispositivos de poder o Estado têm acionado para enfraquecer esses territórios? Como se dão de fato a desterritorialização e a concretização dos processos de *displacement*?

Desterritorialização

A forma como têm se dado os processos de desterritorialização no centro de São Paulo guardam um misto de violência, descaso e suborno. A partir da experiência de campo no Centro, percebe-se que o Estado, enquanto gestor da sociedade de in-segurança, faz uso essencialmente de quatro táticas para enfraquecer os vínculos da população com o território: a remoção, que se dá pelo acionamento do aparato jurídico-legal, para garantir a “limpeza” de determinada área, a partir da expulsão de seus moradores; força policial, acionada sempre que necessário; a deliberada desassistência ao território, que normalmente é carente de serviços básicos ou tem esses serviços cortados; e o instrumento do cadastro, que tem como fim inserir moradores no auxílio aluguel ou, pior, colocar esses moradores numa condição de endividamento, como foi o caso de algumas famílias da Quadra 36, que tiveram acesso a uma carta de crédito.

Neste tópico, iremos trazer alguns relatos das moradoras do Centro que evidenciam essas táticas do Estado para avançar sobre esses territórios, quebrando vínculos, vulnerabilizando, dificultando circuitos e manipulando. Nos relatos, transparecem os dois sentidos de desterritorialização, definidos por Haesbaert (2014, p. 190): “um sentido mais

amplo e analítico, como saída ou destruição de um território, e um mais estrito, que enfatiza a desterritorialização em uma perspectiva social, associada a processos de precarização socioespacial”. Essas definições são importantes para ajudar a entender as nuances desse processo, que se apresenta de diversas formas e é praticada por diferentes atores do Estado, do policial ao oficial de justiça.

- Remoções

A remoção em si é talvez a face mais evidente da desterritorialização. É a tentativa mais clara de expulsar, de excluir, de sobrepor, enquanto é também a face que mais escancara a arbitrariedade do Estado. É o ponto-chave em que um terreno, muitas vezes público, que estava servindo à moradia popular, é capturado. A remoção é o momento em que a informalidade revela seu valor, e que a terra que estava reservada pode enfim servir ao capital. De acordo com Raquel Rolnik, a ambiguidade desses territórios, traduzida em insegurança da posse, é fator constitutivo da transitoriedade permanente. As famílias passam de território informal para território informal, num processo dominado por uma “poderosa maquinaria de discriminação étnico-cultural, que define como ‘proibidas’ formas de morar inscritas em certas práticas socioculturais” (ROLNIK, 2015, p. 187).

E, nesse contexto, é importante ressaltar o papel do planejamento urbano para a efetivação desses processos. A regulação urbanística, de acordo com Rolnik, é “completamente construída sob a lógica econômica e adaptada aos ritmos e estratégias do mercado, especialmente os dos incorporadores e promotores de investimentos mobiliários para os setores de maior renda”, e a legislação urbana tem como maior função “a construção de barreiras invisíveis para conter a penetração de territórios populares de melhor localização, garantindo sua destinação para os produtos imobiliários dos grupos de mais alta renda da cidade” (p. 186).

Ainda segundo a autora, enquanto o espaço das elites nas cidades está minuciosamente detalhado nos mapas de zoneamento, aos vulneráveis cabe a cidade irregular. E sua ocupação nas áreas mais desvalorizadas é até mesmo desejada — uma vez que ajudam a aumentar a rentabilidade dessas áreas, que serão posteriormente destinadas, mais uma vez e no momento certo, às elites (p. 186).

No caso da quadra 36, no momento da remoção, ficou muito claro que o objetivo era esvaziar o terreno o quanto antes. Que o tempo das famílias ali naquela ocupação tinha se encerrado. É possível notar como se dá esse processo discriminatório numa fala de Dandara, em que ela relata o diálogo com um oficial de justiça.

Foi tudo muito em cima. Foi 15 dias pra gente sair. Ou vocês saem em 15 dias ou vocês saem. O juiz passou lá por nós, que a gente soube que tavam lacrando uma ocupação da parte de trás, na quadra 37. Um juiz passou por nós, a gente perguntou das nossas coisas, sabe o que ele falou pra nós? 'É, se eu quiser meter o pé agora e fechar isso agora, eu fecho isso agora.' E a gente: 'Ahhh, tá desse jeito bagunçado? Nós que paga o salário de vocês.' A gente falava. 'É isso mesmo. Eu não vou fazer isso porque eu sou bom, mas se eu quisesse, eu mandava lacrar agora.' Ameaçando. Eu ficava indignada. (Dandara)

No diálogo que Dandara reproduz, há uma estratégia clara do Estado, aqui representado pelo juiz (que provavelmente era um oficial de justiça), de demonstrar sua superioridade sobre os moradores da ocupação, e de reproduzir seu poder por meio do aparato jurídico-legal. O oficial de justiça ameaça fechar o imóvel no momento em que lhe der vontade e usa de intimidação. Os moradores retrucam porque sabem que ele não pode fazer o que quiser, que as coisas não são assim “bagunçadas” e que um juiz sem mandado judicial não pode fazer nada. Tentam se impor como cidadãos, não como seres inferiores cuja vida vale menos, ao lembrar que são eles que “pagam o salário” do juiz, um funcionário público. O juiz sabe que, naquele momento, o aparato jurídico-legal de controle ao qual pode recorrer é frágil, e tenta contornar o fato afirmando que só não lacra as portas da ocupação porque é “bom”, porque não quer, mas que se quisesse, faria. A situação se desfaz, e os moradores continuam a deter relativo controle sobre “as coisas deles”, mas a moradora deixa claro que estava “indignada”, uma vez que esse controle sobre o território estava sob “ameaça”.

Quando de fato veio a remoção, Dandara não quis esperar a data marcada para a imissão na posse. Ela preferiu sair antes, pegar o pouco que tinha e sair. Abaixo, o trecho em que ela conta esse episódio:

Eu saí antes da remoção, não saí no mesmo dia que removeram. Assim que eu peguei o cartãozinho do auxílio aluguel – o papel na verdade, para depois pegar o cartão com o auxílio –, eu saí... Porque eu sou muito medrosa, e eu já sabia que ia vir polícia. E, mano, eu tomo muito cuidado. Eu já pensava que eles iam chegar agredindo, do jeito que eles estão. As meninas iam pra cima... Eu falei: eu não vou estar nessa confusão. Então, eu falei pro meu marido pra gente sair. Um dia antes de eles tirarem, a gente saiu. A gente mesmo fez a nossa mudança no carro do meu marido, não tinha muita coisa. A cama era de táuba, meu marido que fez... O guarda-roupa era de táuba. Então, não levei nada. Só levei o colchão, para você ver. O colchão e uma prateleira de ferro. (Dandara)

No relato dela, transparece que ela saiu antes da remoção por dois motivos: primeiro, porque já tinha acesso ao dinheiro do auxílio aluguel (uma clara estratégia do Estado de enfraquecer o vínculo dos moradores com aquele território); segundo, porque não queria ter que partir pra cima da polícia, como sabia que as meninas da ocupação fariam (outra estratégia do Estado, desta vez por meio da violência, de desmobilizar a luta). Ela acabou saindo da ocupação com menos do que tinha antes, deixou pra trás a cama e o armário que o marido tinha construído com madeira, e fez a mudança toda num carro — que representa aqui a dimensão da mobilidade dessas famílias, que conseguem colocar todos os seus pertences num automóvel pequeno.

Essa ruptura está no coração do processo de desterritorialização, é o ápice da precarização do controle e do usufruto territorial. Haesbaert, ao falar sobre esse processo de precarização, cita que é importante lembrar que essas famílias não são meramente excluídas, mas que elas fazem parte de uma engrenagem complexa que se aproveita do uso que essas pessoas fazem do território. Ele cita José de Souza Martins, ao afirmar que não é possível falar apenas de exclusão social, é preciso falar sim de contradição; existem vítimas de um modelo político-econômico que estimula a inclusão precária, instável, marginal – conveniente e necessária para a eficiente e barata reprodução do capital; vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes (p. 184).

- Violência policial

No trecho anterior, Dandara cita que o medo da polícia foi um dos motivos que a levou deixar a ocupação antes do dia da remoção. E o uso da força policial aparece

recorrentemente nos relatos — não só relacionados ao momento das remoções, mas à toda a rotina no território. São relatos que revelam um cerceamento constante da liberdade de circulação e uma estratégia violenta do Estado de manter o controle sobre o território e sobre os corpos. Aqui, Dandara fala um pouco sobre esse cotidiano marcado pela violência policial:

Os meninos de lá era muito agredido. Tipo, algumas pessoas de lá são usuárias de maconha. Aí fumava perto da ocupação, levava esculacho, tapa na cara dos policial. A gente gravava, a gente era errada. Uma vez eles pegaram o menino lá que trabalhava e eles tavam fumando maconha lá do lado de fora da ocupação e os polícia passou e viu, depois voltaram de ré. E falaram assim: ‘encosta, encosta que a gente vai levar vocês’. Simplesmente falou assim. O menino não devia nem nada. Ele sequestrou o menino. Prendeu o menino sem motivo nenhum. Acho que apertaram o menino pra ver se tinha droga lá dentro, pra ver se ele entregava alguém, porque não tem como uma polícia pegar, prender, botar dentro do camburão, depois de três horas, quatro horas depois voltar com o moleque, o moleque todo arrebitado. O moleque chegou com o olho inchado, com a costela quebrada, e ficou por isso. Porque o pessoal dali daquele batalhão ali, da frente, quando sai a Tática dali de dentro, eles já iam direto pra onde a gente morava. E toda hora eles pegavam os moleque, toda hora eles batiam nos moleque... E eu achava isso muito errado, ficava indignada. Foi muita violência lá dentro. Muita, muita. (...) Quando a polícia entrava, a gente já sabia que ia sair arregaçado... uma vez eles até queriam jogar droga lá dentro pra fechar a ocupação. Os policiais falavam: “qualquer coisa que eu fizer aqui é vocês que vão responder”. O que ele quis dizer com isso? (Dandara)

Relatos de violência como esse de Dandara mostram a que tipo de abusos, ameaças e violações os moradores da ocupação que ficava no casarão da Quadra 36 estavam expostos. Fica clara a tentativa do Estado, representado por meio da polícia, de se impor contra os moradores (“os meninos”) que viviam vizinhos à Cracolândia. Estes chegaram a ser vítimas de tortura, em prol da necessidade do Estado de exercer controle sobre aquele território e sobre aqueles corpos, para reforçar sua soberania. Especificamente sobre a violência policial, Carolina, que morava na mesma ocupação que Dandara, relata como a rotina de vigilância e violência — tanto relacionada ao controle do fluxo na “Cracolândia” quanto em relação aos moradores da ocupação — tornava a vida completamente imprevisível e insuportável.

O meu marido tomava enquadro ali porque saia de bicicleta para trabalhar no Brás, que foi quando ele conseguiu o serviço de ajudante de carga, entende? Ele tomava enquadro na porta, assim que saia. Aí, andava mais um pouquinho na Duque de Caxias. Aí, teve um dia que ele chegou brabo em casa, porque o mesmo policial que enquadrou ele na Duque de Caxias, foi lá na estação da Luz e enquadrou ele de novo, ele falou: “Poxa...”, aí, nesse dia, ele falou que o policial quase levou umas porrada dele, que ele se passou, tudo tem o seu limite, né? Então... isso daí é só na ida, tá? Porque quando chega na volta, você também tem mais enquadro, teve um dia que eu estava comprando uma pizza, eu saí... Saí era onze, meia-noite e alguma coisa. As crianças acordadas, tudo eufórico em casa: “Mãe, vamo compra uma pizza, vamo, vamo”. Eu falei: “Tá bom, fica aí, que eu vou comprar”. Eu tomei enquadro com o meu marido e ainda queriam saber o que eu estava fazendo, eu falei: “Fui comprar uma pizza”. “Tem certeza?”; “Quer um pedaço?”. Então... Ali, as pessoas confundem muito o pessoal da região, da Cracolândia com morador. Ali dentro tem morador, nem todo mundo que está ali são usuários, e eles estão fechando os olhos para isso. Eles fazem as intervenções lá, eles jogam bomba, eles fazem os arrastões que eles fazem lá. Eles colocam muro, eles esquecem que tem pessoas que trabalham ali, tem pessoas... teve um dia que eles fecharam lá a rua toda, jogando bomba, tal, isso, aquilo. Era seis horas da tarde, eu estava chegando do serviço, eu não consegui chegar, eu não consegui entrar dentro de casa. Então... e onde que fica o meu direito? Tudo bem, tem que ser feito, ok, mas só que eu não vou fazer um mal feito no feito, não tem como, né? Já que está tudo feito, vamos fazer ali de qualquer jeito. Não dá para ser assim. Eles não querem saber: “Ah, tem criança, põe para dentro”, “Para quê? Para morrer com o cheiro da bomba?”. Os meus filhos, eu fui obrigada a tirar do barraco várias vezes. Estava lá: “Mãe, vem buscar”, as crianças: “Que a polícia está aqui”, o cheiro de gás lá dentro era insuportável. (Carolina)

As táticas do Estado, de cerceamento, vigilância e agressões, com frequentes enquadros, com uso de bombas, com instalação de muros e bloqueio de passagens fazem parte do processo de controle do território e das pessoas que habitam a região. É o uso direto da violência para a gestão do espaço. O objetivo não é prender, confinar, isolar. Mas manter aquelas pessoas sob estrito controle. Ela menciona os muros que a polícia colocava para isolar o fluxo. Em diversas incursões que tive pela área, pude visualizar a diversidade de táticas de controle que a polícia, a GCM e o Estado praticavam. Às vezes, eram tapumes fechando a rua, especialmente a Helvetia, às vezes era o lacramento de imóveis, forçando usuários a pularem de uma esquina para a outra. Diariamente, as limpezas, que três vezes por dia

dispersavam os usuários para a lavagem da rua. Chegaram até a fazer uso de drones, com vigilância também diária.

Dandara reclamava que também sempre levava enquadros, e que frequentemente havia batidas policiais dentro da ocupação.

“Nós é trabalhador, não é bandido. Bandido de verdade vocês não vão atrás”. Eu falei isso [para o policial]. Eles sabem quem são. Eles mexem com isso. Eles tão envolvido. A polícia é envolvida com isso. E a maioria dos policial tudo cheira. O Denarc, a Tática, tudo cheira. Então, eles sabem quem mexe e quem não mexe. (Dandara)

A socióloga Marina Mattar analisou essa gestão do território e explica que há uma diferença entre as lógicas de atuação, que envolvem *dispersar* e *concentrar* o fluxo. As táticas de dispersão, que ocorreu especialmente entre 2005 e 2012, em que o fluxo foi sendo violentamente espalhado por diversos pontos do Centro, de certa forma foram interrompidas com a mudança de gestão de 2013, que colocou em prática o De Braços Abertos, do prefeito Fernando Haddad (PT), uma ação bastante localizada com concentração de serviços de assistência social e saúde. A autora sugere o surgimento de serviços e programas de cuidado ocorre em detrimento de investidas de caráter repressivo associadas a projetos de revalorização urbana. Iniciou-se, então,

uma tensão entre duas formas de gestão do espaço, manifesta na oposição entre a prática policial de dispersar os usuários na malha urbana e a forma de atuação localizada das instituições de assistência e saúde. Tratam-se de duas lógicas operacionais distintas: enquanto uma procura acabar com a territorialidade da Cracolândia, impedindo o agrupamento de pessoas mediante o uso da força, a outra precisa de formas de territorialização e fixação espacial para viabilizar a execução de seus programas. (NASSER, 2017, p. 20)

De fato, houve uma suspensão das ações de dispersão durante a gestão do De Braços Abertos. A autora afirma que, no período em que ocorreu o programa, as investidas policiais “se direcionavam a cercar, limitando o espaço nos quais eles poderiam ficar, e/ou a mudar esse agrupamento de local, mas de forma organizada e centralizada, de modo a impedir sua dispersão”. A autora conclui que as duas formas de atuação resultam em “efeitos díspares na territorialização da Cracolândia” (NASSER, 2017).

Levando em conta as análises que temos feito neste capítulo, apesar de haver diferenças na gestão do espaço, é possível afirmar que ambas as lógicas de atuação exercem algum tipo de controle sobre o território. Entretanto, no caso do De Braços Abertos, a lógica de concentração dos usuários de drogas tinha a intenção de promover assistência, hospedagem, alimentação e geração de renda; era um programa que, tinha um claro viés territorial, mas visava de alguma maneira resolver a questão da “Cracolândia” de forma sistêmica, sem a pressa de “eliminar” o fluxo. Já as estratégias de dispersão claramente atuam de modo a promover a desterritorialização naquela área.

A partir de 2017, com o início do trabalho de João Doria (PSDB) à frente da Prefeitura, é possível verificar uma mistura entre essas formas de gestão que a autora cita, com a retomada das táticas de dispersão no território (com uso de bombas para espalhar os usuários, criação de novas Cracolândias para as quais usuários têm sido levados e a retomada das demolições), associada às de concentração (com uso de tapumes para limitar o espaço, fiscalização com drones, limpezas diárias e manutenção das unidades do Atende¹⁹ no local). Essa mistura, caracterizada pela associação entre as forças de polícia e as políticas de assistência social, associa ameaça e proteção nesse labirinto, em que a atuação do Estado é tantas vezes ilegível (NASSER, 2018).

Entretanto, em 2020, o cenário já está bastante diferente: restou apenas a ameaça. Os serviços de proteção já não existem, e a violência policial se intensifica (GOMES, 2019). Todos os Atendes foram transferidos para outras localidades da cidade — inclusive, a ação de transferência do último que restava, na rua Helvétia, incluiu a transferência de usuários atendidos pelo programa em um ônibus lotado (PAULO, 2020). A retomada das práticas de dispersão esteve associada a uma retomada também dos discursos e projetos de revitalização, que foram intensificados com a gestão do PSDB na cidade, e mostram o Estado trabalhando pela “limpeza” da área, pelo fim da “Cracolândia”, pela Nova Luz.

- Desassistência

A favela tava diminuindo, a favela já tinha perdido dois pedaços, a gente tava só no meio. Depois do incêndio, a minha mãe estava num coisa de 3 x 2 ou 3 x 5, alguma coisa assim. Ela sempre gostou de cachorra, sempre gostou de gatos, ela sempre

¹⁹ As unidades de Atendimento Diário Emergencial (Atende) fazem parte do Programa Redenção, que substituiu o Programa De Braços Abertos da gestão anterior.

gostou de fazer a reciclagem dela, mesmo não fazendo mais com tanta força como ela fazia antigamente, mas ela sempre tem as tranqueira dela, uma montanha de sacola lá. (...) Para ela foi bem complicado. Eu estava num bom emprego e falei: ‘Estou cansada disso daqui, eu vou tentar outra coisa’. Consegui alugar uma quitinete lá na Avenida Ipiranga, ali próximo da Love Story. Quando eu saí de lá [da favela], a minha mãe saiu também. Ela falou para mim: ‘Eu não aguento mais olhar e lembrar’, a minha mãe tinha um barraco enorme com sete cômodos. ‘Eu não consigo, não consigo dormir’, a minha mãe ficou muito abalada mesmo com isso. Então, como as filhas já tinham tomado os rumos, ela saiu de lá e foi para um quarto de pensão. (Carolina)

Neste trecho, Carolina lembra do que aconteceu com a Favela do Moinho, depois dos dois incêndios que a favela enfrentou, em 2011 e 2012. Tanto a parte de cima, quanto a parte de baixo da favela foram tomadas pelo fogo, e a Prefeitura de São Paulo aproveitou esse momento, como vimos no capítulo anterior, para impedir que os moradores retornassem para os locais onde moravam. O meio da favela, então, foi o único espaço que sobrou para receber todos que tinham perdido suas casas nos incêndios. As famílias ficaram sem alternativas e ao relento. A mãe dela, que tinha um barraco grande, de sete cômodos, construído logo no começo da formação da favela, embaixo do viaduto, não tinha mais o “espaço dela”. Passou a viver num barraco pequeno, sem espaço para os animais e a reciclagem. Além disso, precisava conviver com o trauma, de passar e olhar todos os dias para o trecho destruído da favela que costumava ser seu. A mulher não suportou a condição e, assim como as filhas, deixou a favela. Foi morar em quarto de pensão — condição ainda mais vulnerável, completamente instável, tornando-se uma refugiada dentro da própria cidade.

A condição dos refugiados urbanos, de acordo com Vera Telles, faz parte de uma discussão que vem sendo lançada nos debates políticos e intelectuais atuais, na medida em que, nas cidades contemporâneas, os “refugiados urbanos” se espalham por todos os lados. Segundo Telles, essas pessoas estão condenadas não apenas a formar uma massa de “sem-lugares”, mas ameaçadas em suas formas e sentidos de vida (TELLES, 2017).

Como podemos ver na fala de Carolina sobre o que ela viveu com a família na Favela do Moinho, é possível verificar que houve um intenso processo de desterritorialização, que culminou na perda quase total do controle da família naquele território. Essas dinâmicas são típicas do processo de desterritorialização descrito por Haesbaert, e inclusive culminaram no

deslocamento forçado da família, com precarização social bastante agravada no caso da mãe, que passou a não ter mais endereço fixo. Não é menos simbólico que, nesse período, existisse um muro cortando a favela. Muro este que, posteriormente, foi derrubado pelos próprios moradores, como vimos no capítulo anterior, num ato de retomada de certo controle do território.

Outro exemplo pode ser verificado na fala de Dandara, desta vez um caso mais recente. Na ocasião da entrevista, realizada no final de 2019, cerca de um ano e meio após a remoção da quadra 36, Dandara estava morando numa ocupação recém formada, em que ela foi uma das principais articuladoras. O imóvel era uma escola abandonada às margens da Avenida do Estado, no Bom Retiro, localização bastante central. No local funcionava o Centro de Educação Infantil Ponte Pequena, para crianças de até 3 anos, e precisou ser desativado porque o terreno estava extremamente contaminado. A Cetesb identificou altas concentrações de mercúrio e chumbo no local, e alertou para os severos riscos à saúde que a exposição a essas substâncias poderia ocasionar. A contaminação do solo foi provocada pela proximidade da escola a uma estação de transbordo da concessionária de limpeza urbana Loga (GOMES, 2018a-b). As crianças foram transferidas para outras unidades em meados de 2018, pouco depois da remoção da quadra 36.

O imóvel vazio foi visto como uma oportunidade para formar uma nova ocupação. Dandara mudou com toda a família para o imóvel contaminado no final de 2018. Crianças, idosos, gatos. Cerca de 70 adultos e 54 crianças dividiam o espaço um ano depois, quando visitei. No meio da entrevista, Dandara precisou fazer xixi. Pegou um balde e fez ali mesmo, no quarto, separado do resto do barraco com uma divisória.

Deixa eu fazer xixi... [longe] porque aqui é assim; imagina todo mundo mijando dentro do banheiro. Não dá, ninguém sabe onde senta... é igual ocupação... [na volta] eu sem sentar aqui já peguei até infecção, você acredita? Eu não sento na privada e já peguei infecção. (Dandara)

Na casa tinha também um balde grande cheio de água.

É água. Porque lá embaixo... Tem dois banheiros aqui só, né, e tem algumas casas que tem banheiro. Quando todo mundo tá usando, aí não sobe água pra cá, então a

gente precisa de cozinhar... Nós pega da torneira quando tem água aqui em cima e enche. Quando não tem, tem que esperar subir. (Dandara)

O cenário que Dandara relata é a realidade de quase todas as ocupações. Falta água, falta luz, faltam condições mínimas de sobrevivência — como a possibilidade de fazer suas necessidades básicas sem adoecer ou a oportunidade de existir sobre um solo que não gere riscos talvez irreparáveis à saúde. De acordo com Raquel Rolnik,

A vida e a sobrevivências dos pobres nas cidades dependem da ocupação “ilegal” da terra, do exercício de atividades produtivas e comerciais “informais”, a estrutura formal-legal impede permanentemente a extensão de direitos formais para os moradores desses bairros, que negociam bens e direitos com o Estado através da sociedade “política” e não da sociedade “civil”. (ROLNIK, 2015, p. 182)

Ainda de acordo com Rolnik, essa condição de acessar ou não direitos não depende da legalidade/ilegalidade da situação de ocupação; essa condição negociada politicamente, discricionária, é parte de um “pacto” territorial, que tem como objetivo responder a pressões de massas urbanas ao mesmo tempo que reafirma a transitoriedade e o estigma territorial” (ROLNIK, 2015, p. 183).

Essa mesma desassistência que Dandara relata foi vivida por Carolina, quando ela e a família foram morar na Favela do Moinho, no final da década de 1990.

Era bem assim, “Vamos para lá que ninguém vai tirar a gente de lá” e foi, viemos, tinha cinco barracos na época. Eu me lembro que a gente dormia num barraquinho pequeno. A gente dormia, a minha mãe... quando a gente tava dormindo, a minha mãe ficava de pé, por causa que não tinha eletricidade na época que a gente chegou, não tinha eletricidade. Então era aqueles candeeiros ou era vela, então tinha muito risco de incêndio. Então, sempre... a minha mãe sempre velava nosso sono. (Carolina)

Ela relata que, no começo da favela, a água era emprestada da Folha de São Paulo e a luz era um gato puxado da CPTM. E a garantia dos serviços dentro de casa dependia de cada família, cada um que arranjassem os materiais e que fizesse os serviços. Como a família de

Carolina era só composta por uma mãe e quatro filhas, ficava mais difícil ter condições de garantir água em casa.

Eu me lembro que a gente tava na favela, o pessoal começou a fazer fossa, começou a colocar piso, piso que eu digo é cimental, barraco, fazer barraco mais para cima ou senão mais para o lado e a gente sempre ficava para trás, por quê? Porque não tinha homens para nos ajudar, a minha mãe não aceitava, porque era assim, se ela visse que tinha qualquer outra intenção ou jogasse qualquer piadinha para as filhas dela, já não era mais bem-vindo para ela, não era mais bem visto para ela. Então, ela preferia não aceitar nada. Eu me lembro que a gente foi ter água dentro de casa, dentro de casa mesmo, acho que eu tinha 15 anos... não, tinha 16 anos quando a gente foi ter água dentro de casa. Foi quando a minha mãe pegou, trouxe uns canos da rua, minha mãe sempre catou reciclagem na rua. Quando a gente chegou na favela da Zaki Narchi, era comunidade, não era favela, entende? As coisas já tavam mais evoluídas, tal, enfim. Quando ela chegou ali [no Moinho], tava tudo muito cru, tava tudo muito no início. Então, tava basicamente na rua. (Carolina)

Essa diferença na oferta de serviços, que deixa uns “basicamente na rua” ou mesmo literalmente na rua, foi analisada pelo israelense Oren Yiftachel (2009), em seus estudos sobre a expansão das informalidades urbanas no mundo, com a expansão dos “espaços cinzentos” nas cidades contemporâneas. Esses espaços cinzentos permitem que grupos estabelecidos mantenham e aprofundem seus privilégios na cidade na esteira de uma profunda mudança demográfica. “Eles usam um apanhado de discursos, classificações e tecnologias para ranquear os direitos de grupos e indivíduos urbanos baseados em identidade racial ou étnica, posição econômica, posses de terras, posição política ou qualquer combinação entre elas.” (YIFTACHEL, 2009, p. 94-95)

- Cadastros

Outra estratégia que o Estado utiliza para promover a desterritorialização é a utilização de cadastros, especialmente o cadastro do auxílio aluguel, principal política habitacional em vigência hoje em São Paulo. Esse auxílio nada mais é do que um dinheiro pago diretamente às famílias que sofreram processos de remoção ou foram vítimas de desastres que as desabrigaram, hoje no valor de R\$ 400. Esse programa, de acordo com a

pesquisadora Isadora Guerreiro (2020), não foi criado como parte de um sistema integrado de habitação, “mas como forma de dar viabilidade a grandes intervenções urbanas cuja preocupação prioritária não era o reassentamento de removidos” (GUERREIRO, 2020).

Essa política, ao destinar a terra para fins mais lucrativos, coloca as famílias em transitoriedade e, além disso, alimenta novas formas de ocupações informais, mantendo o ciclo das zonas de indeterminação. Segundo Raquel Rolnik, numa entrevista à Agência Pública, isso ocorre porque “não existe nenhum aluguel de R\$ 400 no mercado, nem sequer nas favelas mais consolidadas”, e resta às famílias, então, “constituir uma nova ocupação, seja ela nas franjas da metrópole, seja ela nos prédios vazios e subutilizados” (CASTOR, 2018). Quando foi removida da Quadra 36, Carolina conseguiu auxílio aluguel, mas é crítica da política.

O governo fala assim para a gente: “Vamos remover vocês e vamos dar uma ajuda de custos”, R\$ 400,00. Quatrocentos reais não é nem o meu mercado. Eu não estou pedindo para ele ajuda de custo, eu estou pedindo oportunidade. Eu não quero uma ajuda de custo, eu não quero simplesmente: “Ah, eu vou pagar aqui, vou te dar um auxílio aluguel”, eu não quero isso. Eu sei que o nosso país, eu sei que o nosso bairro, eu sei que os nossos governantes têm o poder de pegar e mudar esse quadro, esse índice de habitação, porque eu vejo, eu vi, eu vivi, eu sei o quanto tem de prédio, de imóveis desocupados e eu sei que a maioria é da Prefeitura, do Estado, do governo. Basta... aí fala assim: “Mas não tenho dinheiro”. “Não tem dinheiro? Não tem problema, a gente faz”. É um problema tão fácil de se resolver, mas a gente é barrado pela hipocrisia, pela maneira que eles pensam, que tem que ser tudo perfeito e que tem que ser tudo na via deles e não é dessa maneira. (Carolina)

Outra solução que foi dada às famílias da Quadra 36, além do auxílio aluguel, foi a possibilidade de acessar uma carta de crédito da CDHU, que lhes garantiria um financiamento subsidiado no valor de R\$ 150.000. A opção, que era novidade para a grande maioria dos moradores, veio com brigas inclusive entre os moradores das outras quadras do bairro, para quem o benefício não tinha sido oferecido.

Quando surgiu a proposta da carta de crédito, a quadra 37, 38, 39, 40 e 50, caíram matando em cima da gente, “Por que vocês e nós não?”. Só que a gente briga demais, nossa...

— Isso com os outros moradores, é ruim essa relação, né?

— É e ainda mais pela Prefeitura dividir dessa maneira, né? Isso, mas daí, a gente parou, analisou, pensou, fizemos bem, não existe quadra, existe moradores. Então, a gente parou de tarjar assim, que a gente mesmo estava tarjando, eu falei um dia isso na audiência. (Carolina)

No trecho acima, Carolina tem noção do quanto a Prefeitura atua de modo a dividir as famílias. A Prefeitura não fez um Conselho Gestor único para o bairro, o que acabou gerando grupos de discussões diferentes, com propostas diferentes, para famílias que são vizinhas no mesmo território. Nublar esses processos de decisão e dificultar a existência de assembleias com todos os moradores é também uma estratégia do poder público de desterritorialização.

Além disso, a oferta da carta de crédito é uma jogada que dificulta a permanência das famílias do Centro. No valor de R\$ 150.000 é muito difícil encontrar um apartamento para comprar na região, o que acaba forçando a ida das famílias que aderem ao benefício a outros bairros.

Aqui no Centro você acha um kitnet... Mas a gente pensa em ter filho, aí vou botar o filho e o cachorro na onde, mulher? E o kitnet que a gente achou... tu bota o fogão de um lado e do outro lado já é teu quarto... como você mora desse jeito? Me fala onde você compra um apartamento por 150 mil. Aí você fala: nossa, mas 150 mil pra nós é muito dinheiro, dá pra comprar duas casa se for irregular. Se for irregular, eles não conseguem te liberar essa carta de crédito. (Dandara)

Como no Centro as famílias não conseguiam encontrar apartamentos para acessar o benefício, a CDHU começou a ofertar seus próprios imóveis. A família de Dandara escolheu morar num conjunto habitacional em Taipas, na extrema Zona Leste, onde os apartamentos estavam avaliados em cerca de R\$ 147.000.

Eles começaram a indicar... aí tinha uns prédio novo lá na beira da praia, que eles fizeram e tava vendendo, até hoje não entendo... Eles fazem com nosso dinheiro e a gente ainda paga de novo... é isso. Eles fazem com nosso dinheiro, público, que a gente compra um gás ou um arroz. Vai tudo pra eles, sentados, e a gente ainda paga de novo, caramba. E se a gente não paga, a gente é tomado. A gente é roubada duas vezes, você entende? E eles começaram a indicar esses prédios, esses negócios, só

que era muito longe, meu marido trabalha ali no Limão, então não dá pra ele sair lá da praia todo dia, porque gasta... é R\$ 45 pra você subir pra praia, praticamente isso de passagem. Como assim? Nenhum patrão vai pagar isso. Aí eu prefiro mesmo em Taipas, por mais que seja afastado do centro, tem ônibus que vem direto pro centro, tem ônibus que vai direto pra lá, então não precisa tá gastando muito, é uma condução só. (...) E lá é maior, lá é padrão do CDHU. Ele vem com 2 quartos, sala e cozinha. Quer dizer... meia cozinha, um ovo, amiga. Eu to vendo como é que eu vou por meu armário ainda. A cozinha é compridinha assim, e do lado tem um balcão. Esse balcão toma conta de tudo, eu já falei até pro meu marido, vou tirar o balcão e vou por lá na lavanderia, não vai ter nem lavanderia minha casa, porque não tem condição, ou eu tenho um balcão ou eu tenho uma cozinha. Porque eu não vou me desfazer... é velho, usado, mas é meu. Eu não vou me desfazer do meu fogão... é velho, doado, não tem o vidro de cima, mas é meu, eu ganhei. Aí minha geladeira — é usada, eu comprei, é velha, usada, mas é meu, não vou me desfazer de uma coisa pra poder morar dentro de um canto, e uma coisa maior você não acha. (Dandara)

As famílias, a partir do momento que decidem usar a carta de crédito, além de “serem roubadas duas vezes”, como diz Dandara, entram numa outra lógica de precarização da vida: o endividamento. Para Dandara, a situação fica ainda mais complicada, porque o financiamento deve sair no nome do “marido”, com quem ela mora junto, e que no momento tem trabalho fixo e vai ajudar a pagar as parcelas. O namoro é um vai-e-vem, e já teve vários terminos desde quando começou, sete anos atrás, quando Dandara tinha 15 anos. Além disso, quando o financiamento começar, ela não vai mais ter direito ao auxílio aluguel que ajuda a pagar as contas, e terá também uma série de outras despesas para pagar para o Estado, como condomínio e IPTU, além das parcelas.

As falas de Dandara deixam claro que a carta de crédito é uma possibilidade do Estado se manter no controle — inclusive escolhendo que opções podem ser acessadas pelas famílias ou não, a partir dos entraves que são criados para que o benefício possa ser utilizado. Para a antropóloga Veena Das, em seus estudos sobre a Antropologia do Estado, essa burocracia faz parte da performance do poder público. Ela aborda a lei como o sinal de um poder distante, mas esmagador, que é trazido para a estrutura da vida cotidiana pela representação e performance de suas regras. Mas a lei é também um recurso para a busca de certos direitos, embora seja um recurso repleto de incertezas e perigos (DAS, 2004, p. 226). Além disso, a autora mostra que muitas vezes essa performance cria ritos e regras no decorrer dos

processos, criando cenas que acabam por legitimar procedimentos que não estavam previstos. Em um dos casos que ela analisou, os moradores, para ter acesso à habitação, precisavam também apresentar certificados de esterilização. Segundo Das, “nada disso era estritamente legal, mas a parafernália de receber os pedidos, examinar os certificados para autenticidade e tudo mais, dava a impressão de uma operação legal”. (DAS, 2004, p. 240)

Uma das moradoras que esbarrou nessa parafernália do Estado foi Mercedes, imigrante peruana a quem foi dito que a carta de crédito poderia ser uma opção. Ela gastou bastante dinheiro para entregar uma série de documentos, alguns inclusive com tradução, mas sempre faltava alguma coisa. Até que disseram que ela precisaria apresentar a documentação permanente do Brasil para acessar a carta.

Essa casa que estão dando agora, yo no sé como tira, tira toda a documentação daqui, me entendeu? Pero ali para entregar a minha casa, me estão pedindo a minha permanência, entón... Ainda não tenho permanência. Me mandaram um documento de aqui, né? Pero falta mais, estão me pedindo a permanência. Eu falei para eles... “Mi marido tem documento”, disse ele, “Sim, tem documento”, eu falei... me fizeram tirar um monte de coisas, gastar muito dinheiro para final, falar para mim: “Não, você não pode, você também tem que tirar a sua documentação daqui”, esses temporários, até que seja permanente. Se tu já tienes 10 anos no Brasil, tu já tiene direito a uma permanência, por direito te pertence. Fui a... como se chama quando vamos sacar um documento? Polícia Federal e o federal me falou assim... que se podia, mas eu tenho que pagar. Esse é o problema, custa R\$ 700,00. Muito caro estão pedindo para essa documentação. Só que sem esse documento, não posso ganhar a casa que me dar aqui, porque me tiraram da Glete, me inscreveram na prefeitura, que eu já tinha o meu negócio, todos viram que eu já tinha o meu negócio pequeno. (Mercedes)

O fato de o marido dela, também peruano, já ter a permanência não importou, ela também precisaria do documento, o que não se justifica, uma vez que o financiamento poderia ser feito apenas no nome dele, se fosse o caso. Inclusive, em nenhum dos dois formulários de 2018 da CDHU para o reassentamento habitacional consta a obrigatoriedade da residência permanente para o acesso à modalidade de financiamento habitacional — consta apenas a exigência do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), que pode ser expedido em caráter temporário (Atendimentos...; Documentos..., 2018). Mercedes também questiona o

fato de ter feito todo o processo sem ter sido informada sobre essa obrigatoriedade (“me fizeram tirar um monte de coisas”) e de ter que gastar muito dinheiro nesse processo quando o próprio Estado a deixou desempregada e desabrigada, ao demolir a Quadra 36. São ocorrências que evidenciam a ilegibilidade do Estado na manipulação desses cadastros — os procedimentos não são claros, as normas são incompreensíveis e fluidas, podendo ser alteradas a qualquer momento.

Essa ilegibilidade do Estado também se verifica no momento em que Mercedes busca atendimento — e é agravada pelo fato de ela ser estrangeira. Ela se queixa de ser maltratada pelos funcionários da CDHU, de não receber atendimento adequado mesmo reivindicando o direito de ser bem atendida. O Estado para ela é menos legível do que é para os brasileiros que passaram pelo mesmo processo de remoção.

No CDHU as pessoas não te atendem como deve ser... Não me gusta a su maneira de atender o CDHU. Por exemplo, um moço, que nem eu falei para ele: “Você, o que tem contra nós? Para você não estamos pedindo nada, você está aqui graças a nós, porque senão não tem trabalho, você tem que atender a nós. Então só há respeito, quando há respeito”, “Não, moça...”, “Eu vou fazer uma queixa para você, eu me arrependo que você não sabe atender a gente,” eu falei, “Você não pode excluir a todos por igual, não é porque sou estrangeira, você não vai me tratar como qualquer coisa”. Aí um moço entra com um documento, “documento permanente, não está escutando? Já não lhe falaram que tem que tirar a sua documentação? Quantas vezes querem que fale para você?”. (Mercedes)

Por outro lado, ela relata ter gostado dos atendimentos que recebia na Prefeitura, como é possível ler abaixo:

Geralmente quando ia na prefeitura, não me tratavam assim. Elas me ajudaram, estou muy agradecida com elas e eu falei para elas, que quando for em meu país, vou trazer um regalo bom para vocês, “Não, não precisa”, me ajudaram bastante também, muito boa as pessoas comigo da prefeitura. (Mercedes)

Apesar de ela ter se mostrado grata pelo atendimento, já que as funcionárias da Secretaria de Habitação da Prefeitura foram “boas pessoas” e ajudam a incluí-la no cadastro enquanto moradora da Quadra 36, para poder receber o auxílio aluguel, ela não deveria

precisar se sentir dessa maneira. Mercedes relata “ter sido uma das últimas inscritas”, mas era nada mais do que o direito dela ser cadastrada como foram todos os outros moradores da Quadra 36; assim como era apenas a obrigação da Prefeitura realizar esse cadastro. A Prefeitura, inclusive, sequer cumpriu com a obrigação de submeter o cadastro ao Conselho Gestor para aprovação — porque o conselho sequer havia sido criado, outra obrigação deixada de lado, como vimos anteriormente.

Os relatos descritos neste tópico deixam claro porque os cadastros podem ser uma ferramenta para a desterritorialização; são um instrumento não só de gestão das remoções, mas de gestão da reterritorialização e de gestão do acesso às políticas habitacionais, a partir de procedimentos ilegíveis e de promessas que não têm prazo de vencimento. Para a população imigrante, os cadastros se apresentam com maior ilegibilidade, e a parafernália de documentos também é redobrada. O cadastro é um mecanismo de controle do Estado para decidir quem poderá ter acesso à terra na cidade — além de quando, como e onde.

CAPÍTULO 3: Resistência

Uma amiga da minha mãe falou assim para ela: “Olha, vamos para uma ocupação que tem aqui na rua da Igreja das Almas”. Uns 6 meses, aí a gente foi desalojado, pegou fogo nesse casarão. Foi o primeiro incêndio que a gente teve. Como o casarão já tava muito destruído, a gente não teve possibilidade nenhuma de voltar lá. Aí, a gente foi para a igreja. Só que qualquer lugar que a gente chega, a gente quer fazer a nossa casa. A gente foi para a igreja só para guardar as coisas, mas é muito grande o estacionamento da igreja. Depois de três meses, a gente já tinha quadrados dentro do estacionamento da igreja, cada um já tinha o seu fogão, a sua cama, entendeu? Aqueles parâmetros assim. Depois, o padre pediu a remoção. O que que aconteceu? A gente foi para um depósito da prefeitura, também só foi para guardar as coisas. Passou três meses e a gente tava fazendo os quadrados de novo. Eu me lembro como se fosse hoje, que a gente brincava e falava que a gente tinha um quintal imenso. Imagina, era o depósito da prefeitura. (Carolina)

Carolina é filha de uma mulher cearense que veio para São Paulo tentar a vida. É casada, tem quatro filhos, nasceu na Vila Guilherme e morava na favela Zaki Narchi, no Carandiru, quando a prefeitura expulsou as famílias do local. Era um terreno imenso, e a favela tinha sido construída sobre um antigo lixão — apesar da insalubridade, a prefeitura construiu ali um conjunto habitacional no modelo Cingapura, e o projeto estampava os vídeos das campanhas eleitorais da época²⁰. Carolina lembra que, quando precisou deixar a Zaki Narchi, ela tinha apenas nove anos de idade. Foi a primeira remoção de muitas que ela enfrentou na vida. O relato acima conta um pouco dessa trajetória marcada desde a infância pela transitoriedade permanente. A saída da favela resultou numa sucessão de mudanças; a cada novo endereço, a expectativa era de que ali se firmasse a nova morada — não importava se era um estacionamento de igreja ou um depósito da prefeitura. “Em qualquer lugar que a gente chega, a gente quer fazer a nossa casa”, afirmação que evidencia uma vida “sem-lugar”, mas, ao mesmo tempo, com vontade de se reconstruir aonde quer que fossem.

²⁰ A campanha de Celso Pitta, em 1996, usava os Cingapuras como principal bandeira política. Um dos jingles chegava a afirmar: “Hoje o coração dessa cidade / Sabe o que é sentir felicidade / Ao ver São Paulo mais e mais bonita / E ver sumir de vez suas favelas / Surgindo o Cingapura sobre elas”. O investimento na campanha foi alto — o responsável foi o publicitário Duda Mendonça — e Pitta foi eleito como sucessor de Paulo Maluf (Pitta..., 2011).

A história de Carolina é muito representativa do que pretendemos abordar neste capítulo: os processos de *emplacement* (GLICK-SCHILLER e ÇAGLAR, 2018); a reterritorialização (HAESBAERT, 2014); as alianças entre os corpos (BUTLER, 2018) que garantem a criação de novos vínculos territoriais. Aqui o foco serão as famílias que conseguem permanecer no Centro de São Paulo, mesmo quando sofrem os processos de *displacement*, como vimos no capítulo anterior.

E é por isso que falamos de Carolina: a saída da Zaki Narchi levou a família dela a se estabelecer numa outra favela, a Favela do Moinho. Mas não é que ela tenha ficado lá para sempre. Por muito tempo, ela conciliou a vida com a família na favela com a vida nas ocupações de moradia do Centro, na tentativa de conseguir acessar alguma política habitacional, embarcando na luta dos movimentos por moradia. Ela morou na Ocupação Mauá, na Prestes Maia, na Torre de Vidro²¹, e foi uma das fundadoras da ocupação no casarão da Quadra 36. Quando ocorreu a remoção da quadra, Carolina ampliou sua participação política e se estabeleceu como uma liderança, ao ser eleita para ser uma das conselheiras representantes dos moradores no Conselho Gestor. E é a partir da ocupação e da reivindicação desses espaços — tanto o espaço da cidade propriamente dito quanto o espaço da participação política — que se constituem os territórios²² populares do Centro e que se conformam suas estratégias de resistência.

O retorno do território

Milton Santos, que há mais de 20 anos já clamava pelo “retorno do território” como forma de retornar a uma urbanização solidária, que não tem como objetivo servir ao capital. Esse retorno significaria uma valorização do espaço banal (o território de todos), pela urgência de retomar a vizinhança e a solidariedade que existe nas horizontalidades — que são “os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais” (SANTOS, 1998, p. 16). Para Santos, quando a cidade se insere numa lógica de rede, se agravam os conflitos entre o espaço local e o

²¹ Apelido dado ao edifício Wilton Paes de Almeida, no Largo do Paissandu, Centro de São Paulo. O prédio abrigava uma ocupação e desabou após um incêndio no dia 1º de maio de 2018.

²² Aqui recorremos à definição de território adotada por Milton Santos: “Consideremos o território como o conjunto de sistemas naturais mais os acréscimos históricos materiais impostos pelo homem. Ele seria formado pelo conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial, e mais o seu uso, ou, em outras palavras, a base técnica e mais as práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e de política” (SANTOS, 1999).

espaço global — entre a vida de fato vivida na cidade e a vida importada que se quer implantar na cidade, de modo a colocar essa cidade num circuito de fluxos financeiros internacionais²³. Porque, ao falar de mundo, segundo o autor, fala-se ao mesmo tempo de uma política que trabalha em prol de interesses econômicos.

Justamente, a versão política dessa globalização perversa é a democracia de mercado. O neoliberalismo é o outro braço dessa globalização perversa, e ambos esses braços — democracia de mercado e neoliberalismo — são necessários para reduzir as possibilidades de afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada na contiguidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartilhado. (SANTOS, 1998, p. 18-19)

Por isso, de acordo com Milton Santos, é necessário retomar a noção de espaço banal e de subverter essa noção de redes, segundo Santos. O lugar — não importa sua dimensão — é a sede dessa resistência, e o território é a principal arena de oposição entre mercado e sociedade civil (p. 19).

As ideias de Santos ajudam a situar a preocupação com o que temos chamado neste trabalho de precarização territorial, desterritorialização, acumulação por despossessão, *displacement*, processos que têm no território sua principal expressão, para deixar claro que há décadas pesquisadores alertam para sua ocorrência e para as conexões que os provocam. São processos que têm se complexificado e, apesar de parecer cada vez mais difícil identificar quem são atores interessados nesses processos, cabe notar que as formas de luta e resistência também estão mais complexas.

O tema da resistência pelo território também foi abordado por David Harvey em seu livro “A loucura da razão econômica”, e dialoga com o sentimento de pertencimento que Carolina relata no trecho que inicia este capítulo.

O enraizamento em um lugar é uma virtude para muitos. A resistência local aos poderes disruptivos, vinculados à acumulação infundável, é uma importante frente de luta anticapitalista. O anseio e a busca por relações sociais e relações com a natureza não alienadas não podem desprezar os processos de construção de lugar como um caminho para construir uma vida melhor. (HARVEY, 2018, p. 133)

²³ No caso do Centro de São Paulo, um exemplo da entrada nesse mercado global foi o financiamento do Projeto Nova Luz pelo BID, como vimos no capítulo anterior.

Segundo Harvey, essa construção do lugar se faz a partir de um saber acumulado, que é compartilhado entre gerações de luta, que criam um arcabouço da memória de resistência.

Também temos de levar em conta a importância das tradições acumuladas e do know-how da classe trabalhadora em lugares e momentos particulares, das habilidades e relações sociais (e não apenas de classe), tudo isso sem deixar de reconhecer que as lutas políticas e sociais de pessoas que viveram em determinados locais nos legaram memórias e esperanças de formas alternativas não-alienadas de ser e viver. (HARVEY, 2018, p. 129)

O repertório acumulado de Carolina em ocupações, por exemplo, faz com que ela já tenha uma bagagem acumulada sobre formas de gestão territorial, inclusive com a possibilidade de fazer a gestão autônoma de ocupações, a partir da utilização de imóveis vazios no Centro da cidade e do trabalho dos próprios moradores — como eles mesmos já vêm fazendo há anos dentro das ocupações que erguem coletivamente.

A gente não tem engenheiros, a gente não tem arquitetos, mas tem cada pessoa que faz umas maquetes, que olha... Dá de 10 a 0 em muitas aí. Então, a melhor saída que existe: “Olha, o prédio está aqui, está abandonado, vocês têm cinco opções de projeto e a gente vai fazer assim: dou material para vocês, mas a mão de obra é de vocês”, eles têm um poder para isso. A mão de obra de vocês, vocês escolhem como que vocês vão trabalhar... esse daqui é o líder, essa daqui é a coordenação que vai indicar para vocês o que que tem que que fazer, quem não souber, vai aprender. Quem sentir vontade de aprender, vai aprender, quem não quiser, fala: “Não consigo”, e passa adiante, mas a gente vai achar uma função para você, que não é possível que você não consiga passar um rolo de tinta na parede”. Acabou o problema dos prédios vazios, da maioria das habitações... do pessoal que tá na rua, já não vão mais estar, aqueles cortiços que a gente vê, também já não vão mais existir, né? Eu não entendo porque a gente só retrocede. A gente dá um passo para frente e dez para trás, eu não consigo compreender porque é dessa maneira. (Carolina)

Carolina relata uma certa frustração com a política pública urbana, que não reconhece e não aproveita o potencial que existe nas ocupações. Entretanto, ali dentro já está sendo construído um novo urbanismo, que ocorre paralelamente ao urbanismo tradicional excludente. Essa é uma ideia levantada pelos pesquisadores Jeroen Stevens, Bruno De

Meulder e Nadia Somekh, que publicaram um artigo onde expõem as características peculiares a essa forma de fazer cidade ao estudarem as ocupações no Centro de São Paulo. Os autores partem da premissa que “São Paulo se constituiu, historicamente, como uma imensa ocupação”, e que “o centro da concentra ondas de ocupação e transformação do patrimônio vacante pelos movimentos urbanos, que por sua vez transformam a materialidade arquitetônica da cidade”. Os autores ainda dizem entender que essa “se trata de uma forma orgânica de urbanismo, que ocupa o lugar de uma ausência de política urbana efetivamente voltada para redução das desigualdades existentes nas cidades brasileiras”. Foi constatado que “estamos frente a uma forma de urbanismo emergente. Uma forma solidária, cooperativa e conscientizadora, que se propõe a construir cidadania e reduzir desigualdades” (STEVENS, MEULDER, SOMEKH, 2019).

Emplacement e ação política

As autoras Glick-Schiller e Çaglar apontam que esse processo de *emplacement* pode se dar por diversos fatores, tais como: empreendedorismo; sociabilidade construída através espaços compartilhados de moradia, trabalho e institucionalidades; cidadania facilitada pela religião; ou facilitação por órgãos supranacionais. Elas decidiram fazer esse estudo utilizando a escala urbana como grade analítica e chegaram à conclusão de que:

O foco no *emplacement* de imigrantes nos permite iluminar práticas reivindicatórias, situações, lugares, instituições e relações nas quais pessoas que passaram por processos de *displacement*, migrantes ou não-migrantes, constroem sociabilidades que podem formar a base para novas formas de ação política. (GLICK-SCHILLER, ÇAGLAR, p. 13)

O objetivo era, então, perguntar como, quando, onde e com que consequências pessoas que foram vítimas de despossessão reconstroem suas vidas em meio a esses processos de reestruturação urbana. E o *emplacement*, conforme elas verificaram, “inclui reivindicações por cidadania e o desenvolvimento de sociabilidades que possam estar na base de movimentos por justiça social” (GLICK-SCHILLER, ÇAGLAR, p. 20). As autoras ajudam, então, a situar o conjunto de fatores determinantes que se compõem nas práticas de *emplacement*, e o ponto mais decisivo é que, nesse contexto, entram em ação e em operação atores e redes de atores, instituições e grupos sociais que operam em escalas variadas, conformando relações de poder e fricções internas, que podem – ou não – se desdobrar em disputas mais ou menos acirradas.

Essa complexidade da resistência se apresenta como uma característica bastante presente no contexto do Centro de São Paulo, como veremos ao longo do capítulo, e também em outras cidades brasileiras. Em Belo Horizonte, por exemplo, o repertório acumulado das ocupações já tem trazido frutos no sentido do aprimoramento da ação política na disputa socioterritorial. Pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ao analisarem uma década inteira de experiência com ocupações em Belo Horizonte, apontam que o amadurecimento dos movimentos sociais da cidade deu vazão a duplo movimento: por um lado, a radicalização das ações e, por outro, a hibridação de várias pautas ligadas à vida na cidade. De acordo com os autores, essa estratégia, que une a radicalidade à articulação dos vários ativismos, tem se mostrado uma poderosa ferramenta para a resistência contra o urbanismo neoliberal (PAOLINELLI, CANETTIERI, 2019). E esse amadurecimento fez com que os movimentos, que se submetiam à política criada pela gestão municipal, insuficiente na provisão de habitação, tenham se deslocado para a ação direta, com um destaque na formação e consolidação de ocupações organizadas – enquanto estratégia de luta, de produção de moradias e de criação de narrativas políticas de resistência. Está em evidência uma subjetividade insurgente e, segundo os autores, os estudos precisam acompanhar a complexidade que os movimentos estão adquirindo:

Se, durante um primeiro estágio, esses movimentos de ação direta limitavam sua relação com o poder público somente na esfera da negociação e da defesa da posse, hoje se tem uma relação mais plural com as várias esferas do Estado e de instituições. A participação e a incidência política dos movimentos, seja nas conferências municipais, no Legislativo ou na mobilização do Judiciário, acabaram por ampliar seu repertório de ação. Essa mudança deve obrigar a teoria sobre os movimentos sociais e ativismos a acompanhar sua crescente complexidade. (...) Parece que pelo menos alguns dos movimentos sociais de ocupações organizadas, como Brigadas Populares e o MLB, estão dispostos a matizar mais esse quadro, ampliando o leque de suas ações para o fortalecimento de suas pautas. Mas uma coisa é clara: a luta institucional torna-se um desdobramento, e não o objetivo. (PAOLINELLI, CANETTIERI, 2019)

Essa aparente tendência de complexificação dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, que têm transformado suas formas de luta, suas agendas políticas e seus espaços de atuação, tem forçado a repensar a forma como se olha para as disputas socioterritoriais. No caso da remoção da Quadra 36, por exemplo, essa ampliação do

repertório de ação ficou bastante evidente na atuação do Fórum Aberto Mundaréu da Luz. O grupo reúne moradores, coletivos, grupos de pesquisa e movimentos que atuam nas mais diversas áreas. Os temas que são desenvolvidos no território incluem um olhar não só para a questão das ocupações de moradia, mas para a saúde pública, especialmente no que se refere ao uso de drogas na região; para a questão social, pela alta incidência de trabalhadores informais e de população que circula na região; para a saúde mental, uma vez que a população mais vulnerável é vítima de um histórico de violência; para a cultura, como um pilar necessário à transformação social; e principalmente para a questão urbana, pela necessidade de rever a forma como o planejamento, os projetos e a regulação urbanística são concretizados nesta região da cidade; dentre outros.

O projeto Campos Elíseos Vivo, publicado pelo Mundaréu em 2018 como uma estratégia de emplacar uma contranarrativa ao discurso hegemônico, foi elaborado já sob a pretensão de abranger todos esses ativismos. Essa característica aparece também em um manifesto publicado em outubro de 2020, onde o grupo afirma que “a solução para a região da Luz/Campos Elíseos não passa por tiro, agressões e bombas, mas pela construção coletiva e democrática de direitos, dentre eles o da moradia, da memória e do cuidado” (Luz..., 2020).

Essa multiplicidade de temas e ativismos deu força ao movimento na disputa socioterritorial. Representantes do Mundaréu ocuparam espaços na Subcomissão sobre Política de Drogas da Câmara municipal, em reuniões sobre a construção do Projeto de Intervenção Urbanística (PIU) Central, em premiações do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), em audiências públicas para debater propostas de atendimento habitacional aos moradores da região, em publicações da mídia independente, dentre muitos outros, além de ter construído pontes diretas com a Defensoria Pública e com o Ministério Público do Estado de São Paulo e de ter propiciado a articulação dos mais diversos ativistas e movimentos sociais que atuam na região (BELMIRO; Ata de reunião...; Ata de audiência...; Relato..., 2018; Vencedores..., 2019). Um exemplo da força que a resistência territorial pode ter ao combinar diferentes agendas.

Esse tipo de resistência, de um lado, ainda opera mais na esfera da institucionalidade, e é mais voltado para a articulação de organizações e movimentos. Há que se considerar, por outro lado, que há também resistência articulada no âmbito do corpo, que faz política na esfera da rua, do espaço público, sem vinculação com movimentos e sem a intenção direta de disputar no âmbito da institucionalidade. Uma ação política que se desdobra e se reproduz no

coração dos territórios populares, a partir da construção de alianças e performatividades próprias.

Alianças para a permanência

O objetivo de entender como podem se dar essas novas formas de resistência e ação política, a partir da observação de formas organizadas de vida para resistir à condição precária, levou à leitura de Judith Butler. No livro “Corpos em aliança e a política das ruas”, ela dialoga com a noção de Hannah Arendt sobre o que é política, pelo fato de Arendt pressupor que o ato de fazer política está necessariamente relacionado ao aparecimento público. A partir desse debate sobre o aparecimento, que pressupõe a existência de uma plataforma ou arena política onde seja possível “aparecer”, Butler levanta alguns questionamentos que evidenciam como essa definição pode perpetuar o entendimento de que população que vive em precariedade²⁴ é também excluída do fazer político, por não ter acesso ao “aparecimento” (p. 86).

Butler pergunta, então: como descrever a ação e o estatuto dos seres desagregados do plural? Que linguagem política é reservada para descrever essa exclusão e as formas de resistência que revelam a esfera de aparecimento conforme ela é atualmente delimitada? Os desamparados estão fora da política e do poder ou, na verdade, estão vivendo uma forma específica de desamparo político junto com formas específicas de ação e resistência política que expõem o policiamento das fronteiras da esfera do aparecimento em si? De acordo com a autora, se afirmamos que os desamparados estão fora da esfera política — reduzidos a formas de ser despolitizadas — então aceitamos implicitamente como certas as maneiras dominantes de estabelecer os limites do político. Para Butler, mesmo as pessoas destituídas de direitos ainda estão dentro da esfera do político — e, com frequência, estão enraivecidas, indignadas, revoltadas e opondo resistência (BUTLER, 2018, p. 87-88).

Esses questionamentos de Butler (2018) conduziram as estratégias para compreender as formas de ação política presentes nos processos de *emplacement* vividos no Centro de São

²⁴ Butler aborda a questão da precariedade no livro “Vida Precária”, onde ela discute a necessidade de retratar o humano, sua dor e seu sofrimento como forma de reestabelecer relações de alteridade e combater o desprezo pela vida. “Certos rostos devem ser conhecidos pela opinião pública, devem ser vistos e ouvidos para que um sentido mais agudo de vida, de toda e qualquer vida, tome conta de nós. Então, não é que o luto seja o objetivo da luta política, mas sem a capacidade de enlutar perdemos aquela noção mais afiada de vida que necessitamos para que possamos nos opor à violência” (BUTLER, 2019, p.15).

Paulo, em um contexto de “revitalização” urbana. O trabalho de campo acabou por evidenciar algumas alianças relevantes para a permanência dos territórios populares no Centro. Entender essas alianças se mostrou especialmente necessário no caso da Quadra 36, uma vez que não havia nenhum movimento social de moradia associado diretamente às ocupações da quadra. Como algumas entrevistadas disseram, as ocupações não tinham “bandeira” — expressão que faz analogia aos bandeirões que os movimentos de moradia penduram nos prédios que ocupam, o que confere outras camadas e interseções políticas às ocupações. No caso da Quadra 36, assim como no caso da Favela do Moinho e de diversas outras ocupações e moradias informais que existem no Centro de São Paulo, há uma série de outros mecanismos para além dos movimentos que são ativados na luta pela permanência, e entendê-los faz parte do objetivo de compreender as complexidades das disputas socioterritoriais nessa região da cidade.

Na tentativa de sistematizar essa resistência, houve aqui um esforço no sentido de organizar essas alianças em categorias, que foram criadas com base na experiência de campo. São elas: as alianças do morar, que engloba as alianças em torno das ocupações, pensões e outras configurações habitacionais informais, que se configuram como formas de moradia de baixo custo no Centro a que essas famílias têm acesso; as do lutar, onde há articulação com movimentos sociais, universidades, ativistas e todas as expressões da sociedade civil organizada com a intenção de buscar apoio para fazer a disputa institucional; as do sobreviver, que englobam todos os atores que cooperam para o acesso a serviços de necessidade básica, como comida, educação, saúde, segurança e assistência social; e as do cooperar, onde se constroem as redes de sociabilidade e amizade e de trocas de informações sobre as oportunidades na região.

As alianças constituídas para fortalecer a luta nestas quatro esferas — moradia, disputa institucional, sobrevivência e cooperação mútua — se apresentam de formas bastante diversas; nenhuma delas ocorre isoladamente, de forma totalmente organizada ou mesmo sem fricções e conflitos internos. Essas peculiaridades são parte de uma existência complexa, e é fundamental não perder de vista que os processos de *emplacement* ocorrem em meio a processos massivos de despossessão, que criam obstáculos e precariedades que tendem a desarticular formas de resistência e articulação política e que intensificam, inclusive, as disputas entre a própria população precarizada.

Abaixo, vamos analisar como se dá a resistência e a permanência no território a partir das alianças percebidas.

- Moradia

As formas de morar a que essas famílias têm acesso no Centro são bastante diversas. No geral, as mais recorrentes dentre os moradores que viviam na Quadra 36 são os quartos de pensão e as ocupações — e aqui as famílias vivem em situação de mais vulnerabilidade e precariedade. As quitinetes aparecem como uma alternativa para algumas famílias, entretanto, só vale para as famílias que podem contar com algum tipo de apoio — normalmente com a ajuda de algum parente que possa comprovar renda e assinar um contrato formal.

Mercedes, imigrante peruana, sempre viveu em pensões no Centro, mas, após a remoção da Quadra 36, foi morar com o marido numa quitinete da Avenida Rio Branco, onde o irmão dela já vivia com a esposa. Os dois casais passaram a dividir o apartamento, um espaço de cerca de 25 m² com uma sacada, e as despesas com aluguel e condomínio. Cada casal pagava R\$ 600, um valor razoável para uma família que agora estava recebendo o auxílio aluguel de R\$ 400 para ajudar nas despesas.

Após a remoção da Quadra 36, Carolina, que morava numa ocupação, também foi morar numa quitinete. O apartamento ficava na rua Vitorino Carmilo, num prédio de médio-alto padrão, com portaria, bem localizado. Ela paga R\$ 1.200 por mês no pacote de aluguel e condomínio, e o espaço é bem iluminado, tem a cozinha separada, área de serviço e cerca de 30 m². Um guarda-roupa separa a sala do quarto, onde ela dormia com o marido e os quatro filhos. No dia em que estive na casa dela, o filho mais velho tinha passado a tarde jogando futebol no Moinho. Quando voltou para casa, pediu para um amigo dormir em casa, para poderem continuar brincando à noite. Ela deixou.

O espaço era pequeno para acolher tanta gente, mas é uma opção com custo razoável, numa boa localização, que ela e marido podiam pagar, pois estavam os dois trabalhando, e o auxílio aluguel ajudava a complementar a renda. Mas essa não foi a primeira opção, inicialmente, após a remoção, ela tentou uma alternativa mais barata, em pensão, mas não conseguiu, porque mesmo na informalidade há certos critérios que limitam as opções. A saída

foi mudar para a quitinete, que foi viabilizada por um parente que conseguiu assinar o contrato formal por ela.

Eu estava tentando alugar quarto de pensão, só que aí, o pessoal: “Ah, não aceito com filhos, não”, porque não aceitam os com um, quem dirá quatro, entende? Então, eu não entendo esse pessoal, eu acho que nunca foi criança. Eu não estava conseguindo, era muito difícil, muito difícil mesmo. Quando eu falava em crianças, era muito difícil, ou senão, eu conseguia em lugares piores do que ocupação. Aí o meu cunhado falou: “Vamos lá, que eu vou alugar para você”, ele me conhece, ele sabe que eu trabalho. E eu não estava trabalhando registrado, eu estava fazendo faxina. Ele falou: “É R\$ 1.200, vai encarar?”. Eu falei: “Vou”, tanto que o contrato não é no meu nome.

— É no nome dele?

— Isso, eu não consigo, eu não tenho renda para isso, eu não tenho nome para isso. A minha carteira é assinada, mas na época não era, mas mesmo se fosse agora, eu também não consigo, entendeu? (Carolina)

O processo de reterritorialização dessas famílias, então, passa necessariamente pela moradia informal ou pela moradia formal, com alguma ajuda de amigos, parentes ou conhecidos. A solidariedade aparece muito nos relatos dessas famílias, em qualquer contexto habitacional. É pelas conexões e amizades, inclusive, que boa parte das pessoas acaba indo morar em ocupações. “É sempre uma amiga que diz: ‘Vamos lá, amiga’”, conta Carolina. Ela mesma recorreu às ocupações, enquanto morava na Favela do Moinho. Ela tinha o barraco dela na favela, junto com a mãe, mas estava tentando outras formas de morar na cidade. Para ela, era uma maneira de buscar certa independência por meio de uma forma de morar de baixo custo, mas também de entrar num circuito de luta por moradia. É um contexto mais politizado do que nas outras formas de moradia informal, uma vez que as ocupações são mais do que uma opção de moradia barata no Centro — nelas, há um interesse claro de disputar o espaço. Carolina passou por várias: a Ocupação Mauá, a Prestes Maia, a Torre de Vidro. Sempre na tentativa de buscar uma alternativa de moradia e de tentar disputar o acesso a uma política habitacional, mas não sem risco e sem trabalho: ocupar um prédio geralmente envolve a necessidade de enfrentar uma realidade precária marcada por vários riscos, dos estruturais aos jurídicos. No relato abaixo, Carolina conta um pouco como era essa dinâmica de ir tentando a vida nas ocupações:

— A gente não saiu da favela, mas a gente tava tentando outros meios. A gente já tinha tentado outras ocupações.

— Ah, entendi, vocês continuaram na favela, mas estavam testando... Mas não morando fixo? Só ia, ficava de dia e voltava?

— Isso, era desse jeitinho, porque ainda não tinha água, não tinha luz, não tinha nada.

— A primeira que tu foi, foi qual?

— A primeira que fui... foi da Mauá. Aquele prédio gigantesco, meu Deus do céu, eu morava no décimo oitavo andar, eu falei: “Eu não aguento, não dá”, não dá, porque não tinha elevador, não tinha como, décimo oitavo andar para a gente todos os dias... tinha que subir e descer aquilo. Aí teve um incêndio na Mauá. Teve um incêndio lá que morreu uma criança também lá, e aquilo ali me chocou demais porque eu já tinha visto... E infelizmente eu chego sempre na hora errada, porque eu cheguei, eu estava descendo de casa, né? E quando os bombeiros chegaram, o que aconteceu, né? Eles colocaram na maca e a mãe chegou e a mãe queria ver, quando a mãe foi ver, foi a hora que eu estava passando, foi onde que o bombeiro pegou e descobriu a criança. Então, eu acabei vendo também, então aquilo me chocou muito, aí eu não queria... Eu não conseguia mais ficar dentro do local, entende? Não dava mais para mim ficar lá dentro e eu via os meus filhos, eu estava com dois filhos pequenos.

— Mas tu não tinha levado os teus filhos para lá?

— Não, não tinha, mas mesmo assim eu pensava: “Eu vou morar aqui com os meus filhos”, então não dava para mim ir para lá. Aí, a gente fez a da Luz, aquele prédio ali, o branco e vermelho. [*Ocupação Prestes Maia*] E aí, eu me lembro que lá na Luz, os meus filhos brincavam e eles se comunicavam com os amiguinhos pela janela, falava até para a minha mãe que pareciam presidiário, porque era assim, lá é um quadrado, né? Fica um pátio assim e a janela para janela, então a gente, assim: “Vizinha, tem um café aí?”, era desse jeito. Foi a primeira vez que eu tive contato com a tropa de choque. A tropa de choque veio e tirou, só que a gente não queria sair. Nossa, foi um barulhão. “Mulheres e crianças na frente”, que tem aquela história que eles não vão atacar. Imagina, a gente saiu na pancada aquele dia. Aí, depois o pessoal voltou de novo, só que como eu já estava com esse impacto da tropa de choque, eu não voltei para lá... eles voltaram, depois de 10 anos ganharam o prédio, entende? (Carolina)

No relato dela, estão expostas todas as vulnerabilidades a que estão submetidas as famílias que estão vivendo nos territórios populares do Centro. Além das práticas da “arte do contornamento”, como vimos no capítulo anterior, da negociação da vida e das formas de vida entre as informalidades a que estão submetidas. São modos de morar que convivem, muitas vezes, com incêndios, mortes, violências, falta de eletricidade, falta de água, insalubridades variadas, além dos conflitos recorrentes com a polícia e dos riscos iminentes de remoção. É um modo de vida instalado em contexto de constante tensionamento, mas que muitas famílias escolhem, no fim das contas, porque há uma série de outros fatores que compensam — há o apoio mútuo da comunidade, há a possibilidade de permanecer no Centro, há a chance de conseguir acessar uma política habitacional. Para algumas outras, sequer há esses pesos na balança: vivem em ocupação porque não têm outra opção — muitas pensões, como vimos no relato de Carolina, não aceitam crianças e, pelo valor cobrado, podem ser inacessíveis para as famílias mais vulneráveis —, e acabam participando desse tipo de moradia mais politizada mesmo sem outros interesses para além do teto. Todas essas complexidades se atravessam e compõem o cenário diverso da moradia informal no Centro.

Mas um ponto é comum à imensa maioria das trajetórias: a transitoriedade permanente. As soluções de moradia são quase sempre temporárias, as permanências e os modos de vida são constantemente disputados e negociados. E, nesse contexto, é interessante retomar o que defende Haesbaert ao se referir à desterritorialização. De acordo com o autor, a desterritorialização jamais é total e jamais é desvinculada de um processo de (re)territorialização, uma vez que, num sentido analítico amplo, o movimento de desterritorialização “equivale a todo processo de saída ou destruição de um território – para a entrada em ou a (re)construção de outro, já que ninguém sobrevive sem algum tipo de controle do espaço”. Há a desterritorialização, mas nunca sem reação — as pessoas reagem, não se conformam, se revoltam e reivindicam (HAESBAERT, 2014, p. 184).

Essa reação pode ser vista no caso de Dandara, que participou da formação uma nova ocupação depois de sofrer remoção. No relato abaixo, ela conta um pouco sobre o início dessa nova ocupação na Avenida do Estado, no bairro do Bom Retiro. Após a remoção da Quadra 36, ela ficou morando numa casa em Cachoeirinha, na Zona Norte da cidade, onde pagava R\$ 400 de aluguel, com previsão de reajuste para R\$ 500. Assim que foi possível, embarcou numa nova ocupação, como estratégia para conseguir voltar para o Centro e para se livrar do custo mensal de aluguel.

Um conhecido da gente falou assim: ó, aqui tem uma creche que está abandonada, há mais de um ano foi desativada por causa de um processo químico que tem aqui dentro, aqui tem mercúrio... Está contaminado. O terreno é contaminado e dá pra gente fazer moradia. E a gente precisa de uma pessoa forte para a gente estar abrindo. Foi quando a gente se juntou num grupo de 7 pessoas, viemos. O portão já estava arrombado, já estava caído no chão, tinha muito nóia aqui dentro. Eu não vim nesse dia, mas a minha mãe veio. Aí as meninas como já veio com criança, pediu pros moradores de rua se retirar, que a gente ia estar ocupando, que a gente estava precisando e que a gente não ia ter pra onde ir com as crianças. Eles saíram de boa, e a gente ficou uns dois ou três dias aqui sem luz. Sem luz, sem nada. Só a gente trazendo das casas vizinhas pra cá. Meu namorado conseguiu fio, o marido da minha mãe também trouxe fio, e a gente conseguiu puxar o bico de luz aqui pra dentro. Uma semana, duas semanas depois, foi chegando o pessoal para cá para dentro. E foi pedindo espaço. (Dandara)

No relato de Dandara, fica bem clara a constituição de uma aliança para a construir uma nova alternativa de moradia no Centro, no processo de formação da ocupação. Um pequeno grupo que se aventura, chega num imóvel abandonado, alguns arrumam a fiação, outros conversam com os usuários de drogas que estavam usando o local, outros puxam um bico de luz, e assim vão construindo juntos. Esse imóvel na Avenida do Estado para onde as famílias foram costumava ser uma creche, e foi abandonada justamente pelo alto teor de contaminação. Uma situação de altíssimo risco, como vimos no capítulo anterior, mas que não se apresentou como impeditivo para a formação da ocupação. Uma situação também precária, já que sequer havia energia elétrica, e com a participação das crianças desde o começo.

O relato dela é bastante significativo em relação à ação política do ato de ocupar. Sete pessoas se juntaram, sem a presença de qualquer movimento de moradia organizado, e reivindicaram o direito de dar outra finalidade àquele espaço vazio. Na fala dela, fica claro que ocupar não é a mesma coisa que simplesmente usar. Outras pessoas estavam usando aquele imóvel — tinham arrombado a porta e estavam ali dentro, fazendo uso de drogas. Mas aquele uso não era político. O ato de ocupar era. Esse entendimento inclusive parece ser compartilhado nas ruas, uma vez que ela aponta que os “moradores de rua saíram de boa”. Uma curiosidade é que a ocupação fica praticamente ao lado de um batalhão da polícia

militar, e a convivência era tranquila. Dandara contou que, no início, os policiais visitaram a ocupação, e só recomendaram para que a área externa do terreno não fosse usada para a construção de barracos, para não chamar muita atenção — o que foi cumprido apenas por um tempo; quando visitei a ocupação, já havia barracos espalhados por toda a área da antiga creche. Mas a anuência da polícia em relação à presença da ocupação mostra que essa permanência é negociada, e que há tolerância em relação às moradias informais e também uma outra forma de atuação do Estado no território quando não se tem uma disputa direta pela terra.

A nova ocupação rapidamente virou casa para dezenas de famílias e acabou atraindo pessoas que também estavam vivendo de aluguel em moradias informais pelo Centro, além de algumas famílias da Zona Leste que tinham passado por processo de remoção ou que trabalhavam ali ao lado e viram na ocupação a oportunidade de morar perto do emprego.

Era mais o pessoal aqui da região, o pessoal do Gato [da Favela do Gato], que tem uma favelinha também ali. Lá é aluguel, e as pessoas que estavam lá veio a maioria pra cá. Que não estavam em condição também de pagar. É, na favela do Gato, que lá tem uma fazendinha que eles cobram o preço que eles querem. Metade do meu guarda-roupa [em questão de espaço] é R\$ 300. Lá é do dono. É tipo um galpão e ele fez um bocado de barraco e sai alugando. É dele o espaço do galpão e ele só fez o barraco e bota pra alugar. E ele cobra o que ele quiser e não tem destino pro dinheiro, o dinheiro é dele e ninguém tem que falar nada. É complicado. Tem um pessoal também da Leste, que trabalha aqui na Coopere [cooperativa de reciclagem], e acabou vendo que a gente ocupou e vieram um pessoal pra cá. Justamente aquela mulher onde eu tava lá agora [quando cheguei para a entrevista, ela estava na casa dessa vizinha na ocupação], ela era lá da Leste. Foi desocupado lá um terreno e ela veio para cá. (Dandara)

No relato de Dandara, as ocupações de moradia acabam tendo uma vantagem financeira em relação às outras formas de moradia informal, porque, a rigor, não há um “dono” a quem se deve pagar um aluguel todo mês. As ocupações, então, aparecem como a forma mais barata de viver no Centro da cidade, atraindo moradores que buscam uma fuga do aluguel, e como saída também para moradores que sofreram processos de remoção, e encontram nas ocupações um caminho para a reterritorialização no Centro.

Nesses contextos de moradia informal, são bastante presentes essas figuras nebulosas que controlam o espaço — o “dono” da pensão, do galpão, do prédio — e acionam mecanismos velados ou explícitos de mercantilização desses espaços. Nas ocupações de moradia, como veremos ao longo dos relatos, essas figuras aparecem denominadas como “lideranças” (termo mais utilizado no contexto dos movimentos sociais) ou como “coordenadoras”, que também podem ou não revelar, com maior ou menor intensidade, intenções de mercantilização desses espaços. Essas figuras são integrantes dos jogos de poder internos às ocupações e aos demais modos informais de morar, e sua legitimidade é constantemente disputada no contexto dessas alianças.

No caso da ocupação do casarão da Quadra 36 também houve diferentes tipos de conflitos relacionados à forma de gestão e à forma de cobrar contribuições de cada morador. No início, a coordenação foi assumida por uma mulher que não morava na ocupação — um caso frequente, os de coordenadores ou moradores que moram em outros lugares —, e que já tinha um repertório na organização de ocupações. As contribuições eram coletadas a depender das necessidades do prédio, e havia uma caixinha coletiva. Depois de alguns meses, outra pessoa assumiu a coordenação — uma mulher que também morava em outro lugar, mas que estava atuando na luta por moradia na ocupação —, e o cenário ficou diferente. A nova coordenadora fazia cobranças mensais de todos os moradores, e há relatos de ameaças de expulsão daqueles que não colaborassem. Esses relatos são evidências das fricções internas que ocorrem dentro das ocupações, que também são atravessadas por jogos de poder próprios. No relato de Dandara, ela conta um pouco sobre como foi essa mudança na coordenação da ocupação.

Ela [a primeira coordenadora] era muito trabalhadora e bem certinha com todo mundo. Ela comprava, ela mostrava pra todo mundo a nota, bonitinho. O dinheiro que não foi gasto ela falava: "você quer de volta ou deixa aqui, que se a gente precisar de alguma coisa a gente vai ter...". A maioria deixava. E, quando precisava, a gente não dava de novo, já tinha aquele dinheiro. Era bem diferente. Depois de 9 meses, que a ocupação já estava bem grande, porque moraram mais de 100 famílias lá dentro, aí ela começou a surtar por causa da M., que queria a coordenação desde o início (...). O povo tudo chamava ela de ladrona, mas quem abriu [a ocupação] foi ela, quem organizou foi ela, e agora todo mundo queria tomar de conta. Aí ela sumiu. Ficou dois meses sem coordenação. No segundo mês, a M. entrou. E de R\$ 10

reais que você pagava, foi pra R\$ 50. Todo mês fixo. Todo mês você pagava aqueles R\$ 50. Você entende? (...) E depois de R\$ 50, aumentou para R\$ 100. Todo mês ficou uma taxa de contribuição de R\$ 100. E quem não pagasse ia embora. Dava três meses, quem não pagasse aquela contribuição, “tchau, rua, não tem direito a nada, você não mora aqui”. (Dandara)

Carolina também morava na mesma ocupação, e também se incomodava com a condução da coordenação. Mas há alguns outros elementos que surgem na fala dela. Ela conta que a M., a coordenadora da ocupação, estava “indo para o lado da Prefeitura”. Nas ocasiões em que houve cadastramento dos moradores, os relatos apontam que ela indicava quem morava na ocupação e quem não morava, quem estava desde o primeiro cadastro e quem tinha chegado depois — indicações que influenciavam quem teria ou não acesso a benefícios como o auxílio aluguel, o que obviamente criava um cenário de conflitos e disputas dentro da ocupação.

A ocupação estava sofrendo de uma certa forma que, assim, a pessoa que era nossa coordenadora, nossa líder, ela se deixou envolver muito com a Prefeitura, então ela já não estava mais nos coordenando. (...) Eu via muitas injustiças lá dentro. Tipo, “se você não pagar, eu vou te colocar para fora”. Vai colocar para fora do quê? É seu? Da onde? Eu vi muito isso lá dentro. (Carolina)

Esses conflitos que existem dentro das ocupações, especialmente relacionados às disputas em relação às coordenações, compõem os jogos de poder que interagem no *emplacement*. Jogos complexos que, como apontam os relatos, envolvem debates sobre a legitimidade das lideranças, a forma de condução da autogestão e a capacidade para interagir com outras instâncias de poder que têm influência sobre a ocupação, como os movimentos sociais e a Prefeitura. Lidar com todo esse contexto de disputa por direitos e territórios demanda repertório político, o que muitas vezes nem as lideranças e nem os moradores possuem. Além disso, as ocupações são espaços construídos a partir de uma realidade de precariedade, vulnerabilidade e despossessão, que fazem com que demandas urgentes como a sobrevivência atravessem também esses conflitos associados à demanda por moradia.

Um caso bastante delicado foi o da ocupação que ficava no Largo do Paissandu, a Torre de Vidro, um antigo prédio público ocupado que estava em péssimas condições e

desabou num incêndio. O edifício Wilton Paes de Almeida pertencia à União e estava abandonado há 15 anos (MURARO, 2018). O prédio havia sido cedido para a Prefeitura desde 2017, mas nada foi feito pelo poder público para melhorar a estrutura do edifício e garantir a segurança das famílias. Pelo contrário, a Prefeitura planejava remover os moradores e transformar o prédio numa repartição. Sete pessoas morreram e duas ficaram desaparecidas. Carolina morou um tempo nessa ocupação, antes do acidente, e lembra que a relação com a coordenação também era conflituosa.

— Pelo amor de Deus. Lá [na Torre de Vidro], os aluguéis eram R\$ 270, R\$ 350, era muito caro.

— E se não pagasse?

— Se não pagasse, saía. (...) Eles falam que são contribuições para o prédio, você pode perguntar para todos eles, que eles vão falar que são contribuições para o prédio. (...) “Vamos pagar advogado, advogado é 9 mil reais, que a gente está pagando”. Entende? “Ah, é para a luz, é para a água”, você passa duas semanas sem luz e sem água. Nunca é claro, entendeu? Aí é o que eu falo para você, a gente tem melhorias no prédio? Tem sim. Tem que contribuir? Tem sim que contribuir, só que chega uma parte que não tem mais aonde reformar, não tem pra que contribuir mais, entendeu? Então, o dinheiro vai para onde? (...) Tem muita gente que não tem mesmo de onde tirar, tem muita gente que sobrevive do Bolsa Família do governo, tá? (...) É indignante você pegar uma pessoa, cobrar, falar que vou te colocar para fora, não importa se está chovendo, se está sol, não importa, porque vai te colocar na rua, porque você não pagou, não pagou o seu quarto, mas cadê o dono para pagar? Se ela não pagou, o que que isso vai interferir? Se já tem luz e já tem água? Entende? (Carolina)

Esse tipo de depoimento foi repetido por outras famílias que moravam no edifício na ocasião do desabamento em entrevistas à imprensa (GARCIA, 2018). Os problemas com a liderança da ocupação vieram à tona após o desabamento do prédio. Segundo diversas reportagens, a ocupação era coordenada pelo movimento Movimento de Luta Social por Moradia (MLSM), e, após o incêndio, os moradores acabaram por reivindicar um novo líder, escolhido pelas próprias famílias (AZEVEDO, 2018). Os outros movimentos de moradia também se posicionaram contra as práticas que aparentemente ocorriam na ocupação — como cobranças abusivas e ameaças — e classificaram a conduta como um caso de

oportunismo que não representa as práticas adotadas nas ocupações pelos movimentos organizados de moradia (VICTOR, 2018).

O caso acabou tendo consequências graves para todos os movimentos de moradia atuantes na cidade, que passaram a sofrer perseguição da Justiça. Várias lideranças de movimentos que não tinham relação com o edifício que desabou foram indiciadas; quatro pessoas chegaram a ser presas (Preta..., 2019), mas foram liberadas três meses depois por falta de provas (GUIMARÃES, 2019). O episódio foi visto por ativistas como uma tentativa de criminalizar os movimentos sociais que lutam por moradia no Centro de São Paulo (FERRARI, 2019).

O poder público, todavia, não foi responsabilizado ou cobrado em relação à catástrofe. Mesmo após a União ter formalizado a concessão do terreno à Prefeitura, após o caso do desabamento, o cuidado com as famílias não foi priorizado. Um novo conjunto habitacional será construído no local e, segundo informe da Prefeitura, serão apenas 90 unidades destinadas à locação social, que atenderão famílias em situação de vulnerabilidade e de baixa renda (Prefeitura..., 2020). O texto afirma que 241 famílias que ficaram desabrigadas após o desabamento estão recebendo auxílio aluguel e aguardando atendimento definitivo – mas não menciona a possibilidade de elas serem incluídas para receber as novas unidades.

O caso da Torre de Vidro acaba por ser representativo das disputas que atravessam as alianças do morar no Centro de São Paulo. Há uma série de atores em jogo — moradores, lideranças, movimentos sociais, Prefeitura e até a União —, com atuações e práticas diversas na disputa pelo direito à moradia. Tudo isso acirrado pelo contexto do processo de “revitalização” da região, que coloca sob ameaça os territórios populares do Centro a partir de práticas como a criminalização e a desassistência das populações que os habitam, como vimos no capítulo anterior. Nesse cenário, cujo resultado tem sido a desterritorialização e a transitoriedade permanente, as ocupações, os movimentos, seus integrantes e suas práticas estão sob constante escrutínio, que visa enquadrar as diferentes formas de resistência numa espécie de prisma invertido, a partir do qual se tenta produzir uma narrativa única e estigmatizante capaz de deslegitimar e invalidar toda a luta por moradia.

O cenário a que este trabalho tenta dar visibilidade é o que abarca essa complexidade que existe no contexto das resistências. Há uma diversidade de práticas, ritos e regras em cada ocupação, que pode ter ou não ter a presença de movimentos sociais organizados, realizar ou não assembleias, cobrar ou não cobrar taxa de contribuição dos moradores, dentre outras

variáveis. Não cabe aqui comparar cada uma delas, mas sinalizar a relevância das ocupações enquanto espaço de resistência e permanência no Centro de São Paulo. Foi possível verificar que essa luta tem se fortalecido a partir da mobilização de um repertório político acumulado e também das exigências dos próprios moradores, que têm demandado melhorias estruturais, prestação de contas, transparência, horizontalidade na tomada de decisões e têm pleiteado essas mudanças internamente.

- Disputa institucional

A permanência dos territórios populares no Centro exige disputas institucionais, e é necessário tecer alianças que possibilitem uma disputa qualificada — mais ou menos bem-sucedida, a depender das redes que se constituam. No trecho abaixo, Carolina relata os objetivos que motivam seu trânsito por diversas ocupações: a esperança de “dar certo em ocupação”.

— A gente conhece muitas pessoas que deram certo em ocupação.

— O que é dar certo em ocupação?

— O que é dar certo em ocupação é a prefeitura vim ou uma situação privada vim e apoiar e fazer o quê? Te remover você de lá e depois te devolver o prédio ou reformado ou feito de outra maneira. Tem uma amiga minha, que estava morando numa pensão e a prefeitura com a empresa privada fizeram o que? Tiraram eles de lá, fizeram toda a papelada e disseram: “olha, o prazo é de dois anos, mas é por conta e risco de vocês, vocês aceitam? Dois anos a gente vai pegar, vai fazer um prédio aqui com vários apartamentos e vai dar para vocês em questão de financiamento, vocês aceitam financiamento? Vai ser sobre Minha Casa Minha Vida, vocês conseguem pagar? Mas é dois anos que você vão ficar aí... vocês se viram”. Eu tava com a minha amiga, eu levei ela para trabalhar junto comigo. A gente tinha conversado um mês antes, ela falou: “Nossa, Carolina, já faz dois anos e três meses já, acho que não vai sair”. Depois que a gente teve essa conversa, ligaram no serviço dela, quem atendeu o telefone fui eu, que eu estava na portaria no dia. “A gente pode falar com a C.?” aí, eu falei para eles: “Ela não tá, tá no horário de almoço, você quer que eu passe o telefone?”, “Quero”, passei o telefone. Na esperança, cada emprego que ela entrava, ela atualizava, né? “Olha, eu tô trabalhando em tal canto, esse é o número do meu telefone”. Ligou no serviço, eu estava na portaria, que eu estava tirando o almoço do porteiro... Só que eu sem curiosidade nenhuma, né? Na

hora, quando eu vejo, ela estava atravessando a rua, ela chegou até com uma perna de frango na mão, falei: “O que aconteceu?”, “Ah, me ligaram, o meu apartamento está pronto”. (Carolina)

A fala de Carolina levanta uma série de aspectos importantes para o entendimento dos processos de *displacement* e *emplacement* no Centro de São Paulo. Estão presentes os contornamentos que as famílias precisam fazer para conseguir ter acesso a alguma política habitacional — que incluem até mesmo atualizar constantemente o número de telefone no cadastro, para não correr o risco de não ser encontrada; que dependem de uma rede de amizade para conseguir emprego. O direito à moradia precisa ser disputado. Mesmo quando há promessa de atendimento, essas famílias sabem que correm o risco de não conseguirem um teto; o “normal” para elas é não ter direito à moradia digna, muito menos quando buscam essa moradia digna no Centro.

A ideia de “dar certo em ocupação” em alguma medida remete à ideia de dar certo na vida, de ter o direito a uma casa própria, a uma vida enraizada, a uma interrupção do ciclo da transitoriedade permanente, que necessariamente passa pelos circuitos que se constituem nas dobras entre o legal e o ilegal, onde a captura é sempre uma ameaça. Para as famílias que têm a vida atravessada pelas informalidades — seja em pensões, ocupações, favelas ou mesmo em trabalhos informais — viver em risco ou viver no limite²⁵ é uma condição inerente à própria vida despossuída. E, a cada processo de desterritorialização e reterritorialização, é necessário mobilizar várias das alianças que estamos descrevendo para conseguir sobreviver e manter algum tipo de controle sobre o território.

Na fala de Carolina, também se revela a presença do Estado nas negociações e agenciamentos dos modos de vida — de um lado, promovendo as remoções; de outro, oferecendo alternativas que na verdade ampliam o controle estatal sobre o território. Carolina relata o caso de uma amiga que foi contemplada e conseguiu acessar uma política habitacional federal, provavelmente por meio do programa Minha Casa Minha Vida - Entidades. Atualmente, com o esfacelamento do programa, até mesmo as opções associadas à possibilidade de “dar certo em ocupação” ficam mais difusas. Nos casos que temos verificado no Centro de São Paulo, as alternativas que estão sendo ofertadas são duas, essencialmente: o auxílio aluguel, uma medida paliativa que alista as famílias em cadastros e pode ser paga pela

²⁵ Expressões utilizadas em referência aos títulos dos livros “Viver em Risco”, organizado pelo cientista político Lúcio Kowarick (2009), e “Viver no Limite”, do geógrafo Rogério Haesbaert (2014).

Prefeitura ou pelo Governo do Estado; e a inclusão em um programa de financiamento estadual por meio da Casa Paulista (PPP da Habitação) ou da CDHU (que viabiliza unidades em condomínios próprios ou via carta de crédito, que pode ser utilizada para buscar imóveis no mercado). A alternativa do financiamento muitas vezes é nebulosa porque, como vimos no capítulo anterior, muitas das famílias jamais terão acesso ao crédito por não atenderem aos critérios e, as que atenderem, passarão a integrar o complexo circuito do endividamento²⁶. No final das contas, tanto o auxílio aluguel quanto o crédito imobiliário, apesar de se apresentarem como políticas públicas habitacionais vinculadas ao processo de reterritorialização, não passam de instrumentos mobilizados pelo Estado para fazer a gestão das remoções no processo de captura das reservas de terras.

Voltemos ao caso de Carolina. Quando nos conhecemos, ela morava na ocupação do casarão da Avenida Rio Branco, na Quadra 36. Após a remoção, ela conseguiu o que simbolizaria “dar certo em ocupação”. Passou a ter acesso ao auxílio aluguel — uma renda de R\$ 400 que começou a pingar todos os meses na conta —, enquanto aguardava a proposição de uma alternativa habitacional definitiva. Na verdade, ela participou ativamente das discussões em torno dessas alternativas no âmbito do Conselho Gestor; como contamos no começo do capítulo, Carolina foi eleita para ser uma das conselheiras da Quadra 36. O próprio Conselho, que já foi em si fruto de mobilização, enquanto parte integrante dessa malha de relações e instrumentos institucionais operantes, não simbolizava qualquer garantia de atendimento habitacional, mas garantiu que houvesse um espaço formal de participação para que essas alternativas fossem negociadas. Para algumas famílias que se enquadravam nos critérios, foi proposta a carta de crédito da CDHU, no valor de R\$ 150.000, para que as famílias financiassem um imóvel com crédito subsidiado. Carolina teve acesso à carta de crédito após a remoção da Quadra 36, e trabalhou enquanto conselheira para que outras famílias também pudessem aderir ao crédito. Só que cada etapa do processo precisa ser disputada.

A gente fez mais duas adesões [à carta de crédito] agora nesse último mês. A C. é conselheira, mas ela não conseguiu tirar informação de aonde que seria, quando seria, que data que é e qual que seria o pagamento da pessoa. Eu liguei lá, eu falei:

²⁶ Há uma bibliografia já significativa sobre as contradições inerentes às políticas habitacionais que atuam sob a lógica da financeirização, e que pode ser consultada para aprofundar o debate sobre os arranjos territoriais agenciados no contexto desses instrumentos (ver CAMARGO, 2020; GUERREIRO, 2019).

“Eu preciso da informação, meu bem, e eu quero a informação e eu vou ter essa informação, se não for com você, vai ser com outra pessoa”. Então é assim, a gente tem que ir para cima. (Carolina)

Carolina teve acesso à carta de crédito, mas ela estava ciente das armadilhas do benefício, e não estava disposta a entrar no crédito a qualquer custo. Queria encontrar um apartamento no Centro. A carta de crédito lança as famílias à lei do mercado e, por esse valor, na região central só se encontram quitinetes — o que para ela não é um bom negócio, já que ela tem quatro filhos. Além disso, a carta de crédito da CDHU coloca as famílias num financiamento bancário subsidiado, mas as famílias é que precisam fazer todo o trâmite burocrático — lidar com toda a documentação e burocracia associada a um financiamento —, o que não ocorre nos casos do Minha Casa Minha Vida, por exemplo, uma vez que o crédito está necessariamente associado às unidades habitacionais que compõem o programa. São trâmites que reduzem bastante as opções dessas famílias e as colocam em posição pouco competitiva no mercado, o que faz com que elas acabem precisando optar por adquirir uma unidade da própria CDHU, como vimos no capítulo anterior. Mas Carolina não tinha desistido de encontrar um apartamento no Centro onde pudesse morar com a família.

— Eu peguei a carta de crédito, só que eu estou procurando... eu não posso colocar os meus filhos numa quitinete, eu já estou numa quitinete, entende? O pessoal do desespero, o que que eles fizeram? Tem gente que comprou quitinete desse tamanho aqui, desse tamanho aqui que é sem o quarto, tá? Aí, hoje, eu estou... eu estou procurando. Eu já vi dois dormitórios, eu já vi um dormitório, eu já vi com garagem, eu já vi até com playground.

— Mas aí, tu está olhando no centro ou tu está olhando em outras regiões?

— Estou olhando no Centro, porque o povo, “Ah, que no Centro não tem...”, “Não, minha querida, tem. É só você procurar”. Aqui na Andradas não deu certo, mas a coisa mais linda do mundo. Dois dormitórios, ia caber perfeitamente a minha família, só que o cara estava com muita pressa e não queria esperar os trâmites da CDHU, eu até entendo. Então é assim, tem, no Brás, aqui na saída da estação, anda o quê? Cem metros, está lá. Apartamento dois dormitórios.

— Então tem e por que tu não mudou ainda? Tu está procurando com calma?

— Porque assim, isso... porque assim, primeiro, tem várias coisas, né? Eu estou pensando na escola das crianças. Elas estão estudando a 100 metros da minha casa [na Vitorino Carmilo, em Campos Elíseos], um estuda a 30 metros daqui, é aqui na

esquina. A minha filha estuda aqui na creche da frente. Então, atravessou a rua, desceu dois quarteirões, acabou.

— E aqui tem esse hospital também, né?

— Tem. Então é assim, eu não vou mentir para você, tem que ter uma infraestrutura boa para mim, eu tenho que estar bem localizada. Não é a casa em si. Eu estou numa ótima região, entende? Às vezes, eu vou procurar casa e eu vou até onde as minhas pernas conseguem pedalar. Quando eu chego ali cansada, até uns 40 minutos pedalando [de bicicleta], eu aceito. Eu já não tenho muitas coisas, então eu não posso perder pelo menos isso. Você passar mais de uma hora, uma hora e meia dentro de um ônibus, para mim que tem filhos, para mim que tem uma vida muito corrida, não dá muito certo. Eu não estou procurando luxo. (Carolina)

Nesse trecho da fala de Carolina, aparecem os fatores que ela considera importantes para a permanência no Centro: a infraestrutura, os equipamentos urbanos, a creche, a escola, a possibilidade de ter tudo perto, de poder ir trabalhar pedalando. Motivos que se assemelham muito aos de qualquer outro morador que opta pela vida no Centro, e ela tem consciência de que querer isso não é “luxo”, assim como não é “luxo” querer um apartamento que não seja uma quitinete para morar com a família inteira. Uma pesquisa recente inclusive verificou que a infraestrutura do Centro fazem a diferença na renda das famílias que vivem em ocupação nessa região, e esse fator socioeconômico figura como um ponto importante para o *emplacement* no Centro, enquanto que na periferia as famílias contam com outros aspectos como um maior apego à região, fruto da construção de uma identidade territorial positiva (SCHIAVI et al, 2019).

No Centro, há também uma série de atores que colaboram e se aliam na disputa pelo direito dessas famílias de viver nessa região da cidade. Podem ser grupos de pesquisa das universidades, assessorias técnicas, centros de luta por direitos humanos, movimentos sociais, organizações não-governamentais, instituições sociais de apoio à famílias com vulnerabilidade ou mesmo vereadores; grupos e indivíduos que às vezes estão mais ou menos articulados entre si, mais ou menos engajados nessa disputa. Na fala de Carolina, ela reconhece que essas alianças fazem bastante diferença no momento da disputa institucional. Inclusive faz diferença o fato de ela ser integrante do Conselho Gestor, de estar organizada em torno de alguma instância formal de disputa.

Vocês que fazem um estudo, bacana, é muito legal o apoio que vocês são dando para gente, porque vocês abrem portas para a gente, que a gente não consegue abrir. Eu, Carolina, se vou lá na Prefeitura, não consigo falar com ninguém, você entende? Agora, pega um pessoalzinho aí da USP, da UNIBES, pega um pessoal aí do Mackenzie, entendeu? Eles abrem as portas. Pode abrir com o narizinho torto, mas abre, e quando eles abrem, eu estou ali juntinho, entende? Então, na raspa, sou moradora e conselheira, estou indo. Agora, se eu chegar e falar: “Eu sou moradora e conselheira, eu quero falar com o presidente da CDHU”, como muitas vezes a gente já tentou fazer, não dá. Então, agradeço muito a eles, agradeço muito... Os estudos que vocês têm, que é aonde que abre as nossas portas, porque sem vocês, a gente não tem voz, a gente não consegue passar isso adiante. (Carolina)

Essas alianças têm se mostrado uma estratégia relevante para conseguir ampliar a força na disputa territorial, unir esforços, mobilizar diferentes esferas de poder, construir apoio a partir de diferentes formas de ativismo.

Os territórios populares do Centro de São Paulo também têm contado com o apoio do vereador Eduardo Suplicy (PT) em diversos momentos. A atuação do vereador — que naturalmente não é desacompanhada de interesse eleitoral, mas é sem dúvidas bastante engajada desde 2015, quando Suplicy ocupou o cargo de secretário de Direitos Humanos da gestão Haddad (PT) e posteriormente o mandato de vereador na legislatura 2017-2020 — garantiu que os temas da disputa socioterritorial na região e da necessidade de atendimento habitacional às famílias vítimas de remoções muitas vezes fossem pautados dentro da Câmara Municipal, exercendo seu papel de fiscalizar a atuação da Prefeitura e propondo medidas que poderiam ser adotadas no âmbito do poder legislativo. Após a tragédia do desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, o vereador Suplicy apontou, por exemplo, “que o conflito entre entes federativos em nada contribuiu, por todas as gestões que atravessou, para que seu incêndio e desabamento fossem evitados” e cobrou que a Prefeitura indicasse com clareza “os usos que esperava dar ao imóvel e em que estágio se encontrava a transferência de responsabilidade sobre ele em relação ao Governo Federal”²⁷. O vereador também é autor de projeto de lei para a criação de um protocolo unificado de remoções na cidade de São Paulo (PL nº 01-00200/2019), com o objetivo de “estabelecer procedimentos claros e transparentes

²⁷ Declarações proferidas pelo vereador Eduardo Suplicy na 102ª Sessão Ordinária da 17ª Legislatura, convocada para o dia 2 de maio de 2018, e registradas no Diário Oficial da Cidade de São Paulo (Ver SUPLICY, 2018).

para o cumprimento de ordens de remoção, valorizando mecanismos de mediação e tratamento de conflitos fundiários, que garantam os direitos humanos da população afetada e evitem a violência do Estado” (Art. 2º).

Suplicy também marca presença com regularidade no território. Ele acompanhou a remoção da Quadra 36, conversou com moradores e denunciou as violações de direitos em uma transmissão ao vivo em sua página oficial do Facebook (Estamos..., 2018). O vereador também apadrinhou uma das moradoras da região, Janaína Xavier, e tem colaborado para a formação política dela, inclusive inserindo-a nos debates promovidos pela bancada do PT na Câmara Municipal (PEREIRA, 2020). Nas eleições municipais de 2020, ela saiu candidata à vereadora pela primeira vez.

A participação do vereador nessa aliança contribui para ampliar as possibilidades de disputa institucional e, por mais que possa haver interesse eleitoral imbuído nessa atuação, essas condições são permanentemente negociadas.

E nem sempre essa aliança teve a mesma força na disputa institucional. No trecho abaixo, Carolina relata uma remoção na Ocupação Prestes Maia, em 2007, em que os moradores saíram sem estarem em nenhum cadastro. Ela lembra que, na ocasião, as famílias não tinham direito a nada — e que mesmo o direito ao auxílio aluguel, hoje utilizado como uma ferramenta para gestão das remoções na idade, foi um direito conquistado.

— Foi remoção mesmo, foi a reintegração de posse. E aí, eu falei: “Ah, tô cansada, chega, deixa eu ficar em casa que é o melhor que eu faço”.

— Mas nessa reintegração de posse que teve, tu conseguiu auxílio moradia, não?

— Não, não.

— Nada?

— Auxílio moradia foi depois de muito tempo, que a gente conseguiu na Justiça. Não era uma coisa obrigatória antigamente. Agora que as pessoas têm, que não é para tudo. Se a situação for privada... vamos supor, se você sai de uma pensão e o dono chega lá e quer, eu não tenho obrigação. Entende? Então é assim, se a pessoa não correr atrás, tal, se não tiver um conselho lá dentro para te direcionar, para falar o que você pode fazer, “Olha, vamos atrás da prefeitura, vamos fazer isso, aquilo”, você sai ali do mesmo jeito que você entrou. (Carolina)

Na fala de Carolina, ela relata que chegou a querer desistir de tentar viver em ocupações, de tentar uma vida melhor por meio dessa luta, pela frustração de “sair do mesmo

jeito que entrou”. E é aí que as alianças para avançar na disputa institucional ajudam, na luta para garantir que certos avanços sejam conquistados no processo. Muitos moradores da Prestes Maia, inclusive, voltaram a ocupar o edifício em 2010 e, em 2015, a ocupação conquistou o direito de permanecer a partir de um acordo entre a Prefeitura e os proprietários que suspendeu a reintegração de posse (Após..., 2015).

O universo das ocupações já é um avanço na disputa institucional em relação às outras formas de moradia informal porque, muitas vezes, possibilita entrar em contato com um repertório de luta política e com certas alianças para fazer essa disputa. Tudo isso é material que dá mais respaldo para a luta política. As alianças figuram como uma maneira de conseguir orientação e de ter mediação na disputa territorial. É a partir do contato com essa forma de luta mais organizada, que é possível, por exemplo, não sair dali “do mesmo jeito que entrou”, como afirma Carolina. Mas nem todas as ocupações têm acesso a essas redes, assim como também têm dificuldade de encontrar espaço adequado para discutir essas pautas.

A liberdade de assembleia é definida por Butler como uma precondição da própria política, uma condição que presume que os corpos podem se mover e se reunir de modo não regulado, representando suas reivindicações políticas. E proteger esse direito à liberdade de assembleia é inclusive uma das obrigações do Estado — uma contradição, já que esse direito quando exercido coletivamente pode derrubá-lo. Nesse sentido, é vantajoso para o Estado que as famílias tenham dificuldade para se articular, e não é à toa que foi possível verificar no território investidas do poder público para tentar impedir o direito de assembleia. Um exemplo foi a não criação de um Conselho Gestor pela Prefeitura, conforme exigido por lei, para discutir coletivamente as intervenções propostas para a ZEIS. Também houve essa tentativa de desarticulação no momento em que a Prefeitura decidiu criar Conselhos Gestores separados para as quadras de Campos Elíseos, em vez de um único conselho que pudesse discutir de forma coletiva as intervenções naquela área.

No contexto das alianças, há um jogo situado de escalas que se constitui a partir das ações, organizações e articulações presentes nos territórios. O casarão da Quadra 36, por exemplo, embora não fosse uma ocupação “com bandeira”, conhecia o repertório político dos movimentos sociais, e os moradores adotaram parte desse repertório que circula entre as ocupações para se organizarem. Algumas delas são restrições ao uso de bebidas alcoólicas e outras drogas, à adoção de animais de estimação, por exemplo, como Dandara conta no relato.

— Tu já morou em alguma ocupação com bandeira?

— Não, mas quando a gente abriu a ocupação da Rio Branco, no início a gente seguia todas as normas de bandeira. De cachorro, de usuário, de bebida, todas as normas a gente seguia. Por isso que era organizadinho. (...) Se um dia quisesse ter a bandeira, teria que seguir as regras. Tem que pagar carteirinha, tem que abrir firma no nome da Dona R., tinha que não ter cachorro, não ter criança!!! (...) A gente não aceitou a bandeira exatamente por isso. Como assim, eu vou pegar meu filho e guardar ele no armário? Calmaí, filho, fique aqui dentro do armário que eu vou morar lá na ocupação. A gente já mora na ocupação porque a gente não tem uma estrutura pra pagar um aluguel que caiba nossas crianças. Apesar que eu não tenho, mas a maioria das mulheres que têm filhos. A gente não tem condição, a gente vai procurar ocupação, o pessoal não aceita criança? Tipo, não tem lógica, aí a gente deixou isso de lado. Mas algumas regras que era bom pra nós, como não ter usuário, não ter droga, não ter bebida, a gente foi resgatando. Faz aí uma seletiva de todas as regras de ocupação pra gente por na nossa. (Dandara)

Essa fala de Dandara revela um compartilhamento do *know-how* de resistência, do repertório político acumulado. A ocupação da Quadra 36 não tinha bandeira — mas poderia ter um dia, se quisesse, e estava se preparando para talvez buscar uma articulação com um movimento de moradia, se fosse o caso. Os moradores tinham conhecimento das regras e dos procedimentos a serem seguidos para conseguir a bandeira de um movimento. Aplicaram várias dessas regras na ocupação, o que mostra que essa bagagem que os movimentos possuem é também um facilitador dos processos de *emplacement*.

As ocupações sem bandeira costumam ser mais baratas de morar e não há tanta rigidez nas regras, mas também há uma estrutura de pior qualidade, tanto física quanto jurídica. As ocupações com bandeira conseguem ser mais organizadas e proporcionam melhor qualidade de vida. E assim as famílias vão transitando por esses espaços, acessando as alianças que têm condições de acessar. Quando não conseguem, tentam ao menos reproduzir algumas das práticas dos movimentos para se fortalecer.

— E como é que tu lidava com isso das bandeiras? Tu achava que era melhor ocupação com bandeira ou sem bandeira?

— Sem bandeira é ruim porque qualquer um manda, com bandeira é ruim porque todo mundo manda, entendeu? Então... com bandeira é mais organizado, assim as pessoas têm mais respeito, você não vê droga rolando, você não vê um abuso maior

acontecendo. Agora, sem bandeira, o povo manda, desmanda do jeito que quer, da maneira que deseja. Então, é assim... É do ruim para o pior, na verdade, você tem que selecionar o que é menos ruim, não tem o bom. Você tem que ver qual que é o menos pior e se adaptar a situação. A questão toda é adaptação, entende? Você prefere fechar os olhos porque você tá numa situação vulnerável, você tem que dar um teto para seus filhos. Então, por aquele momento, é o que a gente faz. (Dandara)

- Sobrevivência

Outra aliança identificada como facilitadora da permanência no Centro dos moradores afetados por intervenções de “revitalização” urbana foi a da sobrevivência. Talvez tenha sido a mais difícil de categorizar pela multiplicidade de atores que podem participar dela. É a essas alianças que as famílias recorrem quando precisam de serviços básicos: de saúde, educação, assistência social ou segurança. E esses itens básicos podem ser oferecidos por atores diversos, podendo ser: o poder público, por meio de escolas ou postos de saúde; as organizações não-governamentais ou as instituições sociais; ou mesmo em arranjos e circuitos criados dentro das comunidades. De todo modo, são alianças que facilitam o acesso dessas famílias ao básico necessário para a vida em comunidade e para a própria manutenção da vida. E, nesse sentido, é importante ressaltar a territorialidade dessas alianças; estar no Centro favorece o acesso a essas redes, uma vez que a região concentra muito mais escolas, serviços de saúde, sedes de ONGs e de projetos sociais do que outras regiões da cidade.

Quando estive na casa de Dandara, na ocupação da Avenida do Estado, ela comentou que tinha ido na Unibes, ali perto. A sede da instituição fica no Bom Retiro, e é conhecida por fazer doação de móveis, roupas, eletrodomésticos e outros utensílios para famílias em situação de vulnerabilidade. Naquela tarde, ela tinha deixado de ir no posto de saúde ali perto para ir à Unibes porque precisava entrar na fila de espera para ganhar uma cesta básica e para pedir um sofá.

A gente tá tendo um atendimento na UNIBES, atendimento social. Funciona tipo assim: você acabou de mudar pra cá, você não tem um móvel dentro da sua casa, eles conseguem aqueles móveis usados e eles te dão um crédito, porque as pessoas doam pra eles e eles revendem aquela doação. A geladeira é 200, eles te dá aqueles 200 pra tu comprar a geladeira. A gente vai lá na UNIBES, tá aqui 250, 300 reais, e eles te dão um mês daquela carta de crédito — se chama carta de crédito também.

Aí hoje eu fui lá pedir um sofá, porque você tá sentada bem numa cadeira, né... pra receber uma visita. Aí já pedi uma cesta básica, porque agora ficou apertado porque a gente vai sair daqui, a gente vai pagar condomínio, vai pagar pro CDHU, vai pagar água e vai pagar luz, e é tipo a gente pede cesta hoje e vai chegar daqui um mês, daqui a dois meses... Porque é muita gente, eles atendem o Bom Retiro todo. Então é uma fila que você entra, é a mesma coisa do CRAES, você entra numa fila de espera que até sair seu nome você passa fome. Então, antes que falta alguma coisa tem que ser esperto, chegar lá e pedir: 'ó, tá pra faltar, já vim pedi porque não estou tendo condição de repor, é desse jeito que a gente vai vivendo. (Dandara)

A fala de Dandara é interessante porque mostra como o mínimo de dignidade — como poder oferecer uma cadeira para uma visita sentar ou ter uma cesta básica para colocar comida na mesa — demandam uma série de arranjos de circunstâncias. É preciso acionar essas alianças, descobrir como acessar esses circuitos de assistência e entender que práticas precisa adotar para essa assistência funcionar. Porque essas alianças existem e colaboram para a permanência no Centro, mas é preciso saber contornar — pedir ajuda com antecedência para não passar dificuldade na fila de espera, ter na mão um tíquete para pegar um sofá quando aparecer entre as doações.

Esse contornamento também é necessário quando é preciso dividir as doações que chegam nas ocupações entre os moradores. Na ocupação da Quadra 36, às vezes chegavam alimentos ou roupas do Projeto Cristolândia, uma organização batista que foi fundada na “Cracolândia” para dar apoio à recuperação de usuários de drogas. A coordenadora da ocupação era quem tinha conseguido essa articulação com o projeto, e era preciso saber como contornar esses jogos de poder para conseguir desfrutar das doações que chegavam.

Era uma doação que chegava? “Ah, a doação chegou porque eu trouxe”. E nunca foi isso. Porque tinha o pessoal lá da Cristolândia, acho que vocês devem conhecer... Ali do lado da nossa ocupação, projeto Cristolândia. Eles mandavam fruta, verdura. Porque quem está no projeto lá dentro, eles moram e trabalham lá pra se manter. Tudo que eles vinham para descarregar caminhão de fruta e sobrava, eles ajudavam lá dentro do projeto e o que eles não usavam eles ajudavam nossa ocupação, como ajudavam o Moinho. Entendeu? Então não era a M. que trazia. Só que ela dizia: “Eu que trouxe, eu que sei”. Mano, ficou aquele clima chato. Já aumentou a taxa do nada, sem passar pra gente, morador, aí quando o projeto começou chegar, já começou a se sentir, “sou dona, sou dona, sou dona, sou dona”, e dois meses depois,

quando chegavam as coisas, a gente só pegava o filé que ela não queria. "Aqui é a fruta vou pegar, tirar o meu, e vocês depois pegam o de vocês". Roupa: "vou pegar a minha, depois vocês pegam a de vocês". (Dandara)

A fala de Dandara mostra que esses recursos das doações também circulam em meio a hierarquias. A coordenadora da ocupação, que tinha feito o primeiro contato com a Cristolândia, reivindicava prioridade para acessar as doações que chegavam. "Vou pegar a minha, depois vocês pegam a de vocês". São relações de poder que precisam ser contornadas para acessar os benefícios e as vantagens que as alianças podem oferecer.

A mesma lógica se reproduz nas relações que se constroem com o que Carolina chama de "Poder Paralelo". Há uma hierarquia, há relações de poder inscritas nesses territórios e nesses circuitos de agenciamento da vida. E é no contornamento e na criação de redes que se criam as possibilidades de acesso à vida, a direitos, a serviços. No relato abaixo, Carolina relata que o "Poder Paralelo" contribui para certa "ordem" em meio à essa "terra sem lei", a partir de uma atuação na mediação de certos conflitos, por exemplo.

O Poder Paralelo quando tá ali, eles podem até ajudar em questão de não deixar acontecer certos tipos de violência, principalmente com crianças, entende? Mas também é uma moeda de duas faces, no mesmo tempo que eles fazem bem, eles te fazem mal, porque eles podem não deixar o vizinho bater no filho, mas aquele mesmo vizinho que não pode espancar o filho, se não pagar vai para a rua, porque eles vão colocar. Então... basicamente é uma terra sem lei dentro de ocupações. (Carolina)

Nos relatos e no trabalho de campo, não ficou clara essa figura do "Poder Paralelo", mas é interessante notar como se relata a presença desse ator no território. Revela-se aqui que os moradores recorrem a instâncias de "autoridade" que possam proporcionar algum tipo de "justiça" e, segundo Feltran (2010), é recorrente nas periferias de São Paulo que esse tipo de queixa referente a conflitos na família ou na comunidade seja reportada a "outras instâncias ordenadoras que passam a ser percebidas, então, como complementares àquelas estatais" (FELTRAN, 2010). E, ainda segundo o autor, a existência desse repertório de instâncias garantidoras de justiça não é uma negação da relevância do Estado de direito, ou da legalidade oficial, uma vez que esses moradores talvez sejam os mais interessados em acessar

para fazer valer seus direitos quase sempre ameaçados. É uma estratégia complementar dadas as dificuldades de obter usufruto concreto das instâncias oficiais, que é amparada na experiência cotidiana e funciona como uma busca repertoriada por justiça (FELTRAN, 2010).

Os indivíduos que reivindicam essa autoridade também não estão necessariamente relacionados com o “mundo do crime”, como o uso da expressão “Poder Paralelo” pode levar a associar. Nesses territórios, especialmente na “Cracolândia” onde frequentemente ocorrem detenções e prisões em operações policiais, como apontam Mallart e Rui (2015), cria-se “a disseminação de toda uma gramática prisional pelo tecido social urbano”, construída especialmente pelo entra e sai de indivíduos das prisões (MALLART; RUI, 2015). Essa gramática que circula nesses territórios se verifica nos relatos das entrevistadas e abre espaço para reflexão e para futuras investigações sobre como se dá o acionamento e o funcionamento dessas outras “instâncias ordenadoras”. No que cabe e interessa a esta pesquisa, é possível apenas afirmar que são presenças incertas e ambíguas que exigem um trabalho de deciframento, e que evidenciam as complexidades das relações de poder e dos circuitos de agenciamento da vida e da permanência nesses territórios.

- Cooperação mútua

As alianças da cooperação, que operam a partir da solidariedade, talvez sejam as mais relevantes nos processos de *emplacement*. É um fator transversal a todas as alianças de permanência, e é recorrente no discurso de todas as entrevistadas. São relações entre vizinhos, amigos, parentes, imigrantes, que se ajudam e constroem juntos um caminho que é mais promissor para todos. E essas redes se constroem com intenções diversas: são práticas de autoajuda e trocas solidárias nos arranjos locais, sem as quais é impossível o habitar; são arranjos para viabilizar os “negócios” ou formas de trabalho no mercado informal; que só pode funcionar se e quando ancorado nessas redes de trocas e cooperação; ou mesmo pactos que acionam e agenciam a migração. São alianças complexas, que ajudam a construir um sentido de comunidade e pertencimento.

Um estudo realizado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie nas ocupações do Centro de São Paulo enfatizou também a importância metodológica de um olhar qualitativo, a partir de dentro e de perto, e considerou que:

as diversas dimensões da vida cotidiana da população que vive nas ocupações implicam na construção de um território de fixação e resistência e, portanto, despontam como outra face de luta pela moradia. A construção de redes de relações sociais entre as ocupações e o uso dos equipamentos relacionados às necessidades da vida produzem laços de identificação com o local, afetos e desejos de permanência. (FRUTUOSO, KATO, 2019)

Nos relatos das entrevistadas para esta pesquisa, esses laços aparecem de forma bastante significativa. Carolina lembra da importância que teve um senhor nordestino no início da Favela do Moinho, que ajudou a construir os barracos de todo mundo porque entendia de construção, ou um outro rapaz que conseguiu os materiais para construir o corredor da favela.

Tinha muitas pessoas que vieram justamente do Norte, Pernambuco, tal, para tentar a vida em São Paulo. Chegava, se deparava com a dificuldade de São Paulo, acabava na favela. Só que já tinham um conhecimento maior, que nem eu me lembro que tinha o senhor Brás lá. O senhor Brás, ele era marceneiro, era marceneiro lá no Ceará, então quando ele chegou aqui, ele fez o barraco praticamente de todo mundo. Ele já tinha conhecimento de maquita, de furadeira, coisas que pra gente parecia um animal, a gente nem chegava perto porque tinha medo... Então, assim, então as coisas foram mudando, era um se apoiando no outro. Antes da Folha sair de lá, e do barracão da escola de samba sair de lá, entrava muito caminhão na Folha de São Paulo. Um desses caminhoneiros conversava muito com esse rapaz de lá de dentro, e o rapaz de lá de dentro pediu para ele cimento com as pedras assim, tipo para bater laje. Só que a gente fez o corredor da favela, o principal da favela. Era assim, era conhecimentos que a gente se apoiava um no outro. Nossa, esse dia foi uma festa, cada um colocou um nome... tipo calçada da fama. (Carolina)

Nessa fala de Carolina, transparecem várias formas de cooperação — os moradores nordestinos que dominavam as técnicas de construção e ajudavam a erguer os barracos da comunidade, o vizinho que conseguiu uma doação de cimento com o caminhoneiro e compartilhou com toda a comunidade, a união entre os moradores para fazer o corredor da favela. Essas alianças possibilitam não só melhorias para a comunidade, como criam “uma festa”, permitem construir uma identidade, uma territorialidade que se concretiza em nomes assinados por um calçadão.

E criam também oportunidades de sobrevivência e de trabalho. A mãe de Carolina precisou sair do emprego porque não tinha com quem deixar as filhas à tarde, passou a levar as três filhas com ela para catar recicláveis. Assim, as meninas foram conhecendo os comerciantes da região, construindo conexões.

Ela começou a fazer reciclagem no meio da rua, que aí ela conseguia levar a gente, entendeu? A gente saía da escola, o que que acontecia? A gente adorava fazer isso. [risos] Eu me lembro, eu com 10, 11 anos, eu passava aqui, a maioria dos comércios aqui me conhecem por causa disso já... de anos atrás. Então, aí tinha um bar ali, que a gente almoçava ali, o cara todo o dia ele dava uma marmita. Nossa, era uma maravilha, eu amava quando chegava essa hora. (Carolina)

Esses mesmos comerciantes que elas conheceram ainda crianças e que cediam marmittas para elas almoçarem, possibilitaram também um trabalho no Centro mais tarde, quando um vizinho da comunidade fez uma recomendação ao dono de um restaurante, que estava à procura de funcionários.

Uma pessoa lá da comunidade pegou e tava fazendo trabalho para ele lá dentro, de pedreiro, né? Aí perguntou assim para ele: “você não sabe de umas menina gente boa para trabalhar aí, não? Mas tem que ser pessoa que saiba conversar, que não vão me dar trabalho”. Aí, ele falou assim: “Tem as meninas da dona F.”, ele falou: “Qual F.?”, “Aquele que catava reciclagem, que vivia xingando”, porque a minha mãe tem um humor daquele jeito... Ela pode, a gente não... “Ah, as meninas da F., sim, pede para elas virem aqui”. Fui eu e minha irmã lá, a minha irmã mais velha. E a gente trabalhou lá durante um ano. A minha irmã era só garçonete e saladeira, eu era a garçonete e era caixa. (Carolina)

No relato de Carolina, é possível perceber como essas redes de auto-ajuda também podem se desdobrar em arranjos de trabalho, que também viabilizam a permanência no Centro. Inclusive, esse tipo de cooperação também viabiliza oportunidades de trabalho em outros contextos mais informais. No relato de Dandara, ela conta como as redes de solidariedade que se criam dentro das ocupações também ajudam a conseguir uma renda extra, que ajuda os moradores a se manterem.

Dentro de uma ocupação você se vira com o que você pode. Lingerie que você pode sair, é um doce que você vende e sai, é um bolo que você faz e sai, e numa casa de aluguel não. Por mais que você pense, mano, mas não é a mesma coisa? Não é uma comunidade? Não é isso? Não, porque, tipo assim, numa casa de aluguel, as pessoas costumam ser muito nariz em pé. Muito orgulhosas. Tipo, “ah, você acha que eu vou comer na mão daquela pessoa? Aquela pessoa passa por mim e não dá bom dia...” E dentro da ocupação não. Como é barraco, não tem como eu não saber o que tá acontecendo com o vizinho dali. A gente quando discute, todo mundo escuta. É tudo madeira, madeira não tem como não saber. Então, se eu boto aqui [grita] “tô vendendo bolo!”, pronto, fia, aparece 10. (Dandara)

Dandara narra arranjos de “negócios” constituídas em lógicas do habitar informal que são inteiramente outras em relação à ordem privada e ordenada da casa própria. São práticas que demandam lugar e estatuto próprios, e que também possuem práticas de cooperação e solidariedade próprias dessas redes do habitar.

Os imigrantes que vivem no Centro — especialmente no caso dos latinos, com os quais tive contato nesta pesquisa — também possuem uma rede de apoio significativa. Mercedes, imigrante peruana, contou uma vez, numa entrevista não gravada, que estava entusiasmada com uma iniciativa de apoio financeiro que tinham criado, uma espécie de vaquinha coletiva. Todo mês, os participantes da vaquinha colocavam 20 reais. Ao final de cada mês, uma das pessoas recebia o valor total arrecadado, e assim a roda ia girando, até que todos os integrantes da vaquinha fossem contemplados. Uma solução inteligente para conseguir arrecadar um dinheiro extra no fim do mês para ajudar a pagar as contas. Os imigrantes latinos que vivem em Campos Elíseos formam uma rede bastante unida. Bebem juntos, consomem os pratos que outros imigrantes produzem, se divertem juntos. Mercedes conta que, todos os domingos, jogam futebol na Praça Princesa Isabel.

Acá Brasil colocou un campo deportivo, né? Onde vai gente jogar bola. Na praça mesmo. Entón no domingo llena [enche] de gente aí, domingo jogam bola, chilenos, colombianos, paraguaios, peruanos, bolivianos, todos aí que estão. (Mercedes)

Mercedes morou sempre em quartos de pensão alugados — apesar de chamá-los de ocupação, em alguns momentos. É uma forma de aluguel informal, em que normalmente o “dono” — que não necessariamente é o dono do imóvel em cartório — cria divisões dentro de

um prédio ou um casarão e aluga para diversos moradores. Assim que Mercedes chegou ao Brasil, em 2009, seu irmão, também peruano, já morava aqui, e estava casado com uma baiana, que também tinha migrado para São Paulo. Trouxeram Mercedes do Peru, porque queriam que ela trabalhasse com a cunhada baiana no restaurante. Além de já ter contado com a ajuda da família para conseguir um teto e um trabalho logo em sua chegada ao Brasil, Mercedes também conseguiu criar uma rede de amigos que surgiu a partir dos quartos de pensão. Ela tinha um restaurante lá dentro. Foi assim que conheceu seu marido, inclusive, também peruano. No trecho abaixo, ela conta um pouco sobre essa dinâmica das pensões.

“Ô, gringa, queres morar em um quarto que estão alugando?”, assim te falam, “Ah, tá bom, então”. Quando eu cheguei, minha cunhada havia alugado este lugar, eram dois paraguaios. Já havia alugado, me compraram uma cama, não colchão, travesseiro, tudo, tudo. Já estava arrumado. porque eu vinha trabalhar para ela, né? E nesse tempo quando eu vim não era assim, agora está mais descuidado, antes não era assim. Quando eu cheguei, a gente pintava parede, ficava mais bonito, mais limpo, agora não pintam, não arrumam. Nesse daí também morava mucho, seriam 30 pessoas, creio. Na Glete, era pouca gente, não era muita. Pagavam R\$700. O que véio daí era... como fala? Tramposo [que faz intrigas; trapaceiro]. A maioria cobravam R\$ 100, R\$ 200. Para entrar me cobraram \$700, depois me disse: “Gringa, passa a pagar \$500”, o último que paguei era \$450,00 e não paguei mais. Era o dono de tudo isso. Aqui na rua dos paraguaios, também me cobrava R\$ 550, porque era grande, era maior e eu podia colocar duas mesas para que la gente coma. Havia cozinha grande, então podia vender comida dentro, comida peruana. Aqui no, aqui era uma mesita e 10 personas a comer na minha própria casa porque, era pequena, uma cama entrava e nada mais. E mi banho, mi cozinha e uma mesa asi. (Mercedes)

Essa forma de cooperação que Mercedes relata — em que um parente ajuda um outro parente a migrar, a mudar de vida — é bastante presente na trajetória de vários outros imigrantes. É uma rede que possibilita mais estabilidade tanto para os imigrantes que já estão instalados no lugar, quanto para os que chegam. E novamente transparecem alianças que só são possíveis nesse modelo de morar: a vida na pensão permitiu a construção de uma rede de amigos e uma janela de trabalho, da qual Mercedes continua usufruindo até hoje.

Essas alianças contribuem para a permanência dos territórios populares no Centro — e estão constantemente sendo reinventadas, acionadas, mobilizadas de modo a ampliar as

chances de sucesso na disputa pelo território. Há uma malha complexa de modos de morar, de atores, de interesses, de conflitos no contexto dessas alianças, e essa complexidade reverbera nas formas de resistência, que estão cada vez mais articuladas e estruturadas em torno de bases aliadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a verificar como as intervenções no Centro de São Paulo, no âmbito de um processo de “revitalização”, forçam deslocamentos e impõem a transitoriedade permanente a muitas famílias. A região central é um campo de batalha, e os territórios populares são o objeto principal dessa disputa. Nesse contexto, este trabalho buscou entender como se constrói a resistência nesses territórios, e como são costuradas as estratégias para a permanência em meio a processos de despossessão e desterritorialização.

Esses territórios em disputa são alvo de constante estigmatização e criminalização, que são utilizadas como artifícios para justificar intervenções na região. Esse processo tem forçado não só a existência de vidas em transitoriedade, mas toda uma configuração de circuitos e agenciamentos dessa vida necessários para garantir a sobrevivência e a permanência no Centro de São Paulo.

O modo de vida transitório, que se apresenta como uma estratégia de resistência, foi apreendido principalmente a partir do acompanhamento das trajetórias de vida de três mulheres que foram removidas em 2018 da Quadra 36, um quarteirão no bairro de Campos Elíseos destinado a receber o novo Hospital Pérola Byington, a ser construído e administrado por meio de uma Parceria Público-Privada (PPP). Um projeto que, como tantos outros levados a cabo pelo poder público, tem atropelado ritos legais, privilegiado interesses privados e ampliado o cenário de vulnerabilidade no Centro da cidade.

Esse projeto de cidade que privilegia interesses privados não foi desenhado hoje. O primeiro capítulo deste trabalho, a partir da revisão bibliográfica e de um levantamento dos planos e projetos que têm sido propostos para a região, sugere que houve uma mudança no paradigma de transformação urbana desde que o ideal da “revitalização” passou a perseguir a concessão da terra urbana. Antes, foram encaminhadas outras estratégias que não tiveram tanto impacto em termos de mudança no perfil do Centro, que continuou essencialmente popular (KARA JOSÉ, 2010). Porém, a partir do Projeto Nova Luz (2005), que introduziu o conceito de concessão do território à iniciativa privada para a transformação socioespacial, tem ocorrido uma escalada nos preços dos imóveis da região, uma mudança no perfil dos moradores e do comércio local, demolições em série, aumento da violência policial nos territórios populares e remoções.

Esse processo atravessa diferentes gestões municipais. Desde Gilberto Kassab, com a proposição da Nova Luz; passando por Fernando Haddad, que traçou diretrizes para os Projetos de Intervenção Urbana (PIUs) e outras intervenções no Plano Diretor; até o atual Bruno Covas, que deu continuidade a diversos projetos, como a reforma e a concessão do Vale do Anhangabaú, e encerrou as atividades do Projeto Redenção na “Cracolândia”. Mas esse processo ficou particularmente intenso após a eleição do prefeito João Doria (PSDB, 2017-2018), que uniu esforços com o governador Geraldo Alckmin (PSDB, 2011-2018) para alavancar uma série de projetos no Centro. Lançaram as primeiras torres da PPP da Habitação em Campos Elíseos e removeram famílias para viabilizar a PPP dos Complexos Hospitalares. Outros terrenos públicos na região foram doados pela Prefeitura para que integrem a parceria habitacional, o que acarretou mais demolições e remoções. O PIU Setor Central foi criado com o objetivo de conceder grande parte dos 2.000 hectares de área urbana central para a transformação pela iniciativa privada, além de outros projetos de intervenção urbana.

Nesta pesquisa, ficou evidente a dificuldade de acesso a dados referentes ao preço da terra praticado na cidade de São Paulo, tanto na compra e venda quanto no aluguel de imóveis. Esses dados atualmente são controlados pelo mercado imobiliário, apesar de alguns dados como os da Embraesp e do Secovi-SP circularem — ainda que de modo incipiente — entre pesquisadores. Me parece urgente disputar esse espaço e pleitear bases de dados públicas ou independentes que trabalhem essas informações, não apenas por questões de transparência, mas principalmente para que seja possível avançar na regulação deste mercado.

As intervenções no Centro são viabilizadas por meio legislação, da política e do planejamento urbano e consolidadas com aval da Justiça, num arranjo que têm permitido transformar rapidamente a região. Está em curso o que tem sido nomeado na literatura de acumulação por despossessão (HARVEY, 2005; PETRELLA, 2017), cujas consequências são um processo de *displacement* (GLICK-SCHILLER E ÇAGLAR, 2018) e a imposição da transitoriedade permanente (ROLNIK, 2015) às famílias que habitam os territórios populares do Centro.

A intensificação nas remoções, demolições e violências são a face mais transparente de um processo que veio, inicialmente, desvalorizando aquele território popular — desvalorização essa que esteve intrinsecamente associada não apenas ao espaço físico, mas às pessoas que ali habitavam e seus modos de vida, que passaram a ser considerados como menos valiosos. Esse aspecto pode ser melhor explorado em futuras pesquisas, que tenham

como objetivo entender melhor quais são as principais populações afetadas por essas intervenções urbanas, a partir de uma investigação mais aprofundada que leve em conta questões raciais, étnicas e de gênero.

O trabalho de campo realizado no âmbito deste trabalho permitiu verificar que a desterritorialização (HAESBAERT, 2014) dessas famílias é mais do que uma consequência — é um método para viabilizar a “revitalização”. Apesar da turbidez relacionada à atuação do mercado na cidade, é notória a participação do Estado na promoção da desterritorialização, que na impossibilidade de confinar ou endividar essa população tenta gerenciá-la por meio do território. Entender como se dá essa gestão é fundamental para entender como as intervenções urbanas promovem a despossessão.

Esses territórios são mantidos como espaços cinzentos (YIFTACHEL, 2009), repletos de zonas de indeterminação entre legal e ilegal, formal e informal, que nada mais são do que “mecanismos por meio dos quais se constrói a situação de permanente transitoriedade, a existência de um vasto território de reserva, capaz de ser capturado ‘no momento certo’” (ROLNIK, 2015, p. 174). Essa captura é possibilitada pelo fato de que o próprio Estado é capaz de infinitamente construir e reconstruir categorias de legitimidade e ilegitimidade, proclamando estados de exceção e se valendo dessa soberania para intervir nesses territórios (ROY, 2005).

Como resultado desse processo, as trajetórias de vida da população que está inserida nessas áreas de intervenção são marcadas por mudanças constantes de endereços, deslocamentos forçados, violências e violações de direito. E foi o acompanhamento dessas trajetórias que permitiu criar quatro categorias que diferenciam os diferentes dispositivos mobilizados pelo Estado de modo a efetivar a desterritorialização no Centro de São Paulo, sendo elas: as remoções, a violência policial, a desassistência e os cadastros.

Esses dispositivos, que estão muitas vezes inter-relacionados, são incentivados por gestores públicos em seus discursos oficiais, colocados em prática por oficiais de justiça, policiais militares, policiais civis, guardas municipais, funcionários da Secretaria Municipal de Habitação e da CDHU e muitas vezes validados pela imprensa tradicional. O que revela que há uma complexa rede de atores envolvida na promoção da desterritorialização.

Mas é importante olhar para o que esses dispositivos provocam no território. As remoções são uma possibilidade constante. São frequentes os lacramentos, as demolições e as ameaças. Muitas das famílias que foram removidas da Quadra 36 em 2018 já haviam sofrido

remoções antes. A instabilidade da vida é tão marcante nesses contextos que as famílias sequer têm o direito de montar uma casa. Dandara lembra que, quando a remoção da Quadra 36 ocorreu, ela colocou tudo o que tinha dentro do carro e foi embora: um colchão e uma prateleira de ferro.

As forças de polícia também marcam presença constante. São frequentes as intervenções violentas na área da “Cracolândia”, mesma área onde vivem essas pessoas. Carolina relata que as revistas e os enquadros eram recorrentes, assim como os momentos em a polícia fechava as ruas e jogava bombas no fluxo. Várias vezes ela precisou ir para a casa para tirar as crianças da ocupação, porque “o cheiro de gás lá dentro era insuportável”. Dandara relata inclusive casos de tortura ao lembrar que a polícia por vezes colocava os “meninos” que viviam na ocupação dentro do camburão e depois os devolvia machucados. A polícia promove o cerceamento do direito de ir e vir, a violência física, o controle estrito da circulação e da forma de viver no território.

Essas estratégias são sintomáticas das tentativas de desterritorialização também associadas ao fluxo da “Cracolândia”, que viu, conforme o interesse em viabilizar as intervenções urbanas no território foi se intensificando, a intensificação de operações policiais violentas e o fechamento ou a transferência de unidades de atendimento para outros pontos da cidade, com o objetivo de acabar com qualquer territorialidade dos circuitos do uso de drogas na região.

Em relação à desassistência, percebe-se que ela não provém do abandono ou do descaso com a região, pelo contrário. É um dispositivo que prevê participação ativa do Estado, como ocorreu na Favela do Moinho, em 2011 e 2012, após os grandes incêndios. O interesse em remover a favela levou a Prefeitura a construir um muro para isolar certas áreas da favela, deixando as famílias desabrigadas. No caso da Torre de Vidro, em 2018, também ficou evidente a desassistência deliberada. O prédio já havia sido concedido para uso da Prefeitura, que tinha interesse em dar outro uso ao local, que abrigava uma ocupação. Enquanto isso, nada foi feito pelas famílias que moravam num edifício que oferecia a elas uma vida em condições de alto risco, pela precariedade da estrutura.

Por fim, há o cadastro enquanto dispositivo de desterritorialização. Apesar de apresentado como um caminho para a inclusão numa política habitacional, o cadastro tem funcionado como instrumento para fazer a gestão das remoções. No caso da Quadra 36, o cadastro das famílias para o recebimento do auxílio aluguel facilitou a remoção, pois

funcionou como uma espécie de “cheque-despejo”, e esse processo foi percebido no trabalho de campo. A CDHU, alegando que queria contribuir para uma mudança mais tranquila das famílias removidas, ofereceu pagamento adiantado das três primeiras parcelas do auxílio aluguel para todos os cadastrados, um montante de R\$ 1.200. Posteriormente, a CDHU incluiu parte das famílias em um cadastro para o acesso à carta de crédito, um instrumento financeiro da própria companhia de habitação para o financiamento de casas próprias. As famílias que tiveram acesso a esse financiamento podiam escolher um imóvel no valor de R\$ 150.000 no mercado, o que praticamente inviabiliza a permanência no Centro, onde o preço do m² é elevado. Ou seja, com o advento do cadastro, o Estado consegue não só efetivar a remoção, mas escolher quem terá acesso a uma política habitacional, quando e onde.

Mercedes, por exemplo, por ser imigrante, teve seu acesso à carta de crédito condicionado ao registro de permanência definitiva no país — um documento que ela não tinha e pelo qual sequer podia pagar. Assim como os moradores de Campos Elíseos não conseguiram se enquadrar nos critérios para conseguir um apartamento na PPP da Habitação, que estava direcionada para um perfil específico de moradores. Essa burocracia faz parte da performance do Estado, como descreveu Veena Das (2004), que cria ritos e regras no decorrer dos processos, muitas vezes ilegíveis, e assim efetua a manutenção das suas margens.

Todos esses dispositivos contribuem para a desterritorialização e para a transitoriedade permanente. A mãe de Carolina, quando deixou a Favela do Moinho após os incêndios, passou a viver em quartos de pensão. As famílias, para conseguir viver no Centro, encaram muitas vezes edifícios abandonados que não têm água ou luz e que, às vezes, apresentam riscos estruturais ou se encontram sob solos contaminados. Enfrentam constantemente o risco de incêndios — desastre muito recorrente nos relatos das entrevistadas —, de serem violentados pela política. Muitas vezes, vivem em prédios enormes com pouquíssimos banheiros e sem elevadores. A desterritorialização se dá de forma sistemática e, associada à carência de políticas habitacionais de fato inclusivas, revela o papel do Estado no agravamento das vulnerabilidades e no desmonte dos territórios populares do Centro.

Esse processo, porém, não ocorre sem resistência. No capítulo 3, buscamos identificar como algumas famílias continuam buscando alternativas para viver na região central. O objetivo não foi fazer um levantamento quantitativo, mas fazer um percurso qualitativo de modo a identificar as estratégias e alianças que permitem às famílias costurar sua permanência nesses territórios em disputa.

Nessa busca, foi importante atentar para o que dizem as autoras Nina Glick Schiller e Ayse Çaglar (2018) em sua definição de *emplacement* como uma relação. De um lado, entre a junto a redes multiescalares de poder e, de outro, o esforço pessoal, ao largo das barreiras e oportunidades que as contingências de constituir um lugar oferecem, de construir uma vida atrelada a redes. Também foi útil recorrer a Butler (2018), em sua definição de que os corpos em aliança fazem parte da política das ruas.

A experiência com o campo e com as entrevistadas mostrou como essa busca por permanência no território é politizada — muito mais do que se previa. Isso porque essas famílias integram uma rede de resistência que soma já muitos anos de repertório político. Elas não estão soltas, individualizadas, quando perseguem a reterritorialização no Centro. Esse ato não pode ser visto como destituído de ação política, mesmo quando não estão associadas a um movimento social organizado.

Esse repertório, como foi verificado em Belo Horizonte (PAOLINELLI, CANETTIERI, 2019) e que verifica-se também em São Paulo, combina uma série de ativismos, que não só o da luta por moradia. As ocupações do Centro de São Paulo, por exemplo, são o sinal de um urbanismo emergente, que se desenvolve de forma solidária, cooperativa e conscientizadora e se propõe a construir cidadania e reduzir desigualdades (STEVENS, MEULDER, SOMEKH, 2019). Há nessa resistência uma luta por um outro modelo de cidade, por um outro planejamento, por uma outra justiça.

Essa luta se dá necessariamente a partir da construção de alianças, como foi possível verificar nesta pesquisa. O trabalho de campo e o acompanhamento das trajetórias de vida permitiu criar categorias para sistematizar a resistência no território. São elas: as alianças por moradia, disputa institucional, sobrevivência e cooperação mútua.

No caso das alianças por moradia, as famílias que conseguem construir sua permanência por meio de ocupações e pensões, principalmente. Essas alternativas normalmente se configuram como opções baratas e pouco burocráticas para morar no Centro. Quando há a opção de morar em quitinetes, por exemplo, com contrato formal, isso normalmente só ocorre quando há apoio de terceiros, que cumprem os requisitos necessários para firmar um contrato e comprovar renda, ou que ajudam a compor um núcleo multifamiliar no qual é possível dividir os custos de uma moradia no mercado formal.

No caso das ocupações, as relações são mais complexas e necessariamente políticas. As famílias, quando iniciam uma ocupação do zero, precisam iniciar também um sistema de

autogestão, o que gera disputas internas referentes à liderança e às formas de organização. Na ocupação do casarão da Quadra 36, não havia associação a um movimento de moradia. Mas Dandara conta que, para ajudar a organizar a ocupação, era comum recorrer a regras que são adotadas em ocupações organizadas por movimentos — o que representa a mobilização de um repertório político de luta na construção da resistência.

Na pesquisa, foi verificado que algumas famílias aderem às ocupações com o objetivo de acessar uma política habitacional a partir da inclusão em algum cadastro, o que mostra que esses espaços são identificados como espaços não só de moradia, mas de luta por direitos que dificilmente são acessados em outros contextos.

Para fazer a disputa institucional, há uma série de instituições e indivíduos com quem podem costurar alianças, tais como: universidades, movimentos sociais, assessorias técnicas e urbanísticas, centros de luta por direitos humanos, jornalistas independentes, ativistas, artistas, defensores e promotores públicos ou mesmo vereadores. São alianças que possibilitam que essas pessoas sejam percebidas como sujeitos de direitos e que tornam o ambiente público mais permeável. A pressão dessas organizações pode cavar espaço nas discussões dentro da Prefeitura, nas audiências públicas, na imprensa, nas sessões ordinárias da Câmara Municipal e em debates públicos.

No caso da Quadra 36, é importante ressaltar a relevância da atuação no âmbito do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, que, a partir de uma combinação de diferentes ativismos, conseguiu publicizar as violações que estavam ocorrendo no território, exigir o cumprimento de ritos legais, como a constituição de um Conselho Gestor, e pautar o atendimento habitacional definitivo às famílias. É um caso que exemplifica bem como essa soma amplia as frentes de luta e possibilita uma resistência com mais potencial de ser bem sucedida ao menos em algumas de suas demandas.

Aqui cabe um breve comentário sobre a importância do trabalho de extensão realizado pelas universidades, que são identificadas como uma ponte importante entre esses territórios e o poder público. Os pesquisadores aparecem nos relatos das entrevistadas como figuras com credibilidade que ajudam as famílias a conhecer seus direitos e a disputá-los institucionalmente. Um trabalho reconhecido como valioso que pode ser ampliado.

Nas alianças pela sobrevivência, também foi possível reconhecer a participação de atores diversos que podem colaborar para o acesso à uma vida com mais dignidade. São instituições e projetos sociais que ajudam com doações de alimentos, roupas e mobília, por

exemplo. Ou mesmo o poder público, que realiza doações similares por meio dos serviços de assistência social e que dispõe de creches, escolas e postos de saúde públicos. Cabe notar aqui a territorialidade dessas iniciativas, uma vez que o Centro é uma região que concentra a oferta desses “serviços”, o que contribui para a construção da permanência.

Nas alianças da sobrevivência surge também a figura do “Poder Paralelo”, essa espécie de autoridade local que, no caso, pode atuar na mediação de conflitos. É um ator que aparece nos relatos, mas que carece de uma pesquisa mais aprofundada para entender como se constitui e qual sua forma de atuação nesses territórios. É possível dizer apenas que os relatos sugerem que ele ocupa um espaço na promoção da justiça, cuja busca repertoriada é feita muitas vezes pela dificuldade dos moradores de acessar a justiça em outras instâncias.

Por fim, há as alianças da cooperação mútua, cujo principal fundamento é a solidariedade. São práticas e trocas que tornam possível o habitar no contexto da informalidade; que proporcionam oportunidades de trabalho e de negócios que só podem funcionar quando apoiados nessas redes; e que até mesmo acionam e agenciam a migração. São essas redes de solidariedade que constituem a base de um sentido de comunidade e de pertencimento e que tornam possível a permanência nesses territórios.

Todas essas alianças revelam dinâmicas e agenciamentos que são próprios à vida em transitoriedade. Uma vida que se constitui em meio a uma série de disputas e que demanda arranjos e contornamentos para conseguir se estabelecer. Os territórios populares do Centro têm vivido disputas cada vez mais acirradas, com intensificação da desterritorialização movida pelo processo de “revitalização”. Mas esses mesmos territórios são detentores de um repertório político importante, que tem se complexificado, e de circuitos de agenciamento da vida e das formas de vida já bem estabelecidos, o que permite a construção de uma resistência qualificada na disputa por esses espaços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Camila Campos de; FRANCO, Fernando Túlio Salva Rocha. Cotidiano e espetáculo: territórios e narrativas em disputa na Cracolândia. In: **Revista Extraprensa**, IV Simpósio Internacional de Cultura e Comunicação na América Latina, v. 12, p. 596-612, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/153510>>. Acesso em: 25 out 2020.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. 189 p.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 266 p.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. 294 p.

BONDUKI, Nabil; ROSSETTO, Rossella. A reforma urbana no Plano Diretor Estratégico de São Paulo de 2002 e 2014. In: BONDUKI, Nabil (org.). **A Luta pela Reforma Urbana no Brasil**: Do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018. 244 p.

BRANQUINHO, Evânio dos Santos. **Campos Elíseos no centro da crise**: reprodução do espaço no Centro de São Paulo. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP 2007.

CAMARGO, Camila. Minha Casa Minha Vida – Entidades: Novos arranjos para a operação da política habitacional no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 102, São Paulo, mar 2020.

COUTINHO, Eduardo. O olhar no documentário. In: OHATA, Milton (org.). **Eduardo Coutinho**. São Paulo: Cosac Naify, 2013. 701 p.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. State and Its Margins: Comparative Ethnographies. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (editors). **Anthropology in the Margins of the State**. New Delhi: Oxford University Press, 2004. p. 3-33.

DAS, Veena. The Signature of the State: The Paradox of Illegibility. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (editors). **Anthropology in the Margins of the State**. New Delhi: Oxford University Press, 2004. p. 225-252.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017. 200 p.

FELTRAN, Gabriel. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. In: **Caderno CRH**, v. 23, n. 58, Salvador, abr 2010.

FRUGOLI JR. Heitor. Introdução (Dossiê Luz). In: **Ponto Urbe**, v. 11, 2012.

FRUGOLI JR. Heitor; CHIZZOLINI, Beatriz. Moradias e práticas espaciais na região da Luz. In: **Ponto Urbe**, v. 11, 2012.

FRUTUOSO, Barbara; KATO, Volia. Ocupações no centro de São Paulo: desejos de fixação no território. In: XVIII ENANPUR, **Anais...** Natal, maio, 2019.

GATTI, Simone. **Entre a permanência e o deslocamento**: ZEIS 3 como instrumento para a manutenção da população de baixa renda em áreas centrais. O caso da ZEIS 3 C 016 (Sé) inserida no perímetro do Projeto Nova Luz. Tese. São Paulo: FAUUSP, 2015. 344 p.

GLICK-SCHILLER, Nina Glick; ÇAGLAR, Ayse. **Migrants & City-Making**: Dispossession, Displacement and Urban Regeneration. Durham and London: Duke University Press, 2018.

GUERREIRO, Isadora. Os movimentos de moradia em meio à financeirização da habitação: o PMCMV Entidades e o Neoliberalismo. In: XVIII ENANPUR. **Anais...** Natal, maio 2019.

GUERREIRO, Isadora. O aluguel como gestão da insegurança habitacional: possibilidades de securitização do direito à moradia. In: **Cadernos Metrópole**, v. 22, n. 49, São Paulo, set/dez 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite**: Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 1 ed. 320 p.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018. 1 ed. 223 p.

HARVEY, David. A acumulação via espoliação. In: **O novo imperialismo**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2005. p. 115-148.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014. 200 p.

KARA JOSÉ, Beatriz. **A popularização do centro de São Paulo**: um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2010.

KARA-JOSÉ, Beatriz. **Políticas culturais e negócios urbanos**: a instrumentalização da cultura na revitalização do centro de São Paulo, 1975-2000. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2007, 278 p.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Ed. 34, 2009. 320 p.

LEITE, Carlos; ACOSTA, Claudia; HADDAD, Fernando; SUTTI, Weber. Urbanismo social em São Paulo: Política pública fundiária e instrumentos indutores desenvolvidos no período 2013-2016 (gestão Haddad). In: **Arquitextos**, vitruvius, 219.06, política pública, ano 19, ago. 2018.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, junho de 2002.

MALLART, Fabio; RUI, Taniele. Por uma etnografia das transversalidades urbanas: entre o mundão e os dispositivos de controle. In: **Anais...** 39º Encontro Anual da Anpocs, GT34 - Sobre periferias: novos conflitos no espaço público, Caxambu, out 2015.

MARQUES, Eduardo; REQUENA, Carolina. O centro voltou a crescer? In: **Novos Estudos**, CEBRAP, n. 95, 2013, p. 17-36.

MIRANDA, Felipe Villela; ROLNIK, Raquel; LINS, Regina Dulce; SANTOS, Renato Abramowicz. Planejando contra moradores de ZEIS no centro de São Paulo. In: **Anais XVIII ENANPUR**, Natal, maio 2019.

MOREIRA, Felipe; NISIDA, Vitor; TAVARES, Jéssica. A favela do Moinho e o Direito à Cidade. **Instituto Pólis**, 05 jul 2017. Disponível em: <<https://polis.org.br/noticias/a-favela-do-moinho-e-o-direito-a-cidade/>>. Acesso em 25 out 2020.

NASSER, Marina Mattar Soukef. Cracolândia como campo de gravitação: A gestão da circulação de pessoas com acesso precário à moradia. In: **Ponto Urbe**, n. 21, 2017.

NASSER, Marina Mattar Soukef. Entre a ameaça e a proteção: categorias, práticas e efeitos de uma política de inclusão na Cracolândia de São Paulo. In: **Horizontes antropológicos**, vol. 24, n. 50, Porto Alegre, jan./abr., 2018.

PAOLINELLI, Marina Sanders; CANETTI, Thiago. Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: radicalizando a luta pela moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal. In: **Cadernos Metrôpole**, Dossiê: o ativismo urbano contemporâneo: resistências e insurgências à ordem urbana neoliberal, vol. 21, n. 46, São Paulo, set/dez, 2019.

PDE 2014. Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. **Legislação Municipal**. Lei nº 16.050 de 31 de julho de 2014.

PETRELLA, Guilherme. **A fronteira infernal da renovação urbana em São Paulo**: região da Luz no século 21. Tese. São Paulo: FAUUSP, 2017.

RIZEK, Cibele. Trabalho, moradia e cidade: zonas de indiferenciação? In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 78, 2012, p. 41-49.

ROLNIK, Raquel. Moradores e trabalhadores da Nova Luz apresentam propostas à prefeitura. **Blog da Raquel Rolnik**, 17 jan 2011. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2011/01/17/moradores-e-trabalhadores-da-nova-luz-apresentam-propostas-a-prefeitura>>. Acesso em 25 out 2020.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015. 423 p.

ROLNIK, Raquel; GONSALES, Talita; COMARU, Francisco. Ocupações estão em condições melhores do que prefeitura imaginava. **LabCidade**, 02 ago 2018. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/ocupacoes-estao-em-condicoes-melhores-do-que-prefeitura-imaginava>>. Acesso em 25 out 2020.

ROLNIK, Raquel; MENDONÇA, Pedro; MOREIRA, Fernanda; UNGARETTI, Débora; MARINO, Aluizio; FERRAZ, Martim. Crise habitacional em SP: estamos diante de uma máquina de despejos e remoções? **LabCidade**, 15 ago 2019. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/crise-habitacional-em-sp-estamos-diante-de-uma-maquina-de-despejos-e-remocoes/>>. Acesso em 25 out 2020.

ROY, Ananya. Urban Informality: Toward an Epistemology of Planning. In: **Journal of the American Planning Association**. 2005, v. 71, n. 2, p. 147-158.

RUI, Taniele. Depois da “Operação Sufoco”: sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na “cracolândia” paulista. In: **Contemporânea**, Dossiê Fronteiras Urbanas, v. 3, n. 2 p. 287-310, jul-dez 2013.

SANTORO, Paula. Novos empreendimentos no centro de SP: tudo diminuiu, menos o preço! **LabCidade**, 17 out 2018. Disponível em <<http://www.labcidade.fau.usp.br/novos-empreendimentos-no-centro-de-sp-tudo-diminuiu-menos-o-preco/>>. Acesso em 25 out 2020.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **Território: globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998. 4ª edição.

SANTOS, Milton. Guerra dos lugares. In: **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 08 ago 1999.

SANTOS, Renato Abramowicz; MOREIRA, Felipe; UNGARETTI, Débora; ROLNIK, Raquel. Ministério Público denuncia violações do direito à moradia no Centro de São Paulo. **LabCidade**, 09 mar 2018. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/ministerio-publico-denuncia-violacoes-do-direito-a-moradia-no-centro-de-sao-paulo/>>. Acesso em 25 out 2020.

SASSEN, Saskia. The Global City: Introducing a concept. **Brown Journal of World Affairs**, winter/spring, vol. XI, issue 2, 2005.

SCHIAVI, Iara; SILVA, Gerardo; COUTO, Miriam. Ocupações por moradia em São Paulo: perfil socioeconômico dos moradores na periferia e centro. In: **Anais...** XVIII ENANPUR, Natal, maio, 2019.

SILVA, Helena Menna Barreto. Apresentação. In: BIDOUE-ZACHARIASEN, Catherine (org). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. p. 7-19.

SILVA, Helena Menna Barreto (coord.); SIGOLO, Leticia. **Oportunidades e limites para a produção de habitação social no centro de São Paulo**. Lincoln Institute of Land Policy. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/silva_oportlimites_prodhabsocial.pdf>. Acesso em 25 out 2020.

SMITH, Neil. Excerpts from: New Globalism, New Urbanism. In: **The Urban Reinventors**, Issue 2, November 2007. Celebrations of Urbanity. 2005-2007 The Urban Reinventors.

STEVENS, Jeroen; MEULDER, Bruno de; SOMEKH, Nadia. Ocupações na cidade de São Paulo: um urbanismo emergente? In: **Arquitextos**, vitruvius, 230.01, movimentos sociais, ano 20, jul. 2019.

TELLES, Vera. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: TELLES, V. e Cabanes, R. (orgs.) **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006. 442 p.

TELLES, Vera. **Refugiados urbanos**: Espaço urbano em tempos de urgências: ressonâncias... In: Bertolt Brecht. Do guia para os habitantes da cidade. Poema e

Comentários [no prelo] Organização: Tercio Redondo. São Paulo: Fundação Rosa de Luxemburgo, 2017. Disponível em: <<http://www.veratelles.net/wp-content/uploads/2017/12/Ressonancias-1.pdf>>. Acesso em 16 jan. 2019.

TELLES, Vera. **A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.

YIFTACHEL, Oren. Theoretical notes on “gray cities”: The coming of urban apartheid. In: **Planning Theory**. Los Angeles, London, New Delhi and Singapore, v. 8(1):88-100. 24 fev 2009.

Lista de reportagens e outras publicações online citadas

ALCKMIN lança edital de PPP para construção de três hospitais. **Portal do Governo**, Governo do Estado de São Paulo, 09 out 2013. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/sala-de-imprensa/release/alckmin-lanca-edital-de-ppp-para-construcao-de-tres-hospitais-1/>>. Acesso em 25 out 2020.

ALVES, Cida. Kassab: ‘Quem critica implosão tem que voltar para escola’. **Veja**, 02 jan 2012. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/kassab-quem-critica-implosao-tem-que-voltar-para-escola/>>. Acesso em 25 out 2020.

APÓS acordo entre prefeitura e proprietários, edifício da Av. Prestes Maia será destinado para habitação social e tem reintegração de posse cancelada. **Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos**, 19 out 2015. Disponível em: <<http://gaspargarcia.org.br/noticias/apos-acordo-entre-prefeitura-e-proprietarios-edificio-da-a-v-prestes-maia-sera-destinado-para/>>. Acesso em 25 out 2020.

ATA de Audiência Pública sobre Integração das diferentes propostas de atendimento habitacional definitivo elaboradas pelo Estado de São Paulo e pelo Município de São Paulo em favor dos moradores das Quadras 36 e 37/38, todas no bairro de Campos Elíseos. **Ministério Público do Estado de São Paulo**, 26 nov 2018. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/Audiencias_Publicas/Ata_da_Audiencia_P%C3%BAblica_realizada_em_26-11-2018_Campos_Eliseos.doc>. Acesso em 25 out 2020.

ATA de reunião. Projeto de Intervenção Urbana - Setor Central. **São Paulo Urbanismo**. São Paulo, 12 jun 2018. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/op_urbana_CENTRO/2018/REVISAO/20180612_Atata_Reuniao.pdf>. Acesso em 25 out 2020.

ATENDIMENTOS vinculados a reassentamento habitacional. **Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU**. Norma e Procedimentos. 03 dez 2018. Disponível em: <<http://www.cdhu.sp.gov.br/documents/20143/37051/NORMA+10.3-Reassentamento-habitacional.pdf/32fa6762-ff23-af60-8f33-f6fd6ca952b9>>. Acesso em 25 out 2020.

AZEVEDO, Guilherme. Famílias de edifício que desabou expulsam movimento que explorava aluguel e elegem líder. **UOL**, 13 mai 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/05/13/familias-de-edificio-que-de>

sabou-expulsam-movimento-que-explorava-aluguel-e-elegem-lider-organico.htm>. Acesso em 25 out 2020.

BELMIRO, Emanuel. Projeto Campos Elíseos Vivo é apresentado na Subcomissão. **Câmara Municipal de São Paulo**. 26 abr 2018. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/projeto-campos-eliseos-vivo-e-apresentado-na-subcomissao/>>. Acesso em 25 out 2020.

BERGAMIM, Giba. Justiça cumpre ação de reintegração de posse em quadra da Cracolândia. **G1 SP**, 16 abr 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/justica-cumpre-acao-de-reintegracao-de-posse-em-quadra-da-cracolandia.ghtml>>. Acesso em 25 out 2020.

BETIM, F. Gestão Doria inicia demolição de prédio na cracolândia com moradores dentro. **El País**, 24 mai 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/24/politica/1495579264_276005.html>. Acesso em 25 out 2020.

CAMPOS Elíseos Vivo: um projeto urbanístico e social elaborado com a comunidade. **Fórum Aberto Mundaréu da Luz**, São Paulo, abr 2018. Disponível em: <https://mundareudaluz.files.wordpress.com/2018/04/completo_caderno-plano-alternativo-luz-r09-2018-04-10_web1.pdf>. Acesso em 25 out 2020.

CASTOR, Caio. Raquel Rolnik: “O bolsa-aluguel é o verdadeiro combustível para novas ocupações”. **Agência Pública**, 7 jun. 2018. Disponível em: <<https://apublica.org/2018/06/raquel-rolnik-o-bolsa-aluguel-e-o-verdadeiro-combustivel-para-novas-ocupacoes/>>. Acesso em 25 out 2020.

COMEÇAM demolições na Nova Luz e 23 empresas devem instalar-se no bairro. **Prefeitura de São Paulo**. Notícia publicada no site da Prefeitura em 26 out 2007, atualmente fora do ar. Arquivada pelo site Preserva SP. Disponível em: <<http://www.preservasp.org.br/forum/index.php?topic=15.0;wap2>> (no link, erroneamente, consta o ano 2008). Acesso em 25 out 2020.

COMPLEXO Cultural Luz: Governo do Estado de São Paulo apresenta projeto de Herzog São Paulo. **vitruvius**, 21 mar 2013. Disponível em <<https://vitruvius.com.br/index.php/jornal/news/read/1270>>. Acesso em 25 out 2020.

DOCUMENTOS para obter o financiamento da casa própria. **Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU**. 2018. Disponível em: <<http://www.cdhu.sp.gov.br/documents/20143/36994/Rela%C3%A7%C3%A3o+de+docume>

ntos+para+financiamento+habitacional.pdf/e35ccd0f-aba7-3a57-ff81-8a988b24d6b4>.
Acesso em 25 out 2020.

DURAN, Sabrina.; MURIANA, Fabricio. Haddad e Alckmin juntos para riscar do mapa Favela do Moinho. **Arquitetura da Gentrificação**, 18 out 2013. Disponível em: <<https://gentrificacao.reporterbrasil.org.br/haddad-e-alckmin-juntos-para-riscar-do-mapa-favela-do-moinho/index.html>>. Acesso em 25 out 2020.

ELEIÇÃO do Conselho Gestor da Quadra 36. **Secretaria de Habitação da Prefeitura de São Paulo**. 14 abr 2018. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/album_de_fotos/?p=254371>. Acesso em 25 out 2020.

ESTAMOS agora acompanhando a remoção da Quadra 36 na Luz. **Eduardo Suplicy - Facebook**. 16 abr 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/live/?v=1444261612346814&ref=watch_permalink>. Acesso em 25 out 2020

FERNANDES, Sarah. Interesses por trás do fogo na Favela do Moinho. **Outras Mídias**, 25 set 2012. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/incendio-moinho/>>. Acesso em 25 out 2020.

FERRARI, Mariana. 'Querem criminalizar os movimentos sociais', diz advogado sobre líderes de ocupação presos. **Ponte**, 26 jun 2019. Disponível em: <<https://ponte.org/querem-criminalizar-os-movimentos-sociais-diz-advogado-sobre-lideres-de-ocupacao-presos/>>. Acesso em 25 out 2020.

GARCIA, Janaina. Moradores relatam humilhações por atraso de taxa em prédio que desabou; líder nega "aluguel". **UOL**, São Paulo, 03 mai 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/05/03/cobranca-de-aluguel-em-o-cupacao-de-predio-que-desabou.htm>>. Acesso em 25 out 2020.

GOMES, Paulo. Cerco à cracolândia, no centro de SP, recrudescer. **Folha de S. Paulo**. 30 ago 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/cerco-a-cracolandia-no-centro-de-sp-recrudescer.shtml?origin=folha>>. Acesso em 25 out 2020.

GOMES, Rodrigo. Gestão Covas mantém aulas em creche com área contaminada por mercúrio e chumbo. **Rede Brasil Atual**, 15 mai 2018. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2018/05/gestao-covas-mantem-aulas-em-creche-com-terreno-contaminado-por-mercuro/>>. Acesso em 25 out 2020.

GOMES, Rodrigo. Após denúncia da RBA, gestão Covas vai transferir crianças de creche contaminada. **Rede Brasil Atual**, 16 mai 2018. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2018/05/gestao-covas-vai-transferir-estudantes-de-creche-contaminada-por-mercúrio-e-chumbo/>>. Acesso em 25 out 2020.

GUIMARÃES, J. Após 109 dias, Preta Ferreira e outros ativistas ganham liberdade. **Brasil de Fato**, 10 out 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/10/10/apos-109-dias-preta-ferreira-e-outros-ativistas-ganham-liberdade/>>. Acesso em 25 out 2020.

GUERRA, Abílio. A antiga Rodoviária da Luz Sobre a autoria do projeto do edifício. **arquiteturismo**, 108.04 viagem ao passado, ano 10, mar 2016. vitruvius. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/10.108/5959>>. Acesso em 25 out 2020.

JUSTIÇA de SP determina interrupção do Projeto Nova Luz. **Conjur**, 23 jan 2013. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/10.108/5959>>. Acesso em 25 out 2020.

LACERDA, Fernanda. Novos negócios hipster valorizam imóveis do Centro de São Paulo. **Folha de São Paulo**, 27 nov. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/novos-negocios-hipster-valorizam-imoveis-do-centro-de-sao-paulo.shtml>>. Acesso em 25 out 2020.

LARA, Wallace. Justiça determina que moradores da Cracolândia deixem imóveis até 16 de abril. **G1 SP**, 16 mar 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/justica-determina-que-moradores-da-cracolandia-deixem-imoveis-ate-16-de-abril.ghtml>>. Acesso em 25 out 2020.

MANCUSO, Filippo. Famílias desocupam terreno na Cracolândia após decisão da Justiça de SP. **G1 SP**, 14 abr 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/familias-desocupam-terreno-na-cracolandia-apos-decisao-da-justica-de-sp.ghtml>>. Acesso em 25 out 2020.

MENA, Fernanda. Locação de imóveis na região da Luz é mais cara do que em Pinheiros. **Folha de S. Paulo**, 05 mai 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/locacao-de-imoveis-na-regiao-da-luz-e-mais-caro-do-que-em-pinheiros.shtml>>. Acesso em 25 out 2020.

MENDONÇA, Jeniffer. ‘Uso de drogas’ é argumento da Prefeitura de SP para desapropriar 40 imóveis na Luz, **Ponte Jornalismo**, 13 jul 2020. Disponível em:

<<https://ponte.org/uso-de-drogas-e-argumento-da-prefeitura-de-sp-para-desapropriar-40-imoveis-na-luz/>>. Acesso em 25 out 2020.

MACHADO, Leandro. 'O governo demoliu minha casa e ainda não recebi nada': famílias vizinhas da cracolândia tentam reconstruir a vida. **BBC Brasil**, 7 nov 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45659986>>. Acesso em 25 out 2020.

MACHADO, Leandro. Despejadas e com auxílio cortado, famílias da região da cracolândia vão parar em favelas. **BBC Brasil**, 23 abr 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52390725>>. Acesso em 25 out 2020.

MAPA interativo mostra que 2017 é o pior ano em uma década para viver na Luz. LabCidade, 16 ago 2017. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/mapa-interativo-mostra-que-2017-e-o-pior-ano-em-uma-decada-para-viver-na-luz/>>. Acesso em 25 out 2020.

MURARO, Cauê. Edifício Wilton Paes de Almeida: prédio que desabou em SP foi projetado na década de 1960 e era patrimônio histórico. **G1 SP**, 01 mai 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/edificio-wilton-paes-de-almeida-predio-que-desabou-em-sp-foi-projetado-na-decada-de-1960-e-era-patrimonio-historico.ghtml>>. Acesso em 25 out 2020.

MURIANA, Fabricio. Derrubada do Muro da Vergonha. **Arquitetura da Gentrificação**, Repórter Brasil, 06 ago 2013. Disponível em: <<https://gentrificacao.reporterbrasil.org.br/blog/90/index.html>>. Acesso em 25 out 2020.

NAVES, Guilherme. Complexos Hospitalares (Estado de São Paulo). **Radar PPP**, 02 set 2014. Disponível em: <<https://www.radarppp.com/resumo-de-contratos-de-ppps/complexos-hospitalares-estado-de-sao-paulo/>>. Acesso em 25 out 2020.

O QUE ESTÁ sendo lançado no Centro de São Paulo? In: **Informes Urbanos**, n.34, Prefeitura de São Paulo, Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), ago 2018. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Informes_Urbanos/IU_Centro2_2018_2.pdf>. Acesso em 25 out 2020.

PAGNAN, Rogério; GOMES, Paulo; VERPA, Danilo. Doria diz que 'cracolândia acabou', mas usuários de drogas persistem. **Folha de S. Paulo**, 21 mai 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1886039-apos-acao-policial-secretario-de-doria-diz-que-nao-vai-mais-ter-cracolandia.shtml>>. Acesso em 25 out 2020.

PAULO, Paula Paiva. Governo lança edital de PPP para 14 mil moradias no Centro de SP. **G1 SP**, 24 set 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/09/governo-lanca-edital-de-ppp-para-14-mil-moradias-no-centro-de-sp.html>>. Acesso em 25 out 2020.

PAULO, Paula Paiva. Prefeitura de SP fecha serviço de atendimento social na Cracolândia e transfere acolhidos para novo espaço em ônibus lotado. **G1 SP**, 08 abr 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/08/prefeitura-de-sp-fecha-servico-de-atendimento-social-na-cracolandia-e-transfere-acolhidos-para-novo-espaco-em-onibus-lotado.ghtml>>. Acesso em 25 out 2020.

PEREIRA, Debora. #LiveDoPT População em situação de rua, com @esuplicy, @pejudio, Darcy Costa e Janaína Xavier. **Liderança do PT — Câmara Municipal de São Paulo**. 24 ago 2020. Disponível em: <<https://camaraptsp.org.br/livedopt-populacao-em-situacao-de-rua-com-esuplicy-pejudio-darcy-costa-e-janaina-xavier/>>. Acesso em 25 out 2020.

PITTA Prefeito 1996 - Comerciais. **Um Autista na Política - YouTube**. 24 mar 2011. Disponível em: <<https://youtu.be/aOYFIQ6QHtA>>. Acesso em 22 jul 2020.

PREFEITURA de São Paulo abre consulta pública sobre o Projeto de Intervenção Urbana (PIU) Rio Branco. **Gestão Urbana SP - Prefeitura de São Paulo**, 13 abr 2016. Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/noticias/prefeitura-de-sao-paulo-abre-consulta-publica-sobre-o-projeto-de-intervencao-urbana-piu-rio-branco/>>. Acesso em 25 out 2020.

PREFEITURA concluiu visita a ocupações com três interdições e criação de grupo de trabalho permanente. **Secretaria Especial de Comunicação - Prefeitura de São Paulo**, 31 jul 2018. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-concluiu-visita-as-ocupacoes-com-tres-interdicoes-e-criacao-de-grupo-de-trabalho-permanente>>. Acesso em 25 out 2020.

PREFEITURA recebe doação do terreno do Edifício Wilton Paes de Almeida. **Prefeitura de São Paulo**, Secretaria Especial de Comunicação, 04 mai 2020. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-formaliza-doacao-do-terreno-do-edificio-wilton-paes-de-almeida>>. Acesso em 25 out 2020.

PRETA Ferreira e outras lideranças do movimento de moradia sofrem prisão arbitrária em SP. **Mídia Ninja**, 26 jun 2019. Disponível em: <<https://midianinja.org/news/preta-ferreira-e-outras-liderancas-do-movimento-de-moradia-sofrem-prisao-arbitraria-em-sp/>>. Acesso em 25 out 2020.

PRIMEIRAS moradias da PPP da Habitação são entregues no Centro de SP. **ABC Habitação**, 02 jan 2017. Disponível em: <<http://abc.habitacao.org.br/primeiras-moradias-da-ppp-da-habitacao-sao-entregues-no-centro-de-sp/>>. Acesso em 25 out 2020.

PROJETO Nova Luz poderá demolir e desapropriar até 30% da região. **G1 SP**, 18 dez. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/12/projeto-nova-luz-podera-demolir-e-desapropriar-ate-30-da-regiao.html>>. Acesso em 25 out 2020.

SANTOS, Priscilla. Este antropólogo afirma que a hipsterização não gentrificou SP. **Vice**, 18 mar. 2019. Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/j574yd/este-antropologo-afirma-que-a-hipsterizacao-nao-gentrificou-sp>. Acesso em 25 out 2020.

VIOLAÇÕES dos direitos humanos no Centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas. Dossiê de denúncia. **Fórum Centro Vivo** (org.), 2005. Disponível em: <https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/ReabilitacaoAreasUrbanas/Biblioteca_Violacao_Direitos_Humanos_Centro_SP.pdf>. Acesso em 25 out 2020.

RELATO do Fórum Mundaréu da Luz: Comerciantes perdem fonte de renda. **Jornalistas Livres - Facebook**. São Paulo. 16 abr 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/jornalistaslivres/posts/734662779990935/>>. Acesso em 25 out 2020.

RODRIGUES, Artur; AMÂNCIO, Thiago. Aposta para Cracolândia, hospital em SP é ameaçado por falta de licença. **Folha de S. Paulo**, 14 jun 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/aposta-para-cracolandia-hospital-em-sp-e-ameacado-por-falta-de-licenca.shtml>>. Acesso em 25 out 2020.

SANTIAGO, Tatiana. Justiça suspende reintegração de posse de terreno da Cracolândia onde será construído hospital. **G1 SP**, 12 abr 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/justica-suspende-reintegracao-de-posse-de-terreno-da-cracolandia-onde-sera-construido-hospital.ghtml>>. Acesso em 25 out 2020.

SANTOS, Marcus Vinicius Monteiro dos; PIMENTEL, Roberto Luís de Oliveira; SILVEIRA, Camila Mansour Magalhães; SILVA, Paula de Figueiredo; ARAÚJO, Joana Franklin. Ação Civil Pública, **Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo - Ministério Público do Estado de São Paulo**, 28 fev 2020. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/wp-content/uploads/2020/03/acp-cracol%C3%A2ndia-quadrado-36-suspensao-de-pagamentos-de-aux%C3%ADlio-aluguel1.pdf>>. Acesso em 25 out 2020.